

*UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO*

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA

Professores e o sindicalismo público municipal.

Algumas experiências em destaque:

São Leopoldo e Bagé – RS (1988-2005)

São Leopoldo
2012

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA

Professores e o sindicalismo público municipal.

Algumas experiências em destaque:
São Leopoldo e Bagé – RS (1988-2005)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Marluza Marques Harres

São Leopoldo
2012

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA

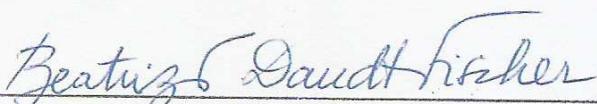
Professores e o sindicalismo público municipal.

Algumas experiências em destaque:

São Leopoldo e Bagé – RS (1988-2005)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

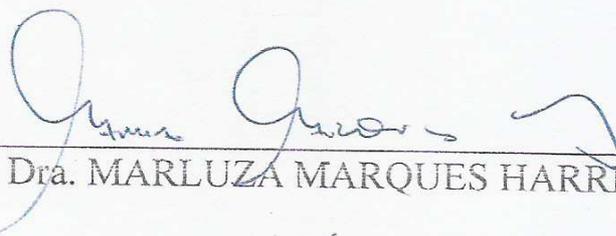
BANCA EXAMINADORA



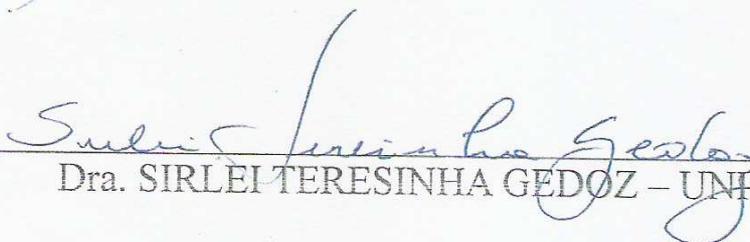
Dra. BEATRIZ DAUDT FISCHER - UNISINOS



Dra. LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES - UFSM



Dra. MARLUZA MARQUES HARRES - UNISINOS



Dra. SIRLEI TERESINHA GEDOZ - UNISINOS

O48p

Oliveira, Júlio César de.

Professores e o sindicalismo público municipal : algumas experiências em destaque : São Leopoldo e Bagé, RS (1988-2005) / Júlio César de Oliveira. – 2012.

179 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

"Orientadora: Prof^a. Dr^a Marluza Marques Harres."

1. Sindicalismo – Rio Grande do Sul. 2. Servidores públicos – Sindicatos – Rio Grande do Sul. 3. Professores – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD 335.82

CDU 334.754

Catálogo na publicação: Bibliotecário Flávio Nunes - CRB 10/1298

“Cree el aldeano vanidoso que el mundo entero es su aldea, y con tal que él quede de alcalde, o le mortifiquen al rival que le quitó la novia, o le crezcan en la alcancía los ahorros, ya da por bueno el orden universal, sin saber de los gigantes que llevan siete leguas en las botas, y le pueden poner la bota encima, ni de la pelea de los cometas en el cielo, que van por el aire dormidos engullendo mundos. Lo que quede de aldea en América ha de despertar. Estos tiempos no son para acostarse con el pañuelo a la cabeza, sino con las armas de almohada, como los varones de Juan de Castellanos: las armas del juicio, que vencen a las otras. Trincheras de ideas, valen más que trincheras de piedras.”

José Martí

para Janaína

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelas oportunidades da vida.

À minha mãe biológica, Maria Conceição de Oliveira, em memória, que tão cedo partiu deixando a herança da humildade e do carinho, tão difundido na família.

À minha segunda mãe, Ema Silva de Oliveira, em memória, que, mesmo sem ser progenitora, concedeu amor e carinho durante toda sua vida à sua família.

Ao meu pai, Antônio Carlos Louzada de Oliveira, que, através de seus ensinamentos e conselhos, sempre me incentivou a estudar.

À Eloiza Berneira, colega, professora, tia e grande companheira de graduação e incentivadora na família para que buscasse o conhecimento, onde ele estivesse.

Ao meu irmão, João Carlos de Oliveira, pelo companheirismo e palavras sábias e tranquilas.

Ao colega, professor, sogro e amigo, Paulo Ilder Preuss, que muito auxiliou e incentivou na pesquisa da dissertação.

Ao colega municipal João Fabiano da Costa Brito, presidente da Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS), mas, principalmente, um grande amigo que, em muitos momentos, compartilhou de sonhos, além de proporcionar condições para a execução dos trabalhos em campo.

Ao colega municipal João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), pelo auxílio dedicado à execução desta pesquisa e pela dedicação em prol dos servidores públicos do país.

Ao colega Jairo Falcão, Doutor em conhecimentos, reconhecido pela academia, mas, principalmente, um grande amigo e colega, que sabe socializar o saber e compartilhar sonhos.

A todos os entrevistados de São Leopoldo e Bagé, que, por sua generosidade, socializaram suas histórias em prol desta pesquisa.

À Mariley, presidente do SIMBA, pelo auxílio nas pesquisas na cidade de Bagé e pela dedicação e carinho com que me recebeu naquela linda cidade.

À Leocádia Schoffen, municipal de São Leopoldo, pelo auxílio com as entrevistas.

À Ana e ao Walmir, grandes amigos que me acolheram em Bagé quando estive nessa cidade para realizar as entrevistas da pesquisa.

Aos amigos José Lucca, Cléia, Rejane e Dr. Carlos Campos, da FESISMERS, pelo auxílio e acesso aos arquivos da Federação de Sindicatos.

Ao professor Marcus Vinicius Beber, que acreditou no meu potencial e incentivou a me

inscrever no Programa de Pós-Graduação da UNISINOS, sempre auxiliando nos projetos.

À professora Beatriz Franzen, em memória, pelas dicas preciosas quando da especialização, para adequar meu projeto e encaminhar a pesquisa.

À professora Eloisa Capovilla da Luz Ramos, pelo incentivo, conversas e sugestões para o projeto e para a pesquisa.

À professora Beatriz Fischer, pelas sugestões de entrevistas em São Leopoldo, além da concessão de seus saberes quando do início do projeto.

À professora Marluza Marques Harres, minha orientadora, que, durante estes dois anos, acompanhou meus passos e dedicou-se a ensinar-me o ofício de historiador, compartilhando seus saberes e paciência nos vários momentos de orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, Cláudio Pereira Elmir, Heloísa Jochims Reichel, Karl Monsma, Martin Norberto Dreher, Eliane Deckmann Fleck, Paulo Staudt Moreira e Cristina Bohn Martins.

À Janaína Trescastro, secretária do PPG em História, que, além de fazer um brilhante trabalho, o faz com grande carinho.

À minha amada esposa, Janaína Vanessa Preuss de Oliveira, a pessoa mais extraordinária que conheci, que soube dividir seu tempo com meus estudos, leituras e viagens de pesquisa, sem jamais criticar, questionar ou se aborrecer.

Obrigado.

RESUMO

Esta dissertação estuda o sindicalismo público municipal, problematizando a duplicidade representativa que tem se configurado em muitas localidades, especialmente em relação à categoria dos docentes. Examina a estrutura organizativa do sistema sindical e analisa, por meio do estudo de caso, o sindicalismo das cidades de São Leopoldo e Bagé, no período compreendido entre os anos de 1988 e 2005. Contempla as alterações legais e estruturais ocorridas no movimento sindical após a promulgação da Constituição de 1988, buscando perceber a forma como foi recebido o enquadramento dos docentes pelos novos dispositivos normativos. Por meio da metodologia da História Oral, conjuntamente com a análise da documentação das entidades sindicais, investigamos a organização dos professores assim como a questão identitária dos docentes destes municípios.

Palavras chaves: Sindicalismo dos servidores públicos municipais, organização dos professores, identidade docente.

ABSTRACT

This dissertation studies the municipal unions, representative questioning the duplicity that has emerged in many localities, especially in relation to the category of teachers. Examines the organizational structure of the labor union system and analyzes, through the case study, the unions of the cities of Sao Leopoldo and Bage, in the period between 1988 and 2005. Include legal and structural changes occurring in the union movement after the promulgation of the 1988 Constitution, trying to discern how the frame was received by teachers new regulatory provisions. Through the methodology of oral history, together with the analysis of the documentation of unions, we investigated the organization of teachers as well as the identity issue of teachers in these municipalities.

Keywords: Trade unionism of public municipal, organization of teachers, teacher identity.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	15
2– ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO PÚBLICO.....	27
2.1 - A QUEBRA DA HEGEMONIA E A FORMAÇÃO SINDICAL.....	37
2.2 – SINDICALISMO E AGENDA SOCIAL: UM NOVO SINDICALISMO?.....	39
2.3 – NORMATIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DO SINDICALISMO PÚBLICO.....	47
2.4 - ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA SINDICAL CONFEDERATIVO BRASILEIRO.....	56
3 - CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB).....	63
3.1 - FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS).....	67
3.2 - CENTRO DE PROFESSORES DE SÃO LEOPOLDO (CEPROL-SINDICATO).....	71
3.3 - SINDICATO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BAGÉ.....	76
4 – A REPRESENTAÇÃO SINDICAL “VISTA DE BAIXO”: OLHARES DE DOCENTES SOBRE O SINDICALISMO PÚBLICO.....	82
4.1 - SINDICALISMO, PRÁTICA DOCENTE E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	85
4.2 - SERIA O PROFESSOR UM SERVIDOR PÚBLICO ?.....	92
4.3 - PROFESSOR: VOCAÇÃO, PROFISSÃO OU EMPREGO TEMPORÁRIO ?.....	105
4.4 - REPRESENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPALISTA E PERFIL DO DIRIGENTE SINDICAL.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXOS.....	174
ANEXO 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	175
ANEXO 02 – INDICADORES SOCIAIS – 2001 (IBGE).....	176
ANEXO 03 – MANUSCRITOS DA FAMERGS.....	177
ANEXO 04 – ATA DE TRANSFORMAÇÃO DO CEPROL EM SINDICATO.....	178
ANEXO 05 – ATA DE TRANSFORMAÇÃO DA AMBA EM SINDICATO.....	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Foto do I Congresso de Municípios Rio-Grandenses.....	32
Figura 02– Delegação da FAMERGS em atividade na CSPB em Brasília/DF.....	34
Figura 03 – Cartaz do I Seminário Regional de Trabajadores Municipales del Mercosur.....	36
Figura 04 - Sistema Sindical Confederativo Brasileiro.....	57
Figura 05 – Proposta da FAMERGS para a organização do Sistema Confederativo Sindical.....	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADUNISINOS: Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APM: Associação de Pais e Mestres

ARENA: Aliança da Renovação Nacional

CAPASEMU/Passo Fundo – Caixa de Pensões e Auxílio dos Servidores Municipais de Passo Fundo

CEPROL: Centro dos Professores Municipais Leopoldenses

CEPROL-Sindicato: Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CLAT: Confederação Latino-Americana de Trabalhadores

CLATE: Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estatais

CME: Conselho Municipal de Educação

CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAE: Conferência Nacional de Educação

CPB: Confederação dos Professores do Brasil

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CPDOC: Central de Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPERGS: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CPERGS-Sindicato: Sindicato de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CPM: Círculo de Pais e Mestres

CPP: Centro do Professorado Paulista

CSPB: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

CTOS: Comissão Técnica de Orientação Sindical

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DCE: Diretório Central de Estudantes

DIAP: Departamento Institucional de Assessoria Parlamentar

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPM: Departamento de Prefeituras Municipais

E.M.E.F.: Escola Municipal de Ensino Fundamental

FAPS: Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor

FAMERGS: Federação de Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul

FASMERS: Federação de Associações e Sindicatos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul

FESISMERS: Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul

FESSERGS: Federação dos Sindicatos de Servidores Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul

FEMERGS: Federação de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNDE: Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério.

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FURG: Fundação Universidade do Rio Grande

IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONG: Organização Não-Governamental

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PGM: Procuradoria Geral do Município

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE: Plano Nacional de Educação

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RGPS: Regime Geral de Previdência Social

RPPS: Regime Próprio de Previdência Social

RCL: Receita Corrente Líquida

SIMBA: Sindicato dos Municípios de Bagé

SINPRO-RS: Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul

SMECT: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

SMED: Secretaria Municipal de Educação

TCE-RS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

TJE-RS: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

UFM: União dos Funcionários Municipais

UFPeI: Universidade Federal de Pelotas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNSP: União Nacional dos Servidores Públicos

1 - INTRODUÇÃO

Estuda o elementar: para aqueles cuja hora chegou não é nunca demasiado tarde. Estuda o abc. Não basta, mas estuda. Não te canses. Começa. Tens de saber tudo. Estás chamado a ser um dirigente. Frequente a escola, desamparado! Persegue o saber, morto de frio! Empunha o livro, faminto! É uma arma. Estás chamado a ser um dirigente. Não temas perguntar, companheiro! Não te deixes convencer! Compreende tudo por ti mesmo. O que não sabes por ti, não o sabes. Confere a conta. Tens de pagá-la. Aponta com teu dedo a cada coisa e pergunta: "Que é isto? e como é?" Estás chamado a ser um dirigente.

Louvor ao Estudo - Bertolt Brecht

A organização de uma pesquisa histórica perpassa muitos caminhos e descaminhos quando da sua elaboração, enquanto projeto, procura de fontes, escrita de potencialidades e possibilidades do entendimento acerca do que se procura compreender ou a que se pretende responder. Nesse caminho, no trabalho contínuo e nada linear, o pesquisador encontra muitas dificuldades, em muitos casos chegando a desconstruir-se para renovar seus pensamentos sobre história, educação, movimento social e, principalmente, acerca da trajetória humana no transcorrer das existências.

Nessa prática de aparar arestas e compreender, buscando evitar o pré-concebido, debatendo valores e conceitos construídos sobre ilusões e fantasias criadas pela sociedade e seus instrumentos, surge o historiador como um novo ser, que como num levantar do véu de Ísis, observa com um novo olhar, tornando-se um neófito na sociedade em que se faz inserido. Contudo, consciente (mesmo que em parte) dos mecanismos que o mundo constrói e reformula, adaptando-os a interesses estabelecidos por uma ordem, não numa aceção de conspiração mundial, mas num mecanismo que se ajusta por intermédio do seu uso, da sua posição ante a ação humana e ao capital.

Pode-se entender que a escolha do termo “capital” incluía somente a relação entre sociedade e economia, mas, nesse contexto, principalmente no que tange à educação e à pesquisa de que trata esta dissertação, relaciona-se à cultura¹, por meio dos signos do

¹ Utilizo a conceituação de Klaus Eder (2002, p. 17), para o qual “cultura refere-se a qualquer tipo de expressão

conhecimento e da organização dos professores, especialmente daqueles que labutam na educação municipalista. O produto disponibilizado é o conhecimento, relação vista de maneira negativa por alguns defensores do purismo do conhecimento, declinando ante a ação de negociar, segundo seu entendimento, o inegociável.

O conhecimento, base da atuação educacional no espaço compreendido pela municipalidade, é de importância prioritária na organização do poder local e objeto de atenção das políticas educacionais. Educar o pensamento também pode ser entendido como dogmatizar, direcionar, doutrinar os educandos, convencê-los do que o gestor entende o que é o melhor para a comunidade, para a cidade, para a coletividade.

Diferentemente da União e do Estado, o Município é o ente da federação que é percebido constantemente pelo cidadão como um espaço de reivindicações e de organização do poder mais próximo. Assim como a história pode ser “vista a partir de baixo”, também a política, de modo análogo, pode ser pensada e organizada “a partir de baixo”. A política local tem relação direta com a esfera do poder federal, por meio da execução de políticas governamentais voltadas à população. A ação do educador² também sofre influência dessa aproximação do poder instituído, onde o “patrão³” encontra-se próximo do “empregado⁴”.

Ao iniciar a organização da pesquisa, ainda no período do anteprojeto, deparei-me com inúmeras possibilidades de construção do objeto, tais como as de analisar a organização estrutural do sindicalismo nacional, a legislação sobre a temática, o envolvimento político partidário nas instituições, o clientelismo dos dirigentes, a cooptação dos sindicatos pelos governantes, a relação com as centrais sindicais, o assistencialismo sindical, o “encastelamento” dos dirigentes, entre outras. A escolha do objeto de pesquisa teve sua origem na existência de dois, ou mais, sindicatos representantes da categoria dos professores em muitos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

simbólica que dê sentido ao mundo, a sociedade e a si próprio. Ela contém elementos (meios simbólicos) para expressar tal sentido e padrões estruturais que se organizam em conjuntos coerentes.”

² O termo educador, quando utilizado pelos entrevistados, tem seu significado direcionado a uma ação educacional engajada, mais ampla do que a atividade de professor que lhe dota a habilitação técnica. A utilização do termo professor é percebida por alguns entrevistados como o exercício da atividade docente, desvinculada de um objetivo mais amplo que a disponibilização de conhecimentos da disciplina ministrada.

³ O termo patrão encontra-se entre aspas pelo fato de que, no setor público, o gestor é entendido, segundo Pessoa (1995, p. 16), como agente político, não dispondo de possibilidades legais de impor vontades alheias aos ditames da legislação pública administrativa.

⁴ O termo empregado público era utilizado até a Constituição Federal de 1988 e referia-se aqueles servidores que entram no serviço público por indicação ou contratação, ou mesmo aqueles que eram contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também existia a distinção entre funcionário público (aquele que desempenhava função em órgãos da administração direta, sob regime estatutário) e servidor público (que exercia função pública em administração direta, sob regime celetista), não acolhida pela definição contida na Constituição Federal de 1988 (PESSOA, 1995, p. 18 e 19).

Trato, neste caso, da problematização existente entre a profissão⁵ de professor em relação ao enquadramento enquanto servidor público, no âmbito das esferas representativas em termos de categorias, segundo os ditames legais. Assim sendo, existindo sindicatos de municipais (do quadro geral de funcionários) e de professores (ou de trabalhadores em educação), há duplicidade na representação e as consequências daí advindas. Entendendo-se que o educador é, ao mesmo tempo, servidor público (como classe⁶, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego) e professor (como função pública, no setor público, e profissão, no setor privado), qual seria a definição identitária escolhida pelos que exercem a função nas municipalidades?

Como servidor público de Sapucaia do Sul me deparei inúmeras vezes, com dúvidas referentes a essa autodefinição enquanto trabalhador em educação, servidor público ou professor, chegando a participar da fundação, em 2003, de um sindicato de Trabalhadores em educação⁷ nessa municipalidade.

No ano de 2007, em detrimento da atuação na entidade de base, passei a compor a direção da Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESIMERS), o que possibilitou um maior contato com os demais setores e funções existentes na máquina pública municipal, em várias municipalidades do Rio Grande do Sul. Essa aproximação oportunizou a convivência com outras entidades representativas, nesse caso, de servidores públicos municipais, tomando conhecimento do problema da criação de entidades específicas de professores em suas bases classistas.

A partir do ano de 2010, tenho participado como presidente do Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Sapucaia do Sul (SIMSS)⁸, de várias ações sindicais que se confrontam com a mesma questão de representatividade conflitiva existente no magistério, figurando nesse espaço as demais funções públicas existentes na máquina pública. Essa ação

⁵ Utilizo o termo profissão seguindo o disposto pela legislação brasileira, descrito no Ministério do Trabalho e Emprego, numa acepção liberal de ocupação funcional.

⁶ O termo classe utilizado nessa dissertação se relaciona a duas conceituações distintas: uma que reporta à normatização burocrática utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, onde encerra objetivamente os profissionais de determinado setor laboral e, outra, que entende classe segundo o pensamento de Laranjeira (1993, p.85), numa ideia de “multiplicidade/pluralidade de dimensões do social, nas quais os atores/sujeitos constituem suas identidades, configurando-se não como classe, mas como atores/sujeitos sociais em movimentos”

⁷ O Sindicato de Trabalhadores em Educação de Sapucaia do Sul (SINTESA) surgiu como instrumento de contestação ao governo do Prefeito Walmir Martins (PDT), em 1999, obtendo seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego somente no ano de 2003 devido a problemas burocráticos.

⁸ O Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Sapucaia do Sul (SIMSS), criado em 1989, teve a sua organização inicial incentivada pelo então Prefeito Walmir Martins (PDT), numa antecipação ao Partido dos Trabalhadores (PT), na possibilidade de se instituir sindicatos no setor público. Tratou-se dessa maneira de criar-se uma instituição por interesse político partidária e não seguindo a vontade dos representados.

executada em categorias entendidas como distintas - professores e servidores públicos -, ampliou os questionamentos acerca da entidade sindical pública.

Dessa maneira, a questão a ser tratada nesta dissertação relaciona-se ao olhar dos professores sobre a sua identidade profissional, abordando especialmente a relação destes com as organizações sindicais dos servidores públicos municipais e com a dos profissionais da educação, em especial, dos que compõem o quadro do magistério público municipalista. Toma como objeto de reflexão a posição dos professores em duas cidades, Bagé e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

O recorte espacial trata das cidades de São Leopoldo, localizada no Vale do Rio dos Sinos, cidade de colonização alemã, próxima da Capital do Estado e sede da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, e Bagé, situada na região da campanha rio-grandense, estruturada a partir da colonização portuguesa, distante das influências diretas da Capital do Estado, próxima da fronteira sul, localizada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, sede da Universidade da Campanha - URCAMP e com acesso à cultura platina. Esses dois municípios escolhidos, por estarem contidos em microregiões diferentes, trazem influências culturais preponderantes quando do cruzamento de informações, possibilitando, assim, a análise de características específicas diante das interpretações a respeito do processo identitário coletivo, representado pelos sindicatos. Dessa forma, objetivo seguir o raciocínio de Pesavento (2004, p. 182), que, em seus estudos, se preocupa com as “construções imaginárias de pertencimento, representações do real que assinalam identidades partilhadas”. Trata-se de analisar percepções inseridas em espaços que são “elaborações culturais históricas”, repletas de significações coletivas advindas da sociabilidade possibilitada pelo espaço delimitado, compondo um “perfil identitário local ou regional” e “composta por outras micro unidades de sentido ou por um conjunto simbólico global, sancionado como padrão de coesão social macro”.

O marco temporal escolhido é compreendido entre os anos de 1988 e 2005, já que esse período foi marcado por alterações profundas na estrutura política, econômica, sindical e social do país. A escolha de um período de vinte anos deve-se ao entendimento de que ao procurarmos nas entrevistas certa continuidade ou alterações na estrutura, nesse caso quanto à estrutura sindical, precisamos de um período relativamente longo.

O marco temporal inicial é a organização da Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a aprovação e promulgação da Constituição Federal, em 1988, onde se insere o direito à livre organização sindical sem a intervenção do Estado, além de garantir o direito de

sindicalização ao servidor público, dessa maneira, seguindo a Convenção 151 da OIT⁹ (Organização Internacional do Trabalho).

Porém, com o intuito de compor um quadro compreensível, considerei também aspectos do período da abertura política, sucedâneo de eventos contrários ao sistema ditatorial existente no país desde 31 de março de 1964, que culminou com o movimento nacional de “Diretas Já”¹⁰, em prol da redemocratização do país, além da organização burocrática¹¹ nacional, principalmente a relacionada ao setor econômico, no Banco Central, com sua reforma financeira iniciada em 1983 e encerrada em 1987.

Com a finalidade de buscar nas vozes dos que foram contemporâneos das alterações no sistema sindical do setor público a forma como foram percebidas as representações e a construção de uma identidade coletiva, em um novo contexto institucional, utilizo a metodologia da história oral, por meio da qual podem-se adquirir informações que não constam nas documentações oficiais das instituições ou que correspondem ao entendimento social de determinadas situações. Também por intermédio dessa metodologia podem-se verificar os posicionamentos de professores sobre as entidades representativas da categoria que, na sua luta diária, trazem traços das agremiações partidárias, de práticas políticas e do cotidiano em sua formação, sendo estas originárias, muitas vezes, das características culturais regionais nas quais se encontram inseridas.

Dessa maneira, não se trata de um relato de vida, já que as informações utilizadas são exatamente as que possuem fontes comuns entre os entrevistados, através das redes que estes compõem em suas vivências. E, sendo a memória um fenômeno coletivo e social, segundo Pollak (1992, p.02), a fonte derivativa da história oral, está sempre sujeita a “flutuações, transformações, mudanças constantes”, servindo o cruzamento de informações, conjuntamente com as fontes escritas, como balizador de informações despendidas pelos entrevistados.

Busca-se, assim, a “chave da porta mágica”¹² a fim de entender a maneira como os entrevistados perceberam os desdobramentos que surgiram com as alterações legais atinentes

⁹ Essa convenção da Organização Internacional do Trabalho teve a adesão oficial do governo Brasileiro em 2009, porém ainda está aguardando a normatização oficial por parte da Presidente Dilma Roussef, fato que deveria ter ocorrido no mês de julho de 2011.

¹⁰ O movimento de “Diretas Já” representou a soma de vários movimentos sociais em prol da redemocratização do Estado Nacional Brasileiro, oportunizando a aproximação entre os setores público e privado nessas lutas comuns a todos que, inexoravelmente, eram atingidos pelas políticas de governo, pela inflação e pelo desemprego.

¹¹ Refiro-me á burocracia seguindo o conceito técnico-jurídico que “designa uma teoria e uma praxe da administração pública que é considerada a mais eficiente possível” (BOBBIO, 1986, p. 124)

¹² Termo utilizado por Pesavento (2004, p. 187), para definir o meio de acessar as memórias sensíveis do entrevistado.

ao movimento sindical do setor público, em especial o direito à sindicalização, além das alterações no sentimento de pertencimento a determinada categoria profissional. A interação entre as práticas pedagógicas e a sua atuação junto à comunidade, assim como, a participação nos movimentos geridos pelo órgão representativo da categoria, formam o entendimento do professor, definindo aproximações e distanciamentos, participação ou antipatia quanto às definições da instituição sindical.

Como esta pesquisa objetiva captar a percepção do professor municipal sobre a entidade de representação classista, os critérios escolhidos para a seleção dos entrevistados atêm-se aos requisitos de o entrevistado ser professor(a) municipal(a), sócio do sindicato ou associação e de ter atuado como docente no período compreendido entre os anos de 1985 e 2005. O requisito de ser professor municipal não excluiu a opção de este também exercer a profissão em outro espaço docente, público ou privado, porém condiciona parcela de sua atuação direcionada a esse espaço educacional, em sala de aula ou outro setor do ensino municipal. O fato de se requerer que o docente tenha sido sócio do sindicato e/ou associação deve-se ao fato de que, havendo uma aproximação com a instituição, o entrevistado parte do pressuposto de que a instituição encerra em sua existência alguma finalidade classista, assistencialista, representativa ou de formação. A atuação docente serve como registro de permanência no espaço educacional, mesmo que em atividade extra-classe por algum período, a fim de que o entrevistado disponibilize informações sobre a realidade do sistema educacional, assim como da atuação da instituição sindical.

O acesso aos entrevistados deu-se por meio de pesquisa prévia de documentos das instituições sindicais (CSPB, FESISMERS, SIMBA e CEPROL-Sindicato), assim como por indicação dos próprios entrevistados, formando uma rede de relações entre estes e a instituição sindical. As informações documentais concentraram-se em registros sobre a atuação sindical, diretorias de fundação, de gestões compreendidas pelo período da pesquisa, contidas em jornais institucionais e atas, além de correspondências, material de divulgação de cursos de formação, etc. As indicações dos entrevistados, cruzadas com as informações dos documentos, oportunizaram contatos com outros professores, alguns aposentados e outros ainda em atuação em outras redes de ensino, como a estadual e a particular.

Características referentes a titulação, a gênero, a ideologia ou a filiação partidária não foram utilizados como requisitos de seleção, porém pode-se perceber a importância destas ante a organização das falas quando das entrevistas, presentes inúmeras vezes na seleção individual diante dos embates de memória do próprio entrevistado.

Com a finalidade de melhor inserir as entrevistas no contexto, organizei a dissertação a partir da delimitação ampla do objeto: o sindicalismo público. Porém, antes de adentrar na percepção dos entrevistados, para que se tivesse entendimento acerca das diferenças e sinonímias do sindicalismo público e privado, assim como da forma de organização efetuada no país, organizei a dissertação em quatro capítulos.

A introdução figura como o primeiro capítulo do trabalho e contém informações sobre a organização do anteprojeto de pesquisa, as razões da escolha do objeto de pesquisa, o recorte temporal e espacial, assim como a metodologia utilizada e os critérios de seleção dos entrevistados.

O segundo capítulo procura traçar um panorama da organização dos trabalhadores do setor público e privado no Brasil, dos movimentos associativos ou sindicais, oportunizado por pesquisa bibliográfica e documental sobre a organização da base do sindicalismo nacional, especialmente os que se referem ao Estado do Rio Grande do Sul. Como o sindicalismo do setor público foi legalizado recentemente e como anteriormente a organização dos funcionários públicos seguia o sistema associativo, poucos trabalhos se referem a esse setor, e suas análises concentram-se em sindicatos do setor privado. Dessa maneira, permanecem algumas questões referentes a esse tipo de organização no setor público: a organização em associações direcionava-se somente a ações assistencialistas? A representatividade dessas instituições era limitada a ações destinadas à categoria representada? Teria a conquista do direito à sindicalização no setor público influenciado na atuação das entidades representativas constituídas anteriormente?

No terceiro capítulo, por meio da revisão da legislação Brasileira, culminando com a normatização e enquadramento jurídico da representação no setor público, analiso a estruturação legal do sindicalismo Brasileiro. Dá-se uma maior atenção, no capítulo, à Assembleia Nacional Constituinte e à Carta Constitucional de 1988, instrumento legal em que o setor público alcançou o direito institucional à liberdade e a não-intervenção por parte do Poder Público no movimento sindical¹³. Pode-se verificar que, nas Constituições anteriores, o sistema sindical era autorizado pelo poder constituído, obedecendo a regras referentes à sua atuação e limitando os poderes das entidades representativas. Em todas as Constituições anteriores à Carta de 1988, o sindicalismo tratado referia-se, exclusivamente, ao setor privado, restando aos servidores públicos a organização via associação de funcionários ou associação representativa da categoria, como as associações de professores que, com a Constituição de

¹³ Constituição Federal de 1988, Art. 8º, I a VIII.

1988, na sua maioria, no caso municipal, transformaram-se em sindicatos de professores ou sindicatos de trabalhadores em educação¹⁴. Essa transformação, aliada à possibilidade de sindicalização no setor público, elevou consideravelmente o número de sindicatos registrados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Também nesse capítulo é descrito como ficou organizado o sistema confederativo, figurando a organização institucional na qual existe relação com os professores entrevistados, ou seja, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), a Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS)¹⁵, Centro de Professores de São Leopoldo (CEPROL-Sindicato) e Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA). Organizo, dessa forma, um breve levantamento da ação gerida pela legalidade constitucional, possibilitando o direito à sindicalização no setor público, assim como seus reflexos na transformação das associações, além da reação que essa escolha ocasionou na categoria dos professores.

No quarto capítulo, fundamentado quase que exclusivamente nas entrevistas efetuadas com professores das cidades de São Leopoldo e Bagé, procuro estabelecer a conceituação de servidor público e de professor, segundo a percepção dos entrevistados ante esses dois conceitos diferenciados, mas entrelaçados por significações próximas e contínuas no setor público, numa confusão entre cargos, profissão e função pública.

Na Constituição Federal, manteve-se a diferenciação entre servidor público e trabalhador da iniciativa privada já que as definições do sindicalismo público constaram em

¹⁴ Nessa direção, fundou-se, na década de 1930, a UFM (União dos Funcionários Municipais), entidade que congregava todas as Associações de Funcionários Municipais do Estado do Rio Grande do Sul, fundada na década de 1930. Essa instituição, embora sem reconhecimento jurídico, como sindicato, pelo Poder Público instituído, executava uma ação que ia além da associativa, nos moldes assistencialistas que se verificam atualmente em instituições desse tipo. Tratava de ações reivindicatórias, de classe, perante o poder instituído, embora, muitas vezes, sem o reconhecimento legal da representação. (SILVA JR, 2004, p. 79)

¹⁵ Utilizo a FESISMERS como referência à federação, apesar da existência de outra, também registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Federação de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FEMERGS). A escolha deve-se ao fato de, continuamente, a Federação de Sindicatos de Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS) ter reconhecida a sua representatividade pelo sistema judiciário. (http://www3.tjrs.jus.br/site_php/consulta/download/exibe_documento.php?codigo=1732930&ano=2010). Como o foco desta pesquisa direciona-se à visão do professor sobre a instituição sindical, optou-se em não tratar das demandas judiciais referentes a disputas institucionais entre federações e confederações, fato que existe no sistema sindical atual. As ações judiciais referem-se, quase que exclusivamente, à busca pelo reconhecimento judicial do direito à recepção de parcela do Imposto Sindical. No caso de algumas federações e confederações, apesar de existir o discurso contrário a esse imposto, estas mantêm argumentos jurídicos para o seu recebimento, contrariando a ação jurídica ao posicionamento discursivo da entidade. Nesse caso, pode-se verificar o posicionamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, em seu posicionamento discursivo, sempre foi contrária ao imposto sindical, mas, recentemente, conquistou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o seu reconhecimento como entidade representativa dos trabalhadores e, conseqüentemente, o direito de perceber parcela do imposto sindical. Verifica-se, assim, que a ação das federações e confederações filiadas à CUT, seguem o mesmo posicionamento, dialeticamente contrários, mas efetivamente interessados em receber o capital oriundo de um dia de trabalho dos servidores públicos. (LADOSKY, 2009, p. 05)

separado na Carta Magna (Art. 37º, VI). Essa ação vem ocasionando, desde a implementação da Constituição, problemas para a definição de direitos a esse setor laboral. Outra alteração que encaminhou diferenciação no trato do setor público foi a implantação do sistema estatutário em contraposição ao sistema celetista (CLT), assim como aos respectivos sistemas de aposentadoria, sendo o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) proveniente do sistema estatutário, e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conhecido como INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), oriundo do regime celetista de contratação. Esse novo ordenamento legal ocasiona direitos diferenciados a servidores que exercem as mesmas funções laborais, ocasionando aos sindicatos problemas quanto à informação a ser disponibilizada aos sindicalizados.

A constituição de sindicatos trouxe o embate quanto ao sentimento de pertencimento à categoria representada pela instituição. No caso municipalista, seguindo as determinações constitucionais de unicidade sindical, a categoria existente é a dos servidores públicos municipais. Assim sendo, o sindicato que a representaria seria o dos servidores municipais. Ocorre que, como existe no setor privado representação sindical por função/profissão¹⁶ (professor, médico, arquiteto, etc.), esse modelo foi adaptado ao setor público, proporcionando a quebra da unicidade e gerando a criação de sindicatos¹⁷ de professores, educadores e servidores da saúde, além do sindicato de municipais, entidade que representa todos os funcionários, independentemente de suas funções laborais¹⁸.

Nesse contexto de legalidade/ilegalidade, o movimento sindical organizou-se. No entanto, é preciso que se diferencie o sistema de representação sindical que ocorre no setor privado daquele que diz respeito ao setor público, numa confrontação entre a função (professor) e a categoria (servidor público). Neste capítulo, procuro responder, com base nas entrevistas, se essa ação de aproximação entre o público e o privado proporciona a criação de

¹⁶ No Ministério do Trabalho e Emprego, junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, o termo classe significa a abrangência do cargo, de forma genérica, e o termo categoria significa função desempenhada, ou seja, mesmo sendo os professores pertencentes à classe dos servidores públicos, compõem a categoria de professores, ocasionando a ampliação da representatividade e gerando confusão na determinação da base sindical, o que pode resultar na quebra da unicidade disposta na Constituição de 1988.

¹⁷ Essa multiplicidade representativa pode, também, advir da sensação de não-pertencimento à classe de servidor público, antes reconhecida como posição social privilegiada, possibilitada a poucos cidadãos que possuíam contatos dentro da máquina pública, a fim de indicá-los ao serviço, em razão de inexistir, antes de 1988, a obrigatoriedade de execução de concurso para acessar o serviço público.

¹⁸ Essa forma de representação sindical, abrangendo todos os setores, executa uma ação também ampla, relegando as peculiaridades dos profissionais a uma única atuação sindical. No caso específico desta dissertação, a educação pública municipalista, a organização classista verificou uma ampliação na criação de instituições exclusivas para os professores ou que se dedicam ao setor educacional. Essas organizações, como no caso dos sindicatos privados, em sua maioria, iniciaram como associações, transformando-se em sindicatos após a Constituição de 1988.

entidades múltiplas, que englobam servidores e professores ou exclusivamente professores, nas municipalidades pesquisadas.

Em razão das múltiplas faces do mercado de trabalho, assim como da percepção identitária dos professores, também se analisa o entendimento dos entrevistados sobre a sua identificação enquanto professor - como vocação, profissão ou emprego - numa acepção de pertencimento e identidade coletiva. Busca-se verificar não só de que maneira o professor percebe a si mesmo e aos demais no mundo do trabalho, como também a forma que trata da ação laboral ante as possibilidades de mercado, e se este acessa o serviço público com intenção de fazer carreira ou de exercer trabalho temporário.

As razões que envolvem a escolha de criar-se um sindicato exclusivamente de profissionais do magistério também seguem as práticas do sindicalismo privado, contrariando os preceitos da mesma constituição que garantiu o direito de organização sindical ao servidor público. Mas quais seriam os fatores causadores dessa sinonímia? A falta de conhecimento da legislação por parte dos Servidores Públicos? A interferência do senso comum, ampliado pela disseminação de informações por intermédio dos meios de comunicação, influenciando na apreensão de conhecimentos sobre o que seria a organização sindical? Como os professores perceberam o processo de transição de associação para sindicato? A crença de que a criação de uma organização institucional exclusiva de profissionais do magistério poderia ser definitiva para a ampliação e conquista de direitos a esse setor? Ou seria uma questão referente à busca de uma diferenciação diante dos demais trabalhadores que compõem a categoria de servidores públicos?

E, mesmo com a criação institucional, passando de associação para sindicato, existem questionamentos sobre a legitimidade da representação, de onde partimos da hipótese da descrença geral no sistema político e sindical. Talvez a posição de descontentamento ante a atuação dos dirigentes sindicais seja oriunda da relação diferenciada entre as ações no setor privado e no setor público, em que, no primeiro, o dirigente disputa diretamente com o sindicato patronal ou com o patrão e em que as suas conquistas são legitimadas como fruto de uma ação da entidade representativa, e, no segundo, em que toda a demanda conquistada necessita de uma legitimação formal do Poder Público, que, muitas vezes, utiliza essa ação como concessão, e não conquista, por parte do representante da categoria.

Compondo a organização da pesquisa, conjuntamente com a metodologia da história oral, faço uso da pesquisa em fonte documental escrita, por meio de atas de sindicatos, correspondências expedidas e recebidas, jornal sindical das entidades sindicais de base e da

FESISMERS (Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul) sobre o setor, além de fotografias, a fim de compor um quadro relacionando às falas dos entrevistados com a visão da instituição sindical, de primeiro e segundo grau no que se refere à educação e seus desdobramentos.

Objetivando uma melhor compreensão sobre os limites da atuação do sistema representativo no setor público, utilizo de análise de parte da legislação referente às entidades sindicais e ao labor docente, com abrangência municipal, estadual e nacional. Estas figuram em muitas ações e informações, presentes nos documentos das entidades representativas (associações, sindicatos, federação e confederação), assim como nas entrevistas disponibilizadas pelos professores das cidades de São Leopoldo e Bagé.

As atas de reuniões de diretoria ou de assembleias de representantes, dos sindicatos e da federação de sindicatos, servem como instrumentos burocráticos de registros de ações implementadas pelas gestões das instituições. Estes registros, no entanto, são seleções de informações que “podem”¹⁹ estar presentes, mas configuram-se como escolhas entre as ações e debates presentes no espaço sindical, em muitos casos presentes em outros documentos e entrevistas mas que se encontram, algumas vezes, ausentes nestes documentos. O registro burocrático institucional dos sindicatos segue a intenção de reunir informações que poderão ser utilizadas como instrumento político ou jurídico em algum cenário favorável ou desfavorável da atuação classista.

A utilização de correspondências expedidas e recebidas das instituições serve como fonte para perceber as interações existentes no sistema sindical, numa relação entre representantes e representados, assim como instrumento de comparação entre o que consta nos registros institucionais e o que figura como realidade na prática sindical de base. Esse tipo de documentação informa a situação da entidade e do sindicalismo público, especialmente ao que diz respeito a financiamento, formação, organização e métodos de lutas.

O Jornal Sindical serve como instrumento direcionador do entendimento dos servidores a determinados assuntos e atividades propostas pela instituição, compondo um quadro que figura como o que a gestão quer apresentar aos sócios. Esse instrumento informativo é composto por escolhas referentes aos assuntos que a gestão entende como importantes aos representados, onde em alguns casos não figuram as informações presentes nas Atas de reuniões e de assembleias e, tampouco, nas falas dos professores nas entrevistas.

A Hemeroteca sindical configura-se como uma seleção da seleção de informações

¹⁹ O termo “podem” encontra-se entre aspas por tratar-se de uma escolha quanto ao que se pode ou deve constar nos registros, sendo que estes são uma seleção dos assuntos e ações implementadas pelas instituições.

presentes nos periódicos. Essa escolha é oriunda do entendimento acerca do que é importante arquivar, guardar para a posteridade, além de configurar-se numa atitude de registro das percepções dos demais meios de comunicação sobre a instituição presente nas reportagens selecionadas pelas diretorias e gestões. Não se configura somente como uma informação presente nos jornais mas, principalmente, como a forma que os meios de comunicação apresentam o sindicalismo do setor público.

As fotografias e figuras encontradas nos arquivos institucionais são, assim como a hemeroteca sindical, uma seleção das ações implementadas pelas gestões e que por intermédio do registro dos diversos momentos da atividade sindical. São registrados a participação em debates, passeatas, congressos, cursos de formação, manifestações, reuniões, etc., que servem como comprovação visual das atividades constantes nos relatórios e documentos dos sindicatos.

Os cruzamentos das fontes acima descritas serviram para verificar a presença dos professores nas atividades sindicais municipais nas cidades de Bagé e São Leopoldo, além de sua participação nas demais atividades propostas pelo sistema confederativo, e interação com os demais profissionais envolvidos nas atividades do setor público.

Os acervos consultados nesta pesquisa foram o do Sindicato de Municipários de Bagé (SIMBA), do Sindicato de Professores Municipais de Bagé (SINPROFEM), do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL- Sindicato) e da Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS), disponibilizados pelos gestores destas instituições e que, em sua maioria, tiveram o acesso franqueado sem nenhuma restrição.

2 – ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO PÚBLICO.

A política é o resultado da sociedade que a produz e, em seu espelho, reflete todas as contradições. (...) Assim é a política: entre tanto esterco, um diamante lapidado, um administrador eticamente ousado, um parlamentar disposto a perder o mandato, mas não a moral. (BETTO, 2006, p. 280.)

A pouca ou nenhuma atenção à temática da formação ou da cultura sindical oportuniza objetos ainda inéditos na pesquisa sobre o movimento sindical, especialmente no que se refere ao setor público. A atuação sindical dos servidores públicos surge como uma necessidade na atuação profissional, sendo este o único setor de trabalhadores que, até o final da década de 1980, não possuía o direito organizar-se em uma instituição sindical reconhecidamente representativa de sua categoria funcional. Porém, mesmo sem o reconhecimento legal como sindicato²⁰, possuía legitimidade dada pelo reconhecimento da categoria representada, agindo paralelamente ao sistema sindical vigente por intermédio de associações de funcionários públicos, de educadores, de professores, etc., desde a primeira metade do século XX.

Porém, como observa Manfredi (1996, p. 16 e 17),

[...] os estudos existentes que tomam como objeto de estudo o movimento operário-sindical no Brasil priorizam temáticas e questões que dizem respeito a dimensões históricas e político-organizativas atinentes a formas, processos e movimentos de resistência, reivindicação, pressão e luta; formas de luta e organização e mobilização (centradas ora no cotidiano do trabalho ora nos sindicatos); interferência e relações com o Estado e partidos políticos. Enfim, temas relativos a estrutura e dinâmica do próprio movimento operário-sindical, suas relações com o Estado e outras instâncias da sociedade civil, com pouca ou nenhuma ênfase nos temas de interface como educação, cultura sindical, formação/organização; formação sindical e poder político em entidades sindicais, etc.

Segundo Cruz (2008, p. 66), a organização por categoria ou classe profissional, no setor público, e em especial na área do professorado, pode ser percebida pela referência “à existência de uma sociedade denominada Instituto Pedagógico Paulista, de 1895”²¹. No Rio

²⁰ As associações de funcionários públicos possuíam estatuto registrado em cartório, constituindo-se dessa maneira como pessoas jurídicas de direito público, o que lhes permitia contratar com o comércio local, tendo sua atuação direcionada principalmente ao assistencialismo, não possuindo caráter representativo no sistema sindical.

²¹ Segundo Helvia Leite Cruz (2008, p 66), este instituto tinha por objetivo trabalhar pelo prestígio e independência da classe do professorado, entendendo que com este fim o professorado poderia garantir a

Grande do Sul, além de organizações associativas voltadas à organização da categoria em prol de melhoria do serviço público, existiam associações mutualistas do setor público. Segundo o historiador Adhemar Lourenço da Silva Jr (2004, p. 79), o fato de este tipo de organização não possuir sede em alguns municípios “não significa que não houvesse atividades aí desenvolvidas, porque algumas entidades tinham âmbito regional: a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha "núcleos" (com no mínimo 3 membros) em 81 dos 88 municípios do Estado existentes em 1940.”

A União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul foi fundada em 10 de março de 1939, na cidade de Santa Maria. Por sua atuação ser direcionada à organização das pensões dos servidores públicos municipais, obteve o reconhecimento de entidade de utilidade pública pelo Decreto do Governo Federal nº 13.969 de 09/11/1943. Como em muitos municípios inexistiam organizações voltadas à Caixa de Pensões dos Servidores Municipais, cidades como Camaquã²², Carazinho²³, Pelotas²⁴, Santa Maria²⁵, Venâncio Aires²⁶, Viamão²⁷, entre outras, acabaram contratando essa instituição para administrar esse setor. Essa instituição, segundo Silva Jr (2004, p. 500), também exercia a ação reivindicatória ao setor municipalista, já que “pleiteava a padronização dos estatutos dos municipais” e o “reajustamento e revisão dos quadros do funcionalismo”, além do direito à “representação social nos diversos setores do Estado”. Essa sociedade chegou a possuir 3257 sócios e a pleitear a criação de uma Federação Nacional de Associações de Municipais.

O entendimento de que as entidades associativas exerciam representação nos mesmos moldes do sindicalismo do setor privado pode ser observado na notícia veiculada pelo Jornal Folha da Manhã, no dia 05 de dezembro de 1979, que trazia como título a chamada “Servidores do município vão discutir reajuste salarial”, com o seguinte texto:

Reunidos ontem à tarde, os dirigentes de oito entidades de funcionários públicos municipais decidiram: assembléia geral da classe na próxima semana para ver se aceitam ou não o índice salarial fixado pelo Prefeito Villela. Segundo os barnabés, o descontentamento da classe já é muito grande e, devido aos índices fixados, podem decidir chegar à greve. Para esta assembléia geral, estão

instrução do povo. Apesar deste Instituto publicar o periódico “A instrução popular”, não se tem registro de que esta instituição teve permanência.

²² Lei Municipal nº 28, de 28 de outubro de 1953.

²³ Lei Municipal nº 0589, de 31 de dezembro de 1942.

²⁴ Lei Municipal nº 195, de 17 de julho de 1950.

²⁵ Lei Municipal nº 251/53, de 14 de agosto de 1953.

²⁶ Lei Municipal nº 0530, de 15 de Outubro de 1964.

²⁷ Lei Municipal nº 0269/53, de 18 de novembro de 1953.

convidados também o prefeito Villela, o Presidente da Câmara de Vereadores e os líderes de bancadas.²⁸

Mesmo não possuindo o direito, previsto na legislação, para representar judicialmente contra a prefeitura de Porto Alegre, os servidores reuniam-se e discutiam, na associação de funcionários, as reivindicações da categoria que seriam debatidas com o Poder Público. Também se verifica na reportagem a utilização do termo “barnabés”, que se referia aos servidores públicos municipais e que caiu em desuso.

A inserção das associações no espaço municipal dava-se, principalmente, pelos convênios efetuados com o comércio local, ocasionando aproximação dos servidores públicos aos empresários e dirigentes da cidade. O incentivo à compra junto aos estabelecimentos comerciais da cidade tinha por objetivo o aumento da circulação de moedas e, conseqüentemente, da arrecadação pública, principal financiador dos salários dos servidores. Daí figurar como reivindicação dos municipais, quando da Assembleia Nacional Constituinte, a maior participação dos municípios na distribuição da arrecadação pelo Governo Federal.

A aproximação da associação dos municipais ao comércio local também figurava como um problema para as instituições, já que movimentava valores superiores aos de sua arrecadação oriunda de mensalidades e comissões recebidas pelo comércio conveniado. A má utilização do capital oriundo dessas transações poderia ocasionar a insolvência da instituição, como pode ser verificado na Associação de Servidores Municipais de Canoas, onde, no ano de 1979, o presidente chegou a ser afastado por suspeição de “irregularidades cometidas contra o patrimônio da entidade.”. A notícia figurou como destaque de capa do Jornal “O Timoneiro”, de Canoas, no exemplar correspondente à semana de 03 a 09 de agosto de 1979, denunciando que o presidente da instituição “usou cerca de 900 mil cruzeiros da ASMC em seu próprio benefício, enquanto um filho seu usava 300 mil cruzeiros”, e que a associação estava “devendo cerca de três milhões de cruzeiros na praça de Canoas”, possuindo um aporte financeiro mensal que “não passa de cerca de cem mil cruzeiros, oriunda de mensalidades e de comissões recebidas do comércio.”.

Essa situação pode ser verificada em muitas outras associações que, além da suspeição de desvio de capital, também conviviam (e convivem) com o repasse atrasado de recursos por

²⁸ SERVIDORES do município vão discutir reajuste salarial. Jornal Folha da Manhã, Rio Grande do Sul, 05 dez. 1979, sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

parte das prefeituras municipais. Esses repasses eram originários de convênios entre o Poder Executivo e as associações de municipais, em que o servidor, ao utilizar o crédito no comércio local, passava a ser descontado na folha de pagamento e os valores devidos pelo servidor eram encaminhados à associação. Ocorre que nem sempre esse repasse era efetuado ou tinha seus prazos vencidos, ocasionando problemas à instituição associativa junto aos credores.

Porém, mesmo com problemas relacionados às relações entre Poder Executivo e associações, o Estado do Rio Grande do Sul era visto pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil como "o estado mais organizado como categoria, enquanto existem alguns que sequer contam com uma associação."²⁹

Corroborando essa opinião quanto a organização do sistema associativo no Rio Grande do Sul, tem-se a criação da Federação das Associações de Municipais do Estado do Rio Grande do Sul – FAMERGS, que foi fundada em 28 de outubro de 1979, na cidade de Canoas. Esta constituiu-se como representante de associações de servidores municipais e tinha como um dos fins a “colaboração com os municípios e demais poderes constituídos, no estudo e na solução dos assuntos que se relacionem à classe dos municipais em geral.”. Também possuía em seus estatutos referência a não participação em atividades relacionadas a questões religiosas, político-partidárias e segregacionistas³⁰.

Essa federação originou-se do desejo dos servidores públicos municipais, representantes das associações de funcionários municipais, presentes no 1º Congresso de Municipais Rio-Grandenses, em 1979, na cidade de Canoas. No documento base desse evento, consta que, com o desejo de

[...] continuar pugnando em prol das causas municipais, pois entendem que somente 'REIVINDICANDO UNIDOS – SUPERAREMOS OS OBSTÁCULOS' e, como testemunho desta assertiva, apresentam ao julgamento e consideração da classe municipal riograndense a idéia de instituição de uma 'FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL', cuja estrutura administrativa começa a formular-se nesta oportunidade e que, dentro em breve, tenderá a desenvolver seu papel primordial de órgão de coordenação e representatividade dos interesses e postulações de nossa categoria, através das ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS,

²⁹ OS BAIANOS vieram observar e gostaram. Jornal da Manhã, Rio Grande do Sul, 26 nov. 1991. p. 06. Hemeroteca da FESISMERS.

³⁰ Estatuto da FAMERGS. Arquivo do FESISMERS.

conduzindo nossas esperanças de melhores dias para uma radiosa e palpável realidade.³¹

A necessidade de uma organização estadual, demandada desde a década de 1930 pela União dos Funcionários Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (UFM), realizou-se após a deliberação das próprias associações presentes no evento, denotando um entendimento de que a união dos funcionários municipais continuava sendo uma necessidade presente.

A necessária união das associações talvez advenha da realidade em que se encontravam os servidores públicos naquele período, verificado nas palavras do Presidente da CSPB, Archimedes Pereira Franco, quando do I Congresso de Municípios Rio-Grandenses, em 1979, que se manifestou à imprensa, por intermédio de mensagem em Jornal, da seguinte maneira:

Os trabalhadores do Estado constituem hoje o segmento mais marginalizado da Sociedade Brasileira. A fome assola os lares dos que são empregados do governo. Ninguém é contra. Todos são a favor. Mas a classe se encontra na miséria. Proibidos de sindicalizar-se, sem poder de pressão, recebendo salários aviltantes e incompatíveis com o atual custo de vida, os servidores públicos brasileiros protestam pelo direito de profissionalização e dignificação da classe, de manutenção de suas vidas e de seus dependentes.³²

Os servidores públicos eram trabalhadores despossuídos dos direitos de que eram dotados os demais trabalhadores, tais como a sindicalização, a greve, férias remuneradas, 13º salário, etc., e a organização de um congresso de municípios era a oportunidade de se expor essa realidade à sociedade, além de se demonstrar que as associações estavam conscientes de seu papel nas lutas por melhorias e direitos à categoria. Um dos participantes, representante da Associação de Servidores do Estado da Bahia, Sr. Otávio de Souza Machado, definiu o evento como “uma pequena semente que haverá, em futuro muito breve, apresentar seus resultados tão frondosos que nem se pode agora fazer-se uma idéia precisa’.”³³

³¹ Carta aberta aos municípios. 1º Congresso de Municípios Rio-Grandenses. Canoas, 24 de maio de 1979.

³² MENSAGEM da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Jornal Fato Ilustrado, Canoas, 01 nov. 1979, p. 09. Hemeroteca da FESISMERS.

³³ OS BAIANOS vieram observar e gostaram. Jornal Fato Ilustrado, Canoas, 01 nov. 1979, p. 13. Hemeroteca da FESISMERS.



Figura 01 – Foto do I Congresso de Municípios Rio-Grandenses, em 1979.

Fonte: Jornal Fato Ilustrado, 01/11/1979, p.13.

O pioneirismo do Rio Grande do Sul, na organização desse congresso de municípios, foi percebido pelo governo federal, e, em telegrama enviado aos congressistas, o Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Sr. Golbery do Couto e Silva, declarava que

1729/26/20/2979 - INCUMBIU-ME SENHOR PRESIDENTE REPUBLICA AGRADECER ATENCIOSO CONVITE PARA CONGRESSO MUNICIPALIOS RIOGRANDENSES VG LAMENTANDO IMPOSSIBILIDADE COMPARECIMENTO PT CDS CUMPRIMENTOS GOLBERY DO COUTO E SILVA MIN CH GAB CIVIL.³⁴

Porém, apesar das ações descritas no Congresso e presentes nas décadas precedentes, a FAMERGS, após a Constituição de 1988, com o direito à sindicalização e ao recebimento da contribuição sindical, iniciou um processo de embate frente à organização de novas federações, as quais se fundamentavam na falta de representatividade dessa entidade. Um desses casos referidos foi protagonizado, em 1990, pelo Sindicato de Municípios de Porto Alegre (SIMPA) que, entendendo que a Federação de Associações não representava os

³⁴ LIDERANÇAS políticas apoiaram o Iº Congresso dos Municípios. Jornal Fato Ilustrado, Canoas, 01 nov. 1979, p. 11. Hemeroteca da FESISMERS.

sindicatos iniciou, um processo de organização de uma Federação de Sindicatos de Municipários³⁵.

Com esse fim, o SIMPA organizou uma reunião no dia 23 de junho de 1990, reunindo 10 representantes de entidades do interior. Contudo, a tentativa tornou-se frustrada já que a FAMERGS obteve junto ao Ministério do Trabalho registro referente à sua transformação em Federação de Associações e Sindicatos, o que foi entendido pelos dirigentes do SIMPA como uma “tentativa de golpe contra a criação da 'verdadeira' federação, afirmando que 'eles acrescentaram o sindicato no nome da entidade, apenas para ter receita'.”³⁶

Essa luta pela representatividade da categoria acirrou-se somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, já que, dentre os inúmeros documentos arquivados na Federação de Associações do Estado do Rio Grande do Sul, não constam referências à intenção de criação de outra federação ou da ineficiência postulada pelo Sindicato de Municipários de Porto Alegre. Consta, entre outros, material de divulgação com Carimbo do Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Porto Alegre (DMAE) declarando que

A Federação das Associações de Municipários do Estado do Rio Grande do Sul é de fato e de direito, a entidade da categoria da qual nós recebemos o apoio dentro do âmbito político-Classista, pois esta Entidade Federativa, não foi fundada para separar ou dividir grupos de servidores públicos municipais.³⁷

Outro registro referente à atuação da FAMERGS, no que se refere à atuação classista, pode ser encontrado nas teses apresentadas no XII Congresso Nacional de Servidores Públicos, em que foi defendida a implantação de um programa habitacional para os servidores que possuísem renda familiar entre um e três salários mínimos, adequando a proposta do Ministro do Interior, que a defendia, direcionando-a a servidores que recebessem renda individual de um a três salários mínimos. A FAMERGS defendia que “existe em nosso país uma camada enorme de servidores que não chegam a perceber o valor de um (01) salário mínimo³⁸. Noutro momento, no ano de 1988, a FAMERGS também reivindicava esse

³⁵ COMEÇA a luta para formar uma federação. Jornal Zero Hora, Rio Grande do Sul, 04 jun. 1990. Sem data. Hemeroteca da FESISMERS.

³⁶ FEDERAÇÃO divide os municipais. Jornal Correio do Povo, Rio Grande do Sul, 24 jun. 1990, p. 19. Hemeroteca da FESISMERS.

³⁷ MUNICIPALIOS. Associação dos Servidores do Departamento Municipal de Águas e Esgotos de Porto Alegre (ASDMAE). Material de divulgação. Gestão 1985-1988. Arquivo da FESISMERS.

³⁸ Tese apresentada ao Congresso de Goiânia. Federação de Associações de Municipários do Estado do Rio Grande do Sul (FAMERGS). 14 de maio de 1980.

benefício para os servidores públicos, e, além de um programa habitacional, propunha “um Programa Educacional que permita sua ascensão nos quadros de carreira da função pública.”³⁹



Figura 02 – Delegação da FAMERGS em atividade na CSPB em Brasília/DF
Fonte: Arquivo da FESISMERS

Entretanto, nos anos que antecederam a aprovação do direito à sindicalização no setor público, as entidades dependiam exclusivamente de mensalidades e doações de associados, o que não garantia sua manutenção nem a verba necessária para cobrir gastos com deslocamentos de dirigentes pelo interior do Estado, assim como sua participação em congressos. Com esse direito conquistado, adveio o de essas entidades receberem parte da contribuição sindical, o que facilitou a sua atuação e despertou um maior interesse político de algumas entidades associativas ligadas a partidos políticos ou Centrais Sindicais. Pode-se entender dessa maneira pelo fato de, somente após a liberação da sindicalização no setor público, surgirem muitas federações de sindicatos que eram despossuídas de qualquer histórico de representação classista anterior.

Inclusive, é de se observar que eram constantes as correspondências entre associações e federação, assim como entre a federação e a confederação, com a temática referente a mensalidades, atrasos de pagamentos e, até mesmo, desfiliação em detrimento da falta de recursos para saldar as dívidas, como o foi o caso do Grêmio de Servidores Inativos do

³⁹ Relatório da Comissão de Estudos sobre atividades patronais do Congresso de Municípios realizado em Novo Hamburgo. 21 de outubro de 1988.

Município de Porto Alegre (GRESIMPA) que encaminhou ofício à FASMERS, em 30 de setembro de 1990, determinando que “considerando nossos encargos e nossa situação financeira modesta, resolveu, mesmo a contra gosto, solicitar a V. Sa. Se digne autorizar o cancelamento de nosso registro de sócio do órgão que V. Sa. Dirige.”⁴⁰. A federação, seguindo os mesmos moldes arrecadatórios encontrados nas associações, também encaminhava ofícios às filiadas solicitando o pagamento das anuidades e, em alguns casos, o adiantamento dos pagamentos vindouros, vislumbrando “dar um melhor atendimento a todos aqueles que nos procuram”⁴¹.

A transformação da Federação das Associações (FAMERGS) em Federação das Associações e dos Sindicatos (FASMERS) e, posteriormente, em entidade representativa, exclusivamente, de Sindicatos (FESISMERS), constitui-se em continuidade da atuação efetuada desde a sua fundação, em 1979. Pode-se verificar esse fato na Ata solene de instalação do IX Congresso de Municípios Rio-Grandenses, que ocorreu em 1997, na cidade de Caxias, com a participação de 77 congressistas representando entidades filiadas, onde consta a nominata de congressos pregressos da instituição, que foram:

[...] 1) em Canoas, em outubro/79, com 60 participantes de 17 entidades e 13 municípios; 2) em Passo Fundo, em outubro/80, com 180 participantes de 23 entidades e 18 municípios; 3) em Pelotas, em abril/82, com 160 participantes de 28 entidades e 19 municípios; 4) em Santo Ângelo/85, com 139 participantes de 23 entidades e 18 municípios; 5) em Santa Rosa, em outubro/86, com 224 participantes de 48 entidades e 35 municípios; 6) em Novo Hamburgo, em outubro /88, com 135 participantes de 34 entidades e 35 municípios; 7) em Ijuí, em outubro/91, com 97 participantes de 43 entidades e 30 municípios; 8) em Quaraí, em outubro/93, com 67 participantes brasileiros e 10 uruguaios, de 27 entidades e 25 municípios.⁴²

Para o sindicalista João Fabiano da Costa Brito, presente no movimento sindical desde a fundação da federação, em 1979, e eleito para a direção da federação em 1998, “desde o início de sua gestão, a FESISMERS passou a investir na capacitação de seus quadros e no aperfeiçoamento do servidor público municipal, tendo já empreendido seis diferentes cursos de Formação Sindical para dirigentes.”⁴³. Em sua primeira gestão, a federação iniciou o encaminhamento de ofícios às prefeituras e Câmaras Municipais de Vereadores, a fim de que

⁴⁰ Correspondências recebidas. Federação de Associações e Sindicatos de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FASMERS). Arquivo da FESISMERS.

⁴¹ CIRCULAR. FASMERS. 31 de janeiro de 1990. Arquivo da FESISMERS.

⁴² Ata solene de instalação do IX Congresso de Municípios Rio-Grandenses. FESISMERS. 09 de outubro de 1997

⁴³ SINDICALISTA de São Gabriel dirige Federação do RS. Jornal O Imparcial, São Gabriel, 28 out. 1998, p. 08. Hemeroteca da FESISMERS.

estas entidades efetuassem o recolhimento da Contribuição Sindical no setor público, o que oportunizou melhores condições financeiras às entidades sindicais, de todos os níveis confederativos (sindicato, federação e confederação).

Também se pode verificar que a organização associativa e sindical no setor público não se restringia a uma atuação corporativa e localizada em seu espaço territorial de representação, figurando entre as suas ações de formação e de lutas a interação com outras entidades nacionais e internacionais, tais como a Federación Nacional de Asociaciones de Empleados y Obreros Municipales del Uruguay (FNM), a Confederação Latinoamericana de Trabajadores Estatales (CLATE), a Confederación Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), a Internacional do Serviço Público (ISP), Sindicatos, Federações e Confederações nacionais, tais como a Federação Gaúcha de Servidores Públicos Federais (FEGASP), a Federação de Sindicatos de Servidores do Estado do Rio Grande do Sul (FESSERGS), o Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERGS-Sindicato), entre outras.

Essa atuação que transpunha o espaço geográfico configurou-se por ações conjuntas entre as entidades, tais como reuniões, manifestações, debates e formações entre os dirigentes das instituições assim como abertos aos servidores públicos representados. Um desses eventos foi o I Seminário Regional de Trabajadores Municipales del Mercosur, nas cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), de 14 a 17 de abril de 1994, com o tema “Unidad, Solidaridad, Lucha”.



Figura 03 – Cartaz do I Seminário Regional de Trabajadores Municipales del Mercosur.

Fonte: Arquivo da FESISMERS

A conquista do direito de sindicalização no setor público, na maioria dos casos, gerou a transformação de associações de municipais em sindicatos, o que ocasionou o aumento de pedidos de registros junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir do ano de 1989. Esse aumento de entidades sindicais do setor público não pode ser visto como uma ação sem precedentes, já que o direito à sindicalização consta como uma das reivindicações do setor desde a década de 1930, por meio da UFM. Não se pode concluir, como o fez o deputado Vicentinho (PT), que “se o setor público cresceu dentro da CUT, é porque ele se tornou mais consciente nos últimos anos.”⁴⁴

Este breve histórico sobre a organização do sistema associativo no setor público busca corroborar o que Silva Jr (2004, p.499) conclui em sua tese de doutoramento, ou seja, que as informações existentes sobre a acomodação por parte do funcionalismo público são “estribadas na ausência de fontes”, já que, como demonstramos, a prática representativa das associações suplantava a atividade assistencialista de convênios com o comércio local nas cidades e a atuação corporativa.

2.1 — A QUEBRA DA HEGEMONIA E A FORMAÇÃO SINDICAL

As temáticas de formação, outrora direcionadas a reivindicações internas da categoria, como melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial, foram substituídas, a partir da década de 1980, por outras, que englobavam a ruptura com a estrutura vigente, tais como a reforma da estrutura sindical, desatrelando a instituição do sistema estatal; a economia nacional, com o objetivo de que os dirigentes compreendessem a realidade do processo capital como um todo; e política salarial nacional, transpondo os anseios e demandas corporativas. Foi um momento em que as lideranças de sindicatos e de associações buscavam a quebra da hegemonia do Poder Público e de alguns partidos sobre o aparelho sindical (MOLIN, 2005, p.110).

As lutas, nesse novo contexto, demonstravam que o sistema sindical necessitava de reformulação, e essa, que vinha da base sindical, foi gestada durante a década de 1970. Buscava-se um sistema autogerenciado, independente do Poder Público e que representasse os

⁴⁴ MAIS peso do funcionalismo dentro da CUT. Jornal Gazeta Mercantil, Rio Grande do Sul, 20 mai. 1994, Sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

interesses dos trabalhadores da base. No período compreendido entre 1975 e 1982, o sindicalismo brasileiro contou com a multiplicação de experiências regionalizadas de luta pela reformulação do modelo sindical.

O primeiro momento pode ser delimitado pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com ligações junto ao Partido dos Trabalhadores (PT); da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT); pela reorganização das esquerdas no país, tendo seu auge na abertura política em 1985; e pelo movimento em prol da campanha de eleições diretas, em 1985. Um segundo momento dá-se a partir da abertura em 1985 até o ano de 1991, período caracterizado pela elaboração de propostas de legalização das Centrais Sindicais, assim como pela sistematização da política do sindicalismo de resultados⁴⁵, defendida pela Força Sindical, Central Sindical ligada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Os modelos de educação utilizados pelos partidos de esquerda⁴⁶ - e, conseqüentemente por dirigentes sindicais partidários - eram oriundos da ideologia marxista, presente nos discursos e ações dos movimentos de esquerda no país na década de 1980. Assim sendo, a educação popular tornou-se

[...] o núcleo dinâmico e renovador das práticas e formulações da educação dos trabalhadores na década de 70 e 80. Como experiência histórica, possibilitou a superação da condição elitista, autoritária e discriminatória das práticas educativas individualizadas daqueles tempo, abrindo novos espaços para repensar e propor uma educação comum um perfil mais democrático, emancipatório. (...) A terceira matriz discursiva foi a pedagogia paulofreiriana, em especial suas formulações da Pedagogia do Oprimido. (MANFREDI, 1996, p. 171 e 172)

Essa nova forma educacional atingiu até mesmo a população que não estava diretamente relacionada aos debates laborais entre trabalhadores e patrões. Aproxima-se,

⁴⁵ Esse tipo de prática sindical reunia propostas que direcionavam a atuação sindical para uma ação mais corporativa (MANFREDI, 1996, p. 115).

⁴⁶ Assim como os anarquistas, presentes no berço do sindicalismo nacional, os dirigentes sindicais, na década de 1980, viam na educação, a melhor maneira de reorganizar o sindicalismo nacional. Assim, foi criado em 1984, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que direcionou a sua atuação à formação da escola sindical, ministrando mais de 40 cursos no período de 1984 a 1991, com a participação de mais de mil participantes. Com o crescimento dos escritórios regionais e das subseções, ampliou-se, a partir de 1987/88, a oferta de seminários e outros cursos, reduzindo sua atuação no campo da formação de formadores. Isso ocorreu por uma série de injunções internas (dificuldades financeiras, mudanças de direções técnicas e da direção sindical, redução na equipe de educação) e externas (redefinição do campo de força das tendências políticas no interior do movimento sindical, estruturação de programas formativos por parte das centrais sindicais), o que fez com que o DIEESE revisse sua política e estratégia de ação. (MANFREDI, 1996, p. 123)

nesse caso, à atuação sindical e de formação das escolas sindicais, do preceito de Gramsci⁴⁷, que direcionava, para os sindicatos e associações culturais de classe, a responsabilidade da formação político-ideológica dos trabalhadores. Também, essa maneira de entender a formação do trabalhador era a que mais se aproximava da linha utilizada pela Teologia da Libertação e pela Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire⁴⁸, apresentando-se como alternativa ante as posturas dogmáticas e autoritárias de grupos que, segundo Manfredi (2006, p. 174) se consideravam “portadores da verdadeira teoria revolucionária”.

A formação, utilizada pelos movimentos de contestação ao governo militar, tornou-se instrumento e meio de se instituírem alterações no país e, conseqüentemente, obter a necessária reformulação do sistema sindical, atrelado ao Poder Público. Esse instrumento não era visto como prioritário pelo fato de esse espaço ser constituído por intelectuais e agentes da educação popular, mas, principalmente, porque o espaço educacional oficial era regido pelas regras e programas do governo e dominado pela ideologia dos governantes. A escola oficial existia, porém, como mantida pelo poder ditatorial, com bases em uma educação voltada à exclusão e à alienação diante das mazelas da sociedade vigente.

Era preciso criar-se um processo de formação que estivesse voltado aos trabalhadores. Os sindicatos, assim como os demais movimentos sociais, eram espaços disponíveis para executar um projeto alternativo ao da escola vigiada e controlada pela ditadura militar. Assim sendo, por intermédio da educação alternativa e da busca por demandas alheias ao corporativismo, forjou-se um conjunto de dirigentes sindicais engajados na causa social do país.

2.2 – SINDICALISMO E AGENDA SOCIAL: UM NOVO SINDICALISMO?

Os modelos de sindicalismo que existem no Brasil, movimento inaugurado pelos anarquistas, no início do século XX, substituído pela proposta populista de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, alterado pelos partidos de esquerda quando do Golpe Militar em 1964 e reformulado quando da abertura política em 1985, surgiram como adequações às realidades das categorias e da sociedade, eram produtos de seu tempo. Com o fim do Regime Militar, em razão de pressões populares como o movimento de eleições diretas, o sindicalismo

⁴⁷ GRAMSCI. Conselhos de fábrica, sindicatos e partidos. *Cara a cara*. Campinas, ano I, n. 2, 1978, p. 161-88. [Artigos da época de *L'ordine nuovo*].

⁴⁸ FREIRE. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

nacional perdeu o seu referencial de luta social, já que tinha como seu principal objetivo o fim da ditadura militar. Voltaram-se as atenções à Assembleia Nacional Constituinte, principal ação pós-ditadura para reformular o sistema doutrinário do direito no país.

A adoção de uma agenda social, menos corporativa, aproximou o sindicalismo e os dirigentes sindicais das demandas gerais da sociedade, tais como emprego, salário e renda. Segundo Mendonça (1998, p. 04), o sindicalismo “constituiu-se no principal ator social organizado para manter tensa a agenda social na busca por mais e melhores empregos”. Dada a abrangência múltipla com que o tema emprego pode ser tratado, o sindicalismo direcionou-se a criação de programas que obtivessem acesso à educação, ao emprego, à assistência social, ao lazer, à produção cooperativada, à renda familiar e a rendimentos financeiros por intermédio de bancos populares, etc., ampliando a sua atuação para uma agenda político social que era compartilhada por partidos políticos, nos quais muitos dirigentes militavam paralelamente à atuação nas associações e nos sindicatos.

A representação classista, característica do sindicalismo até então, foi substituída por uma representação mais ampla, abrangendo trabalhadores alheios às causas corporativas de uma determinada categoria profissional. A ampliação da base, característica principal da década de 1980, originou-se, então, das necessidades da população em geral, vistas como algo diretamente relacionado e influente nas condições de luta e conquistas dos trabalhadores, pertencentes ou não a determinado setor. Esse tipo de sindicalismo contrapôs-se ao corporativista, modelo baseado numa atuação reformista e que busca “tornar a vida do trabalhador melhor dentro do capitalismo” (MIRANDA, 2007, p. 05).

A própria organização interna dos sindicatos passou por alterações em suas características. Opuseram-se o “basismo” e o “vanguardismo”⁴⁹, numa tentativa de ampliar os espaços de decisão e ação dos trabalhadores, mesmo opondo-se às regras impostas pelo estado de direito. Entendia-se que a concentração da administração e direcionamento da ação sindical era algo correspondente à realidade do capitalismo, estruturado em classes submissas e mandatárias, algo a ser combatido na atuação político-sindical no país. A elitização da gestão sindical, em razão da composição de verdadeiras elites mentoras da ação classista, configurava-se numa ação reflexa da estrutura: assim sendo, deveria ser combatida, alterada, revolucionada (SCHERER-WARREN, 1989, p. 19). Ao sistema presidencialista de gestão,

⁴⁹ Termos utilizados por Scherer-Warren (1989, P.20) em que “basismo” refere-se à tendência de diminuir a necessidade de lideranças intelectuais, políticas ou outras para o movimento, considerando-as como possíveis meios de se fazer imperar o autoritarismo ou elitismo; e por “vanguardismo”, a defesa da necessidade de uma elite intelectual, política ou outra, que guie e oriente o movimento em seu desenvolvimento.

concentrado nas mãos de um gestor como representante de toda a categoria, opunha-se o sistema colegiado, baseado na divisão de poderes quando das decisões coletivas.

Em outubro de 1980, em entrevista concedida a Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 263), o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva defendia um sindicalismo que incorporasse as demandas extra-classes, contemplando assuntos que antes não estavam presentes nas pautas de reivindicações dos sindicatos. O sindicalista entendia que:

[...] ficou evidente que não se tratava de conseguir 10 ou 20 por cento a mais. Isso não vai resolver o problema dos trabalhadores. De modo que reivindicamos melhorias que não eram econômicas. [...] Em 1980, a última preocupação dos trabalhadores era o aumento percentual em seus salários.

Nessa mesma direção de instituição de uma luta que fosse além da ação classista, o líder sindical Luis Inácio Lula da Silva foi um dos incentivadores da criação de um partido político no momento em que o General Golbery do Couto e Silva tentava fragmentar a oposição ao governo militar, com a Nova Lei Orgânica dos Partidos (Lei 6.767/1979). Essa reestruturação previa a divisão dos setores presentes no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), composto de diversos grupos opositores unidos por força de legislação e que estava se fortalecendo no final de década de 1970.

Com o novo ordenamento político institucional, a ARENA organizou-se com os mesmos setores presentes em seus quadros no Partido Democrático Social (PDS), enquanto os componentes do MDB se subdividiram em vários partidos, tais como Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Este último, com adesão de vários sindicalistas, defendia que a instituição partidária deveria servir aos interesses dos movimentos sociais - e não o contrário -, configurando-se como a voz da classe trabalhadora no sistema político democrático a se instituir no país.

Em Fevereiro de 1982, o sindicalista e fundador do PT, Luis Inácio Lula da Silva, em outra entrevista a Maria Alves (1985, p. 277), esclarecia que os interesses do partido não tinham como objetivo transformar os sindicatos em “comitês político-partidários”. Pretendia, como militante partidário, congregar os movimentos sociais em nível regional e nacional numa ação de receptividade dos interesses das instituições, e não como dirigente dos interesses do partido sobrepondo os da classe trabalhadora. Seria o partido a serviço do trabalhador e não vice-versa. Tratava-se de um posicionamento em que as classes trabalhadoras não estariam submissas aos interesses “das organizações, o mesmo acontecendo com relação às bases, enquanto distintas de seus líderes'.” (SCHMIDT, 1997, p. 83)

Ainda como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula defendia a não intromissão da política partidária nas relações sindicais já que

[...] o movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se talvez uma ‘politicalha’, em vez de defender realmente a categoria. [...] o sindicalismo pré-1964 não teria sido autônomo e independente, porque muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava, mas queria chegar lá. (SANTANA; BRAGA, 2009, p. 303).

Como são as lutas que constroem as classes (MOTTA, 2008, p. 109), essa nova ação sindical proporcionou o surgimento de entendimentos diversos quanto à representação no âmbito social, alheio ao movimento sindical. Não eram apenas os pertencentes a uma categoria que passavam a ser representados, mas a realidade social em sua amplitude. Determinava-se, por intermédio da formação de redes sociais, o término do caráter estático de categoria profissional, oriundo das experiências dos indivíduos e dos grupos, sendo estas relações importantes para compor suas vivências e, conseqüentemente, dominar sua ação coletiva. Verifica-se, porém, que a luta torna-se também uma luta contra a própria configuração como classe, ordenada pela estrutura capitalista e seus efeitos, que atingem a consciência como classe social e não somente como categoria profissional (SCHERER-WARREN, 1989, p.57).

Como são as apreensões sociais contínuas oportunizadas pela interação social que possibilitam ao indivíduo a formação de sua concepção de mundo, as relações que este estabelece, individualmente, por intermédio das redes constituídas pelas instituições que frequenta, possuem influência direta nas suas escolhas e ações, inclusive em sua atuação sindical. Essa experiência, segundo Thompson (1981, p. 194) se refere a valores que

[...] não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata.

Essa ação no mundo, vivido pelo envolvimento do indivíduo nas atividades na qual se encontra inserido, possibilita a esses vários signos que irão dotá-lo de conhecimentos aptos a direcionar suas escolhas. A consciência social se torna produto do ser social, tendo relação

direta com a vida material e a experiência individual e, sendo determinante na formação da classe (THOMPSON, 1981, p. 189). Mas essa experiência surgida como produto da interação social, produto da reflexão das pessoas sobre o que acontece a eles e ao seu mundo, que no entendimento de Thompson (1981, p. 57) é definidora, foi negligenciada na composição da categoria da classe social, passando essa última a figurar como algo estático, onde “os homens não são os autores mas os vetores”.

Segundo Bordieu (apud LARANJEIRA, 1993, p. 91), esse “habitus de classe” oriundo da experiência coletiva, forma-se em diversos locais de interação social, oportunizando a organização de um conjunto de condicionamentos comuns e organizando entendimentos coletivos à forma de ação/reação a ser implementada na sociedade. Esta pluralidade de entendimentos acerca das formas de luta de determinado grupo social contrapõe-se à forma estática e restritiva imposta pela legalidade na normatização das instituições sindicais e, conseqüentemente, da delimitação da categoria a ser representada. O “habitus de classe” estando sujeito a dispositivos legais e condicionantes à organização coletiva, não proporciona escolhas aos atores/sujeitos individuais no momento da organização de suas instituições coletivas. Estas, quando condicionadas aos limites normativos, se tornam produto das possibilidades disponibilizadas pelo Estado, numa ação previamente calculada e limitadora dos movimentos corporativos ou classistas.

Embora a estrutura social seja previamente definida, a formação das classes sociais surgem pelo reconhecimento dos interesses antagônicos, reflexo das atividades e escolhas exercidas pelos indivíduos que passam a pensar e valorar em termos de classe, passando a configurar-se como auto confecção (THOMPSON, 1981, p. 121). Esse entendimento de classe social, oriundo do pensamento de Edward Palmer Thompson, demonstra a existência de uma margem de atuação do indivíduo na estrutura social na qual se encontra inserido, sendo este produto de sua ação/reação ante os antagonismos, necessidades e interesses presentes em suas experiências (THOMPSON, 1981, p. 182).

Nesse modelo estrutural, amplo e mutável, não servem as conceituações restritivas, estáveis e homogêneas de classe social, sendo impraticável a teoria marxista nos seus moldes originais. A problemática em questão, envolvendo as categorias profissionais presentes no setor público - múltiplas e instáveis -, impossibilita a homogeneização de uma classe pela atribuição efetuada, unicamente, pelo sistema normativo representado pela legislação sindical.

Para Scherer-Warren (1989, p. 62), essas relações que formam o senso comum, conhecimento amplo e acessível a todas as pessoas, esta presente também na organização

sindical e trata-se de um componente da individualidade. E o sindicato, por intermédio da formação direcionada, busca inserir-se nessa rede de relações e, também, influenciar na criação da concepção de mundo da classe trabalhadora. Essa ação direciona-se ao entendimento entre a população, formada pelo bom senso geral, e os dirigentes sindicais, detentora de conhecimentos alheios ao senso comum, mais abrangente e crítico.

Essa passagem de movimento puramente econômico, abrangente de uma categoria profissional, a um movimento que abrange a multiplicidade de categorias, numa nova organização social, um movimento ético-político, foi adotada como ação política pelos partidos de esquerda no Brasil, quando da abertura política. Configurava-se em objeto de luta a reformulação da organização sindical, a partir da qual se instaurava a busca pela liberdade, mais ampla que a luta em busca da necessidade, até então vigente na estrutura sindical, do intermédio do sindicalismo de resultados⁵⁰ (MELLO, 2007, p. 04).

A interação com outros movimentos sociais, extra-classe, também oportunizou ao sindicalismo a adoção de práticas advindas dessas instituições, alterando, aprimorando e adaptando suas ações quando das lutas em busca das demandas da classe⁵¹. Essa aproximação transforma o sindicalismo como estrutura, algo verificado quando dos debates que criaram a Constituição Brasileira de 1988, em que os dirigentes de entidades de servidores públicos buscavam a conquista dos mesmos direitos disponibilizados aos trabalhadores do setor privado. Essa demanda pode ter se originado a partir da ação conjunta entre sindicalismo público e privado quando da luta no movimento de eleições diretas, na década de 1980.

Essa luta conjunta possibilitou o acesso a uma atuação sindical ampla, oportunizando aos servidores públicos conhecimento necessário para implantar sua própria estrutura sindical, que inexistia dentro do sistema legal vigente no país. As regras estruturais, de autoridade e de legitimidade, assim como as linguagens, signos, símbolos, valores e comportamentos, passaram a ser compartilhadas por todos, quando instrumentos de luta do operário de fábrica foram incorporadas pelo servidor público, e vice-versa. A atuação sindical passava do

⁵⁰ Para Alves (2000, p. 116), “sindicalismo de resultados” é entendido como a prática corporativista de uma entidade sindical, com atuação voltada exclusivamente aos interesses dos que representa como sindicato, excluindo ações conjuntas com outras classes profissionais ou locais de trabalho diversos do que compõe o conjunto de profissionais representados.

⁵¹ Segundo Boito (1996, p. 05), na década de 1980 todas as greves foram realizadas “em protesto contra a política de desenvolvimento, em resposta a alguma nova medida econômica antipopular”. As greves somaram em julho de 1983, mais de três milhões de trabalhadores, e, em dezembro de 1986, dez milhões de grevistas, mesmo número de adesões em 1987. O número de participante do movimento grevista, amplo, chegou à soma de 20 milhões de trabalhadores em greve em 1989, com duração de dois dias, diferentemente das anteriores que ocuparam um dia de greve geral. Nos anos de 1987 e 1988 as greves duraram até nove dias, quando 63 milhões de trabalhadores pararam suas atividades. Todas elas tinham um cunho sócioeconômico que suplantava os interesses corporativos.

corporativismo para uma atuação mais abrangente, social, em que se amplia o significado do termo trabalhador alcançando setores antes alheios a essa definição.

A partir dessa nova configuração de atuação, o servidor público adapta suas lutas e compõe ação conjunta com o setor privado, por intermédio de demandas unificadas. Surge uma agenda conjunta. Uma agenda de ação sindical voltada ao coletivo, uma agenda social.

Segundo Kärner (1989, p. 19 e 20),

[...] há um processo crescente de alienação, acompanhado de uma perda real de confiança nas organizações políticas tradicionais. Por outro lado, ganha importância a idéia de não querer adiar para um futuro distante o sonho de uma sociedade livre e humana, mas tratar de realizá-la na prática da luta cotidiana pela sobrevivência.

Essa nova realidade do movimento sindical criou o distanciamento dos trabalhadores em relação às entidades classistas. Talvez uma das razões tenha sido a aproximação - cada vez maior quando da década de 1990 - das entidades partidárias. Essa relação entre sindicalismo e partidos políticos, até o fim da década de 1990, apesar de combatida por alguns dirigentes, era vista como normal, advinda da estrutura ideológica defendida pelo socialismo⁵². Em detrimento da organização do movimento de “Diretas Já” e de redemocratização do Brasil, a aproximação entre os sindicatos e os partidos de esquerda era uma relação necessária naquele momento. Contudo, a atuação conjunta entre essas instituições ampliou a existência de sindicalistas político-partidários, mas nem sempre essa relação era recíproca.

O sindicalista-partidário detinha-se na conquista de demandas amplas, nem sempre relacionadas com as necessidades emergenciais da categoria que representava no sindicato. Essa aproximação com o partido e o reconhecimento da categoria representada também oportunizava a possibilidade de uma candidatura para a estrutura política geral, ou seja, para Vereador, Prefeito, Governador e, até mesmo, Presidente da República. Para alguns trabalhadores esse tipo de ação era visto como utilização da instituição como meio de obter espaços políticos institucionais, prática condenada por muitos na base sindical⁵³.

⁵² Porém, mesmo com um ideário socialista presente no discurso do sindicalismo brasileiro, existiam ações em prol da participação na estrutura oficial do Estado. Também já se verifica, nesse momento, a inexistência de uma opção de ruptura com a ordem capitalista. (JESUS FILHO, 2010, p. 01)

⁵³ A aproximação entre o sindicalismo e os partidos políticos passa a servir à ascensão de dirigentes ao poder público instituído, independente de sua origem político ideológica. Um desses casos foi Francisco Weffort, que era “um destacado dirigente do PT, chegando ao cargo de Secretário-Geral do partido já no início da década de 1980.” Esse militante do Partido dos Trabalhadores, imediatamente após a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva para Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994, “deixou a secretaria-geral do PT para assumir o cargo de Ministro da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso.” (SANTANA; BRAGA, 2009, p. 302)

Na década de 1990, com a adoção do Plano Real, houve alterações na atuação do movimento sindical já que este tratava de ações relacionadas à constante flutuação inflacionária presente durante toda a década de 1980. Com o controle inflacionário, demandado pelas classes trabalhadoras, mas que gerava enormes ganhos de capital somente ao setor financeiro, o movimento sindical, que chegou a conquistar reposições mensais dos salários, teve de se adaptar e buscar novos objetos de negociação, não tão emergenciais como o combate à realidade inflacionária anterior (ANDRADE, 2008, p. 83). A mudança nos rumos da estrutura econômica brasileira, alterando as oscilações inflacionárias por meio do controle por parte das políticas econômicas do Banco Central⁵⁴, quando do governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe consigo várias alterações nas pautas das instituições sindicais, já que as enormes perdas salariais acumuladas nas décadas de 1970 e 1980 tenderam a diminuir.

A autonomia do sindicalismo ante as entidades político-partidárias seguia o entendimento de que, desde o governo Vargas, o sindicalismo era utilizado como instrumento de contenção de demandas, e não como entidade representativa de classe. Este passa, na década de 1980, segundo Santana & Braga (2009, p. 305), a ser um dos principais pilares da reestruturação sindical no Brasil: distanciar o sindicalismo da dominação estatal, por meio de regramentos, legislações ou auditorias nas instituições classistas. Para Lula, na década de 1980, este seria um ponto de distinção “entre o novo e o velho sindicalismo”.

A ação que melhor demonstrou a reformulação do pensamento sindical sobre o sistema instituído foi a proposta de reforma sindical, que gerou a legalização das Centrais Sindicais (CUT, CGTB, Força Sindical, CONLUTAS, etc.). A defesa feita por sindicalistas que compuseram os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva não tinha por objetivo somente a legitimação, a legalização, mas a busca pela centralização e melhor controle do sindicalismo. Para Chahad (2009, p. 169), a vantagem da legalização era a maior visibilidade das Centrais, que “aglutina o movimento trabalhista”. Porém, como existiam vários dirigentes sindicais na máquina pública (alguns deles desempenhando mandato classista e político ao mesmo tempo), pode ser que a “proximidade da direção das Centrais com o Poder Executivo” possa “levar à legitimação de interesses mais próximos do capital do que do trabalho.”

⁵⁴ O Comitê de Políticas Monetárias (COPOM) institui um sistema de controle inflacionário pela instituição da taxa SELIC/meta, sem viés, com o objetivo de assegurar ao mercado financeiro a tranquilidade necessária para aplicações de médio e longo prazo no país.

2.3 – NORMATIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DO SINDICALISMO PÚBLICO

Quando os Estados conquistados encontram-se, como foi dito, habituados a viver com suas próprias leis e liberdade, há três modos de impor-lhes o jugo: o primeiro é destruindo-os; um outro, neles o novo príncipe fixando a sua morada; o terceiro é consentindo em que vivam conforme as suas leis, recolhendo um tributo e criando em seu interior um governo oligárquico que lhes coíba todo amotinamento. (MACHIAVELLI, 2008, p. 22)

De forma análoga a um Estado conquistado, como nas palavras de Maquiavel, o sindicalismo público teve a sua atuação limitada aos ditames das leis, que definiam a sua atuação como legal ou ilegal e não mais como legítima ou necessária. Tornou-se a atuação sindical dependente de normatizações, autorizações judiciais, passando a adaptar-se aos novos moldes. A demanda ao direito à sindicalização no setor público, presente desde a década de 1930, trouxe consigo a submissão das instituições aos limites dispostos pela legalidade.

O direito à sindicalização, porém, ficou condicionado ao registro no Ministério do Trabalho e Emprego, que fornecia a Certidão e o Código Sindical, documentos importantes e que dão sustentação à representação⁵⁵. A Certidão Sindical era documento obrigatório para questões a serem discutidas junto ao Poder Judiciário e o Código Sindical, era o número por meio do qual a instituição fazia o recolhimento da Contribuição Sindical, correspondente a um dia de trabalho⁵⁶.

Esse controle fazia parte, segundo Alves (1985, p.327), do processo de abertura política no Brasil, a partir de 1984, em que o governo gerido pelo Presidente/General Figueiredo iniciou uma “institucionalização de estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo tempo manter o controle básico da classe”. Os moldes adotados pela Constituição de 1988 faziam parte desse sistema de controle, limitador de ações, das ações

⁵⁵ Nesse caso, o termo representação tem relação direta com a organização burocrático institucional do sindicalismo público, alheia ao ato de representar segundo o sentimento de pertencimento à categoria que a instituição compreende.

⁵⁶ Essa contribuição, originada do Imposto Sindical, independe da decisão do trabalhador ou do sindicato em descontar dos salários, tendo previsão e obrigatoriedade legal em efetuar-se todos os anos. Este é um dos pontos de debate entre os sindicalistas que defendem a liberdade plena dos sindicatos e aqueles que defendem o custeio por intermédio do imposto sindical, tornado contribuição sindical, mesmo que compulsória. Esse custeio financia o sindicalismo do setor público e privado, no âmbito dos trabalhadores e dos patrões.

que poderiam ser implementadas pelo sistema sindical brasileiro.

As instituições representativas dos servidores públicos, quando da Assembleia Nacional Constituinte, encaminharam propostas para a reformulação da estrutura sindical brasileira, seguindo o modelo baseado no sistema confederativo. A FASMERS, no V Congresso de Municípios Rio-Grandenses, ocorrido em Santa Rosa, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 1986, definiu em sua “Carta de Princípios”, dentre outras medidas, que houvesse a “participação do servidor público na Constituinte.”. Procurava com essa determinação institucional debater as características exclusivas do setor público na organização da nova Carta Constitucional que se encontrava em debate. Essa oportunidade era entendida como o momento de

[...] ‘garantir as conquistas do funcionalismo público e assegurar uma justa distribuição de renda’, como afirmou o presidente da Federação das Associações de Servidores Públicos Estaduais, Plínio Sefton de Azevedo, na assembléia regional de funcionários públicos municipais, estaduais e federais realizada quarta-feira à noite em Osório.⁵⁷

Para o Deputado Geraldo Campos (PMDB/DF), representante dos servidores públicos na Assembleia Nacional Constituinte,

A ditadura militar usou de um sistema para fazer com que os servidores não 'marchassem unidos em torno de suas reivindicações, criando vários regimes jurídicos: uns são estatutários, outros são celetistas, outros conveniados, contratados. Tem ocorrido que, às vezes, numa mesma repartição, estão sentados servidores públicos fazendo as mesmas tarefas, mas cada um pertencente a um regime jurídico diferente. Na hora em que se fala nas reivindicações, parece uma Torre de Babel, cada um tem reivindicações diferentes entre si, embora todos prestem serviço ao mesmo patrão, executando a mesma tarefa.⁵⁸

Tratava-se de uma realidade alheia ao que se praticava no setor privado, onde todos os trabalhadores eram regidos pelo sistema celetista e pelo sistema nacional de previdência (INPS). Outra realidade adversa referia-se ao salário do funcionalismo: alguns recebiam

⁵⁷ FUNCIONALISMO debate seus problemas. Geral, Jornal Zero Hora, Rio Grande do Sul, 27 mar 1981, p. 33. Hemeroteca da FESISMERS.

⁵⁸ CAMPOS defende servidor público. Entrevista com Geraldo Campos. Jornal da Constituinte, Brasil, 09 a 15 nov. 1987, sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

vencimentos inferiores ao salário mínimo e recebiam um complemento para alcançarem o valor mínimo permitido por lei.⁵⁹

Dentre outras reivindicações, os servidores públicos municipais do Rio Grande do Sul, reunidos em Encontro Nacional na cidade de Goiânia, nos dias 16 e 17 de maio de 1987, encaminharam, como proposta à pauta a constar na Constituinte, o estabelecimento de Regime Jurídico Único (estatutário), ingresso no serviço público exclusivamente por concurso público, estabilidade automática, plano de carreira, isonomia, teto salarial, extensão do 13º salário a todos os servidores, abono de férias, Piso salarial de três salários mínimos, vale transporte, vale refeição, proibição à acumulação de cargos e à terceirização, direito à sindicalização e greve no setor público, aposentadoria por tempo de serviço (30 anos, homens – 25 anos, mulheres), pensão paritária aos funcionários da ativa, destituição de mandato eletivo de governantes que descumprissem os preceitos constitucionais, estabelecimento de mecanismos de controle dos poderes constituídos, política tributária que contemplasse o município com uma maior participação⁶⁰.

Verifica-se ainda que os servidores públicos municipais do Rio Grande do Sul encaminharam ao Deputado Geraldo Campos (PMDB/DF) um documento referindo-se à situação dos servidores públicos, determinando que

Nós, servidores públicos, somos independentes de partidos políticos no poder. Existimos e continuaremos a existir, na seqüência de governos que se sucedem. Somos servidores do povo, permanentemente dele, obedecendo apenas às diretrizes administrativas daqueles que temporariamente detêm o poder. Não nos motivam benesses ou privilégios. Não queremos mais do que ninguém. Queremos é isto, exigimos: Justiça e Reconhecimento; Justiça mormente a salarial e reconhecimento como força vital no processo político e de desenvolvimento nacional.⁶¹

Seguindo as determinações daqueles que representava na Assembleia Nacional Constituinte, o Deputado Geraldo Campos (PMDB/DF) obteve a aprovação, pela Comissão de Sistematização, da manutenção do sistema confederativo e da contribuição compulsória⁶²

⁵⁹ CAMPOS, loc. cit.

⁶⁰ Documento Final do Congresso de Goiânia, 17 de maio de 1987. Arquivo da FESISMERS.

⁶¹ Documento dos Municípios Riograndenses encaminhado ao Dep. Constituinte Geraldo Campos. 31 de março de 1987. Arquivo da FESISMERS.

⁶² “A contribuição sindical deve ser descontada pelos empregadores da folha de pagamento dos empregados independente do fato de existir autorização da assembleia, pois é devida, consoante o art. 579 da CLT ‘por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão’. A forma de recolhimento é de uma só vez, anualmente, correspondente à remuneração de um dia de trabalho.” (Apelação civil nº 70005025572,

às entidades, assim como a unicidade sindical⁶³ por categoria, mesmo com o voto contrário do Partido dos Trabalhadores (PT), nessa ocasião representado pelo Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, que propunha “plena liberdade e autonomia, tese defendida pela Central Única dos Trabalhadores, CUT.”⁶⁴

Assim sendo, a novidade emanada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 foi a inserção do servidor público no sistema sindical representativo, já que se manteve a mesma estrutura vigente até então. Manteve-se, inclusive o registro junto ao órgão competente, o Ministério do Trabalho, presente desde a Constituição de 1937.

Também, como novidade, consta no artigo 8º, a proibição de interferência ou intervenção do Poder Público nos sindicatos, que deixavam de ser considerados “caso de polícia”, como ocorria anteriormente. Assim, a autorização para organizarem-se assembleias deixa de ser emitida pelo delegado para ser determinada pela diretoria do sindicato. Registra-se ainda o reforço à unicidade sindical, instituição legal que proíbe a criação de mais de um sindicato representativo para a mesma categoria econômica ou profissional, sendo entendida como área mínima de representação a municipalidade (CF, artigo 8º, § II). Além disso, nesse artigo, trata-se do direito à greve, tornando-se competência exclusiva dos trabalhadores o momento de se utilizar esse instrumento: a única reserva desse disposto é a manutenção dos serviços essenciais, que seria regulado por legislação posterior. Com o objetivo de disciplinar a utilização desse mecanismo reivindicatório, foi disposto que os abusos no seu uso seriam regidos pela legislação pertinente.

Esses dispositivos legais, contidos na Constituição Federal de 1988, eram direcionados a todos os trabalhadores. Entretanto, tornou-se um problema para o sindicalismo do setor público contar com essa disposição, pois no artigo 37, §VI, consta a referência exclusiva ao servidor público civil e o direito à livre associação sindical, em separado dos demais trabalhadores. Esse tratamento especial, diferenciado, demonstra que a própria Assembleia

Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, 18/06/2003)

⁶³ Unicidade sindical “é a possibilidade de existência de um único sindicato para representar mesma categoria ou profissão em mesmo município/região. O Brasil, mesmo com a Carta Augusta de 1988, manteve a unicidade sindical, que tem como características a sindicalização por categorias e o enquadramento que são técnicas imprescindíveis ao sindicalismo do tipo corporativo (...).” (MORALES, Cláudio Rodrigues. Manual Prático do Sindicalismo. LTR: São Paulo, 1999, p. 33). Porém, mesmo estando regulamentada pela legislação, a unicidade sindical depende exclusivamente do acompanhamento das entidades sindicais para que não ocorra múltiplos registros para a mesma base sindical. Ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não cabe o questionamento e, sendo assim, emite a certidão sindical mesmo havendo outra entidade na base, restando ao Poder Judiciário o reconhecimento posterior, com base na anterioridade e unicidade sindical. Há, dessa forma, uma elasticidade no regramento da unicidade ficando restrito o seu cumprimento ao âmbito do sistema jurídico.

⁶⁴ PLURALIDADE sindical cai na Constituinte. Jornal Correio Braziliense, Brasília, 16 out.1987, p. 07. Hemeroteca da FESISMERS.

Nacional Constituinte entendia este sindicalismo como diferente do praticado pela iniciativa privada.

Diferentemente do setor privado, o sindicalismo público deve ater-se também à legislação pertinente aos gestores públicos, os quais, dentre outras medidas, determinam investimentos direcionados a áreas específicas de atuação do Poder Público⁶⁵. O poder do sindicalismo detém-se nos limites impostos pelo direcionamento de verbas públicas tendo sua atuação voltada ao econômico, mas, principalmente, à repercussão política da atuação do gestor público. E, sendo o sindicalismo dividido pela legislação, tem suas práticas também norteadas pela ação disposta por esses mecanismos de organização social. Também é necessário salientar que, em detrimento do sistema político vigente no Brasil, existindo a autonomia dos entes federados, o regramento atinente a direitos do trabalhador, constante em legislação federal ou estadual, no caso dos servidores públicos municipais, para ter validade, deve ser regulamentado em nível municipal.

Porém, mesmo atuando sob algumas regras diferentes, o sindicalismo público mantém estreitas relações com o sindicalismo privado. Delimitou-se o espaço de atuação sindical, talvez até mesmo dotando os trabalhadores do setor privado de vantagens características dos servidores públicos e vice-versa.

Silvia Manfredi (1996, p. 195) entende que a destruição do modelo de sindicalismo a ser adotado no país foi efetuada pela prática de ingerência do Estado, ocasionando uma ruptura na construção de um projeto autônomo de sindicalismo, independente da categoria representada ou do viés político-ideológico vigente no Estado, dependente somente da vontade dos trabalhadores.

O meio utilizado pelo sindicalismo brasileiro foi a busca por auxílio internacional, de instituições estrangeiras que pudessem, por pressão externa, garantir a ampliação de direitos aos trabalhadores do país. O principal órgão internacional utilizado foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa instituição aprovou, na década de 1970, com apoio de vários países, inclusive o Brasil, a Convenção 151, que trata especificamente dos servidores públicos, dando-lhes o direito à organização em sindicatos, a não intervenção do Estado e à liberdade de atuação. Porém, apesar de ter sido aprovado na década de 1970, e mesmo que suas determinações constem na Constituição de 1988, até a presente data, não existe a

⁶⁵ Após a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000), os gastos com pessoal ficaram limitados a 54% da arrecadação do Município. Esse regramento soma-se a outros que definem investimentos mínimos em educação e saúde, presentes na Constituição Federal de 1988.

regulamentação oficial, por parte do Brasil, dessa Convenção em prol do Servidor Público.

Contudo, essas aproximações de entidades internacionais trouxeram novas demandas às instituições, ampliando a sua atuação no espaço social, alheio à sua categoria representada. Os novos moldes de luta dotaram os sindicatos de novos aliados, mas também ocasionaram o distanciamento de suas demandas mais urgentes, como salário e condições de trabalho na base representada, como ocorreu quando do movimento de “Diretas Já”. Tornou-se difícil convencer o profissional de uma determinada categoria de que o sindicato deveria se manifestar a respeito da ocupação no Iraque, das políticas de combate à corrupção no governo ou da relação existente entre o aumento da gasolina e seu poder de compra. Essas questões foram abandonadas quando da década de 1990, após a organização do novo sindicalismo e a tomada do poder pelas forças políticas de esquerda no Brasil. Tornou-se urgente a ampliação da formação sindical e, nesse espaço, surgiu a partidarização dos sindicatos, por influência das centrais sindicais, cada vez mais presentes na realidade dos sindicatos de base.

Nesse novo contexto de atuação sindical, pós Constituição de 1988, os dirigentes foram introduzidos nos debates acerca de direitos e da possibilidade de flexibilização destes. Primeiramente entendida como uma oportunidade de, como diria Alkmin (2001, p. 65), “minorar a miséria do povo”, essas medidas podem tornar-se um contraponto de retirada de direitos importantes, conquistados após anos de disputa entre interesses das classes dominantes e dominados, mesmo estas sendo rotuladas de modernas e necessárias.

Como o setor privado interage com o setor público por intermédio do sistema de relações de capital, em que a oferta de serviços privados tem relação direta com as necessidades da administração pública, torna-se importante verificar que os interesses de melhores relações entre servidor público e administrador público [apesar de isso parecer alheio ao setor privado], proporcionam perdas ou ganhos na relação com o setor de serviços, muitas vezes oportunizando espaços de terceirização no setor público⁶⁶. Essa relação de contratação externa, alheia à contratação por concurso público, possibilita ganhos de capital tanto a empresários como, em alguns casos, a agentes públicos, como Presidentes, Governadores, Deputados (estaduais e federais), Senadores, Prefeitos ou Vereadores, uma vez que alguns destes detêm propriedade ou sociedade das próprias empresas que contratam para exercer o serviço terceirizado, configurando essa prática como crime de improbidade

⁶⁶ Sobre terceirização no setor público, ver MARCELINO, Paula Regina Pereira. Terceirização e ação sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

administrativa. Porém, com a utilização de “laranjas”⁶⁷, esse procedimento garante a contratação e burla o sistema fiscalizador dos Tribunais de Contas dos Estados e União.

Por essa razão, o professor Roger Blanpain, da Universidade da Bélgica, entende que a participação direta do governo nas negociações coletivas, no setor privado, tomando as necessárias medidas para que sejam equilibrados os interesses e desdobramentos dos debates, reflete-se diretamente na organização da sociedade, evitando que o trabalho seja tratado como mercadoria (BLANPAIN apud ALKMIN, 2001, p. 61). Se, para o setor privado, essa participação torna-se necessária, no setor público, é evidente e imprescindível, já que esse setor é o correspondente ao patronato da empresa privada.

Alkmin (2001, p. 62) entende que o Poder Público possui instrumentos suficientes para forçar uma negociação entre as partes em disputa. Porém esse poder, no trabalho desse autor, é visto como conciliador entre interesses do setor privado, tendo o gestor público a ação de compor possibilidades em disputas em que ele próprio não é atingido diretamente. No caso do servidor público, o Poder Executivo seria, ao mesmo tempo conciliador e parte interessada.

Essa aproximação com os sindicatos de trabalhadores do setor privado, das teorias e práticas cotidianas, disponibiliza ao sindicato de servidores públicos várias ações pertinentes a esse setor, mesmo que o Estado não o dote de tais direitos. Um desses dispositivos que distancia o trabalhador público do trabalhador privado é exatamente o do direito à greve. Disponível para o trabalhador da iniciativa privada, a greve é vedada ao servidor público, e mesmo que este entenda tratar-se de um instrumento de poder, quando o utiliza, o faz na ilegalidade do direito. O servidor público conquistou o direito à sindicalização e à data-base⁶⁸, sendo-lhe indisponível o acordo coletivo e a greve.

Também a Constituição de 1988 traz em seu texto somente a possibilidade de buscarem as perdas salariais, a fim de ser recuperado o poder de compra, medido por índices oficiais, tais como IGPM⁶⁹, INPC⁷⁰, IPCA⁷¹. No entanto, teóricos da ação sindical brasileira entendem que o direito, disposto na constituição, tornou-se incompleto já que é extremamente delimitador e restritivo.

⁶⁷ O termo “laranjas” relaciona-se à prática de transferência de propriedades a outras pessoas que, algumas vezes, até mesmo desconhecem a utilização de seu nome nessas transações envolvendo o erário público.

⁶⁸ Data base é o referencial temporal determinante para o cálculo anual de perdas salariais baseado em índice oficial de medida da inflação. Trata-se de uma recomposição no poder de compra do salário do servidor que, em tese, poderia manter seu padrão social independente das oscilações inflacionárias. (CF 1988, Art. 37, X)

⁶⁹ Índice Geral de Preços ao Mercado.

⁷⁰ Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

⁷¹ Índice de Preços ao Consumidor – Amplo.

Mas, mesmo restritivo e condicionante, o direito à data-base tão somente possibilitou aos dirigentes um espaço de debates com o Poder Público. Tornou-se, por intermédio da prática sindical, uma corruptela do acordo coletivo⁷² onde, pelo debate com o gestor, o sindicato busca adquirir novos direitos e melhores condições de trabalho. Roger Blanpain, jurista belga, afirma que

[...] o acordo coletivo sem direito à greve equivale à mendicância coletiva; os empregados se congregam num sindicato a fim de se fortalecerem, quando necessário, visando ao direito de entrar em greve, reunindo forças necessárias para pressionar o empregador a fazer acordos e certas concessões – trocando em miúdos, ceder. (BLANPAIN apud ALKMIN, 2001, p. 63).

Assim sendo, não possuindo o direito ao acordo coletivo e à greve, encontra-se o servidor público em verdadeiro estado de mendicância, dependente tão somente da vontade do gestor em recebê-lo e acatar suas demandas. Pode-se facilmente verificar que os instrumentos de luta do setor público diferem dos utilizados pelos trabalhadores do setor privado, direcionam-se mais ao político do que ao econômico, buscando a adesão da população na defesa de suas demandas, contrapondo o eleitor ao gestor nos debates públicos. O limite, admissível, seria a manutenção dos serviços essenciais à população, tais como saúde, educação e segurança pública, ou seja, a manutenção de postos de emergência, escolas e instituições voltadas ao controle social.

Mesmo que, desde 1948, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) entenda que os trabalhadores têm direito de constituir sindicatos, federações e confederações de trabalhadores (Convenção 87) sem a intervenção e interferência do Poder Público, somente a partir de 1988, através da Carta Magna, entendida como “Constituição Cidadã”, conquistou-se essa demanda social no país. Mas isso ocorreu de forma parcial, já que os servidores públicos foram alijados da plenitude de direitos. Com a Convenção 151, aprovada na década de 1970, o servidor público torna-se trabalhador como o que vende a sua força de trabalho na iniciativa privada. Essa Convenção da OIT prevê que os servidores públicos também possuem o direito à convenção classista, acordos coletivos e greve, e direciona o sindicalismo público a uma nova realidade, diferente da disposta no período compreendido entre a criação da constituição

⁷² A utilização da Data Base como espaço de debates com o Poder Público, algo que ultrapassa o significado desse termo, confunde os servidores, os gestores e, até mesmo, alguns sindicalistas, aproximando esse direito ao de dissídio, praticado pelo setor privado e inexistente no setor público.

e a aceitação desse dispositivo internacional pró-trabalhador do serviço público, ainda aguardando a regulamentação pela Presidente da República do Brasil.

A aceitação do sistema sindical organizado pela Constituição Brasileira adotada em 1988 segue uma atuação que, em primeiro lugar, busca a preservação da organização social e das necessidades institucionais da estrutura produtiva presente no país. Esta, limitada pelos ditames legais nacionais, possibilita ganhos previamente contabilizados e que, quando aceitos pelos patrões, sejam eles do setor privado ou público, têm a sua aplicação também limitada pela legislação vigente.

No setor público, a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem como pontos basilares o controle de gastos com despesas de pessoal, oriundos da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Municípios, Estados e União. Ocorre que, como grande parte da arrecadação municipal advém de transferências entre os entes federados (Municípios, Estados e União), pouco resta como receita própria. Esse tipo de organização fiscal também ocasionou a limitação de lutas por melhores condições salariais e, até mesmo, de trabalho, aos servidores públicos. A atuação sindical torna-se limitada por essa legislação, que nesse caso, serve como instrumento justificador do gestor público quando da negativa nas mesas de negociações frente ao representante classista.

Como a LRF atua conjuntamente com o sistema de repasses de verbas do Governo Federal e Estadual, das verbas contabilizadas como repasses do FUNDEB (Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério), uma ampliação do FUNDEF (Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), os gastos referentes a despesas com pessoal são contabilizados, aumentando o repasse proporcionalmente à folha de pagamento.

Essa legislação atinge a todos os trabalhadores do setor público, independente da categoria funcional. Porém, com a instituição do Piso Nacional do Magistério (Lei 11.738/2008), o salário dos profissionais do magistério, diferentemente do dos demais servidores, será reajustado duas vezes por ano⁷³, aumentando consideravelmente o dispêndio

⁷³ Seguindo a determinação Constitucional, temos o seguinte quadro: 1) Em razão da isonomia, nenhum funcionário público pode receber aumento salarial diferenciado; e 2) A organização das diretrizes nacionais da educação são responsabilidade exclusiva do governo federal. Como o Piso Salarial do Magistério refere-se a uma Diretriz Nacional, sendo fixado pela União, os profissionais do magistério receberão dois aumentos salariais por ano, um originado pela data-base e outro pela alteração do valor do piso nacional. E, seguindo as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em breve os índices máximos para gastos com despesa de pessoal serão ultrapassados, ocasionando um conflito interno na categoria, já que, mesmo assim, os profissionais do magistério continuarão a perceber aumento do piso salarial nacional.

com folha de pagamento. Assim sendo, a instituição do Piso Nacional do Magistério é um assunto um tanto controverso, já que existe a figura da isonomia salarial prevista na Constituição de 1988⁷⁴.

Considerando que os servidores públicos sejam uma classe profissional, essa legislação pode ocasionar o fracionamento entre os trabalhadores do setor público, pois determina acesso exclusivo de uma categoria a melhorias salariais em detrimento das demais.

2.4 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA SINDICAL CONFEDERATIVO BRASILEIRO

A organização do sindicalismo público no Brasil, como explanado anteriormente, remonta a período anterior ao da promulgação da Constituição Federal de 1988. Verifica-se que isso se deve ao fato de a inexistência de regramentos oficiais acerca da organização sindical, no setor público, não impedir que os trabalhadores executassem ações em prol de melhores condições de salário e trabalho.

Os servidores públicos possuíam tão somente o direito de se organizar em associações de funcionários, as quais eram responsáveis por uma atuação assistencialista e sindical, oportunizando convênios com o comércio local e interagindo com o Poder Público quando dos períodos de negociação de salários. Porém, além dessas ações oriundas da legislação referente ao imposto sindical, o sistema associativo classista do setor público, interagindo com o setor privado e seus sindicatos, participou de movimentos, manifestações, e até mesmo greves, desde a década de 1930. Nas greves de 1978, as associações de professores chegaram a sofrer intervenção, nos mesmos moldes praticados nos sindicatos pelo regime ditatorial instalado no país.

No final da década de 1980, com a legalização do sindicalismo do setor público, houve, por parte de associações, federações e confederações, a busca pelo registro e reconhecimento como instituição sindical. Segundo o IBGE, na Série Pesquisas Históricas de 2001, o registro de entidades sindicais de servidores públicos, em cinco anos, alcança o número de 1707 entidades, demonstrando a busca pelo reconhecimento perante o estado nacional das associações de funcionários públicos.

Os altos índices de pedido de registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não significam, necessariamente, o entendimento de que houve a criação de um número maior de entidades sindicais já que muitas associações transformaram-se em

⁷⁴ CF1988, Art. 7º, XXX.

sindicatos mantendo o mesmo número de categorias representadas.

Numa análise primária e numérica referente à criação de entidades sindicais no setor público, poder-se-ia entender que, com a legalização, por meio da burocracia de Estado, tenha ocorrido uma verdadeira onda sindical no país, numa ação em prol da organização de classes. Porém, sendo uma reestruturação burocrática do sistema administrado pelo Poder Público, essa análise torna-se incompleta se não for considerada a transformação das associações em sindicatos.

O regime adotado pelo sindicalismo público foi o mesmo que havia sido disposto pela Constituição para o setor privado, ou seja, o sistema confederativo. Esse sistema é composto por sindicato de base, federação e confederação, como pode ser visto na figura 04.

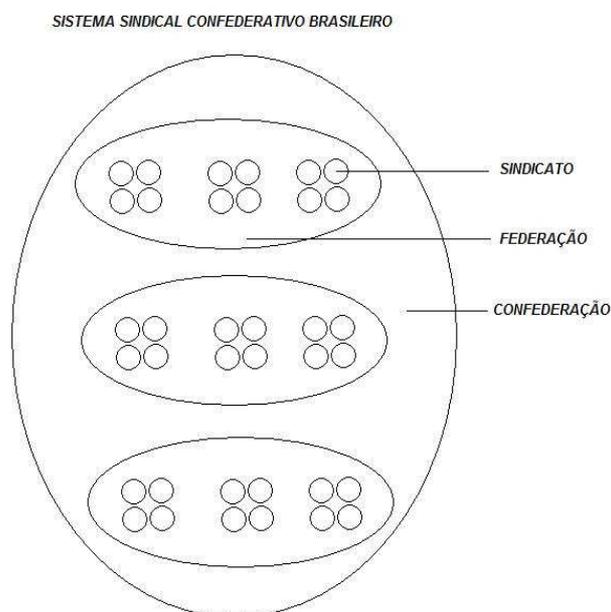


Figura 04 - Sistema Sindical Confederativo Brasileiro
Fonte: Elaborada pelo autor.

O sindicato de base é o representante dos trabalhadores que compõem a base sindical, ou seja, a categoria profissional e o espaço geográfico ou institucional que comporta os trabalhadores. Podemos exemplificar esse caso com o Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Bagé (SIMBA), que representa os servidores públicos municipais e tem como espaço de atuação a cidade de Bagé.

A federação de sindicatos é a instituição que representa os sindicatos da base sindical de certa categoria profissional, e sua área de abrangência é estadual. A Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS) pode ser utilizada como exemplo de federação. Tem como representados os sindicatos de servidores públicos municipais, e sua área de abrangência é o Estado do Rio Grande do Sul.

A confederação é a instituição que representa as federações e tem abrangência nacional. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) representa todas as federações que têm em sua base os sindicatos de servidores públicos, e tem como abrangência todo o país.

Segundo Alves (1985, p.237), essa estrutura piramidal serve para “evitar a organização horizontal de diferentes categorias ocupacionais”. Essa forma de organização, por ocupação profissional, oportunizando o entendimento de que são categorias diferenciadas, gerando, assim, a interpretação de uma necessária institucionalização de acordo com a ocupação, ocasiona um sentimento de isolamento e independência de ações ante as demais categorias, facilitando, assim, o combate fracionado por parte do sistema binário patrão-empregado. Assim sendo, os professores da rede estadual e privada não articulam ações conjuntas com os professores da rede municipal.

Também, pelo sistema de organização sindical piramidal, as ações organizadas por professores municipais ficam condicionadas a seus limites territoriais, ou seja, à sua base municipal, estando o movimento impossibilitado pela legislação de organizar-se por regiões, abrangendo várias municipalidades. Essa determinação, porém, não condiz com a realidade das ações institucionais. Estas, desde a década de 1970, articulam-se entre si na troca de informações, organização de manifestações e formações sindicais, ações vistas como uma das saídas para suplantar o esvaziamento de assembleia que ocorriam (e ocorrem) em algumas municipalidades.

A FAMERGS defendeu junto à CSPB uma organização que contemplasse a sua situação híbrida, composta por associações e sindicatos, além de uma estruturação direcionada às instituições municipais, estaduais e federal, além da organização de uma Central Nacional dos Sindicatos de Servidores Públicos do Brasil, como pode se verificar na figura 05.

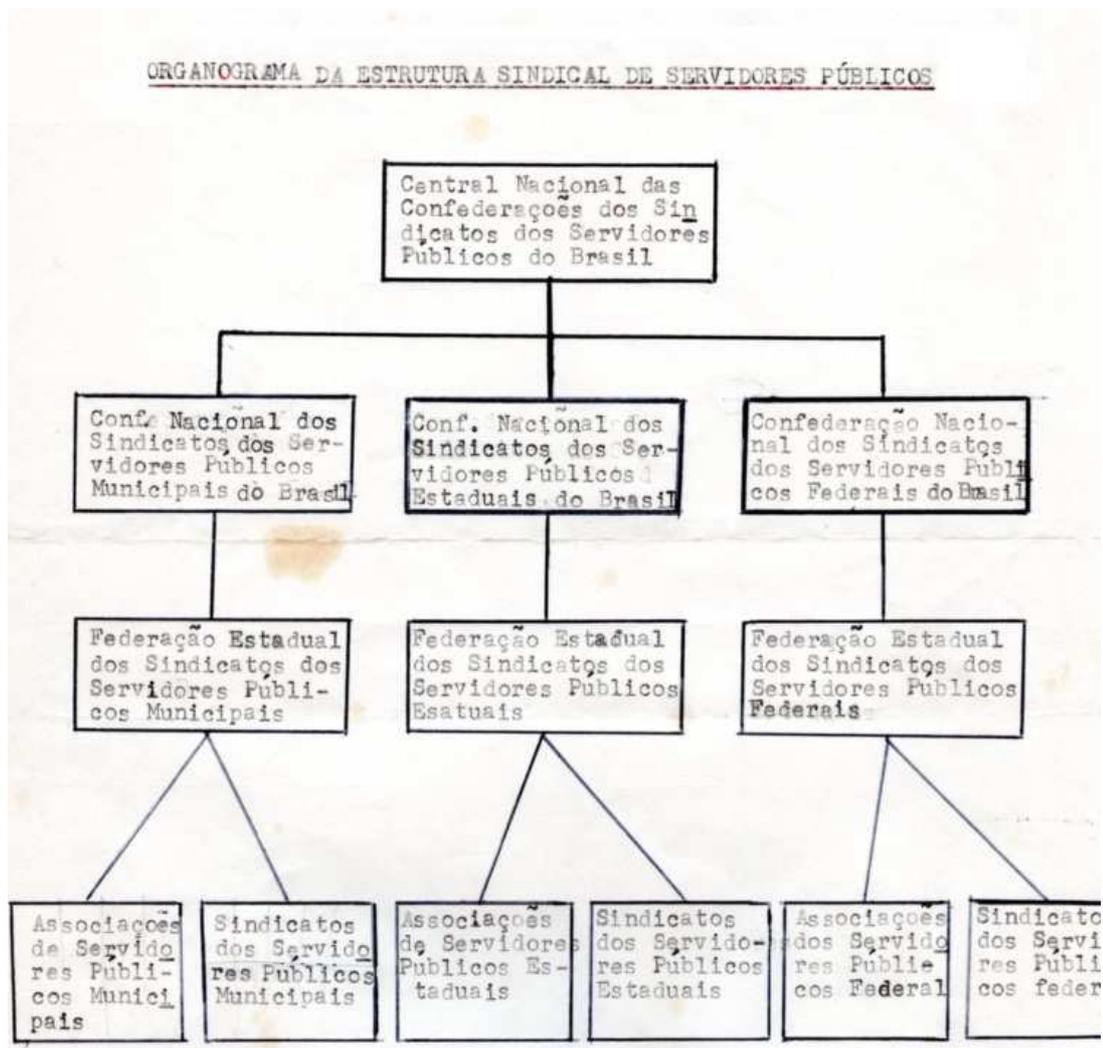


Figura 05 – Proposta da FAMERGS para a organização do Sistema Confederativo Sindical.
 Fonte: Arquivo da FESISMERS.

Além do sistema confederativo e do direito à sindicalização, a Constituição Federal de 1988 dispôs aos sindicatos, federações e confederações o direito de receber a contribuição anual, anteriormente denominada como imposto sindical⁷⁵, que corresponde a um dia de trabalho do servidor público, arrecadado a cada ano. Essa contribuição compulsória, em que o trabalhador não pode exercer o direito de não contribuir com o sistema sindical, representa um dos principais objetos de litígio entre os defensores da não intervenção do Poder Público no sindicalismo.

Esse capital, oriundo da contribuição dos trabalhadores e que inicialmente não atingia

⁷⁵ O imposto sindical, contribuição compulsória do trabalhador, foi instituído na década de 1940, pelo Ministério do Trabalho, no Governo de Getúlio Dornelles Vargas. (CLT, art. 578)

os servidores públicos, serve como fonte de renda aos sindicatos, federações e confederações, além de destinar-se em parte, ao Ministério do Trabalho, que inicialmente deveria destiná-lo à Escola Sindical, e que, atualmente, o direciona ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A totalidade dos valores é distribuída da seguinte maneira:

60%	=	Sindicato (base)
15%	=	Federação (representante em nível estadual da base)
05%	=	Confederação (representante em nível federal da base)
20% / (05%)	=	Ministério do Trabalho e Emprego
(10%	=	Central Sindical) ⁷⁶

Até a Constituição de 1988, o imposto sindical era regulado e controlado pelo Ministério do Trabalho. Os sindicatos eram obrigados a organizar relatórios detalhados de suas despesas, especificando como utilizavam o capital recolhido do salário dos trabalhadores pelo governo. Assim como o imposto, que foi criado pelo Ministério do Trabalho no governo Vargas, também a legislação trabalhista determinava em quais setores o capital deveria ser investido, sendo determinado que “porcentagens deveriam ser gastas com atendimento médico e odontológico, cooperativas e programas educacionais permanentes para os afiliados.” (ALVES, 1985, p. 239)

Essa ação assistencialista, uma das criticadas pelos professores entrevistados nesta pesquisa sobre o objetivo da organização sindical, tinha por objetivos liberar o governo de suas obrigações institucionais, delegando a responsabilidade aos sindicatos, já que todos os setores da sociedade tinham sua representação classista. No caso dos servidores públicos, por estarem organizados até 1988 em associações, e sendo essa instituição de natureza assistencialista, e não político-classista, servia à mesma ótica organizativa disposta pelo

⁷⁶ A inserção da Central Sindical na distribuição dos valores oriundos da contribuição sindical deu-se por intermédio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 07/2003) impetrada pelas Centrais Sindicais com o intuito de terem reconhecida a sua legitimidade na representação dos trabalhadores. Porém, esse fato tem ocasionado o encaminhamento de vários processos ao Supremo Tribunal Federal (STF) com alegação de inconstitucionalidade do preito solicitado pelas centrais, já que estas estão alheias ao sistema confederativo, por não constarem na legislação organizacional do sistema sindical brasileiro. O problema verificado pela legalização das Centrais Sindicais dá-se pelo fato de esta não obedecer à organização confederativa podendo, assim, filiar sindicato, federação ou confederação, isoladamente. Dessa maneira, não pode esta instituição representar um segmento de trabalhadores, mas somente as instituições a ela filiadas. Outro dado importante sobre a inserção das Centrais na distribuição da receita oriunda da contribuição sindical é o fato de, entre as várias bandeiras históricas de luta, figurar o fim dessa contribuição, tornando-se uma contradição a sua inserção diante dessa reivindicação das instituições, ainda presente no discurso de muitos dirigentes de entidades sindicais filiadas e de diretores das próprias Centrais Sindicais.

governo Vargas e mantida durante o governo militar.

Nesse período, já era percebido pelos sindicatos que as políticas de arrocho salarial praticadas pelo governo atingiam a todos, independentemente de sua situação econômica ou categoria profissional. Um exemplo era a situação dos professores no Rio Grande do Sul, que tinham um salário básico equivalente a 226 dólares em 1978. Esse reconhecimento de demandas conjuntas aproximou as categorias profissionais. No entanto, tratava-se de uma relação objetiva e restrita já que se relacionava a ações pontuais, como a reformulação do sistema eleitoral, extinção da política de segurança nacional, liberdade sindical com a não-intervenção do Poder Público, entre outras.

Assim como o imposto sindical, outro regramento que é questionado pelas centrais sindicais é o da unicidade sindical. Atualmente, o sindicalismo brasileiro, tanto público quanto privado, deve obedecer a esse dispositivo. Esse regramento determina que para cada base⁷⁷ pode existir somente um sindicato. A defesa das centrais - e de alguns partidos políticos – consiste em afirmar que exclusivamente o trabalhador tem o direito de escolher em qual instituição irá se sindicalizar e que a representatividade será averiguada pelo reconhecimento da base sindical, por intermédio do número de sindicalizações.

Esse questionamento, conjuntamente com a busca pela reformulação do imposto sindical, gerou a criação do Fórum Nacional do Trabalho, em 2005. Esse Fórum encaminhou ao governo federal um Anteprojeto de Lei (PL) e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com o objetivo de iniciar a Reforma Sindical, debatida e combatida durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), assim como no de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Assim sendo, as centrais sindicais defendem a reformulação do sistema sindical brasileiro, entendendo que:

[...] a manutenção desta organização sindical confederativa e verticalizada, financiada por recursos compulsórios, sem ampla capacidade de negociação coletiva, distante do local de trabalho e dependente do judiciário leva à fragmentação da representação, à inexpressiva atuação no local de trabalho e ao baixo índice de sindicalização. (ALKMIN, 2001, p. 58)

Dessa maneira, essa reforma sindical, defendida por algumas centrais, trazia em sua formulação a flexibilização na representação sindical, inserindo a possibilidade do pluralismo sindical, a legalização das centrais sindicais, a mudança do termo imposto sindical por taxa

⁷⁷ Segundo Russomano (1995, p. 77), base é o conjunto de profissionais de uma mesma categoria.

sindical⁷⁸, a possibilidade da negociação coletiva aos servidores públicos e a criação de um conselho sindical para tratar de questões referentes à organização sindical nacional, tais como registro e reconhecimento de representatividade de base.

Nesse capítulo fica evidente que o associativismo no setor público antecede à promulgação da Carta Constitucional de 1988. Também se percebe que a reestruturação do sistema representativo como sindicato foi precedido pelo ordenamento jurídico-legal do país onde, sem consentimento pleno da categoria representada transformaram-se associações em sindicatos de servidores públicos municipais. Porém, as alterações ocorridas no sistema sindical são frutos do período anterior ao regime ditatorial instaurado em 1964, com a luta pela instituição de um sistema livre das intervenções do poder público, como ocorria desde o seu nascedouro com o Governo Vargas, em 1945.

A reestruturação jurídica convivia com a necessidade de uma nova forma de representação no setor público, como se pode verificar na ação da CSPB e da FESISMERS quando dos debates da Assembleia Nacional Constituinte onde propostas foram debatidas em congressos e encaminhadas aos deputados constituintes.

Porém, estes encaminhamentos efetuados no setor público eram compartilhados pela ação conjunta com o setor privado. Essa aproximação na atuação também possibilitou que o setor público se buscassem adequações presentes no setor privado, independente das questões específicas de cada setor presentes na legislação brasileira. Essas diferenças ficaram evidentes no fato de dispor espaço dedicado exclusivamente ao sindicalismo do setor público na Constituição de 1988, em separado dos demais trabalhadores.

⁷⁸ Essa taxa sindical substituiria o imposto sindical. Inicialmente essa proposta foi defendida pelas centrais sindicais mas, após verificarem que o valor do imposto seria menor que o que seria utilizado na taxa, encaminharam nova proposta, solicitando que a categoria dispusesse sobre os valores a contribuir, sem imposição legal de valores. (Jornal da CUT, edição 39, 2011)

3 – CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB)

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) é a entidade classista de terceiro grau, representante dos servidores públicos no Brasil. Como disposto anteriormente, a CSPB congrega federações e sindicatos, sendo a responsável pela representação nacional desses trabalhadores.

Essa confederação surgiu no ano de 1958, porém, naquele momento, inexistindo o direito à sindicalização de servidores públicos, dedicava-se a congregar associações de funcionários públicos, das três esferas: federal, estadual e municipal. Apesar do viés assistencialista esperado desse tipo de instituição, a confederação dedicava-se, em analogia à ação sindical, a defender interesses da categoria representada, mesmo que se tratasse de associações, sem o caráter legal de representantes.

Segundo Soares & Santos (2007, p. 03 e 04), o crescimento das lutas da confederação foram proporcionais às lutas despendidas pelos partidos políticos quando dos embates pela redemocratização do país. A influência do Partido Comunista Brasileiro, com suas formações voltadas aos trabalhadores e direcionadas em oposição ao governo Vargas, além da criação da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP), em 22 de setembro de 1952, possibilitou a organização dos trabalhadores em uma luta em prol não só de melhores condições de trabalho, como também de reformas sociais. Essa organização ocasionou a criação do primeiro Estatuto dos Servidores Públicos Federais do Brasil, sancionado pela lei 1751/1952, no dia 28 de outubro de 1952, data que se tornou a efeméride relativa ao dia do servidor público.

Foi somente em 1958 que a CSPB surgiu de forma legitimada pela categoria que se dispunha a representar, após o congresso de fundação, onde surge com disposição de não ser “braço político de partidos políticos nem instrumento de manipulação de governos (SOARES & SANTOS, 2007, p.04). A Confederação defende uma atuação classista e apartidária, mesmo sendo sujeito da ação histórica despedida pelo PCB e pelo PTB de Getúlio Vargas. Nesse período, também a CSPB, era tratada como caso de polícia, devendo ser comunicada à chefatura toda ação coletiva pensada pelos sindicalistas. Atitudes repressoras do Estado fizeram-se presentes durante o período Vargas e além dele, figurando como uma normalidade social até o fim da ditadura militar de 1964.

A manutenção da atuação sindical e associativa, da CSPB proporcionou a seus dirigentes momentos de prisão, exílio e, até mesmo, morte. Como era essa a realidade do período, também se fazia igualmente normal a junção dos movimentos sociais para combater as ações repressivas do Estado Nacional. Dessa maneira, a confederação aliou-se à luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita, além de buscar o restabelecimento da ordem democrática. Essa bandeira começa a figurar na instituição, segundo Soares e Santos (2007, p. 05), desde o congresso de 1966 e, passa a ser transformada em bandeira oficial e permanente no congresso sindical de 1972. A instituição defendia, como a maioria dos movimentos sociais, a redemocratização do país e o imediato chamamento de eleições livres.

O Presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, quando da comemoração do cinquentenário da instituição, defendeu que a confederação:

[...] nasceu com um campo ideológico demarcado, que seria uma entidade de transformação social e não apenas de agrupamento de interesses apenas relativos aos servidores públicos. O fato de engajar definitivamente nas lutas sociais, nas lutas políticas e na organização dos trabalhadores do país, fez com que pagássemos um preço muito alto. A ditadura militar de 1964, praticamente acabou com a nossa confederação. (FERNANDES, 2009, p. 155)

Os dirigentes sindicais entendiam que a sua atuação frente ao regime ditatorial poderia disponibilizar a oportunidade de ampliar os direitos despendidos aos servidores públicos e, tratando-se de um momento de mudanças, seria apropriado dispor um novo modelo de sindicalismo do setor público, independente e combativo, como o que era praticado pelo setor privado.

A CSPB assume, então, a Constituinte como a saída para as suas demandas mais urgentes, o espaço requerido pela instituição em busca do que não fora atendido pelos governos que foram seus contemporâneos. Porém, sendo o espaço da Assembleia Nacional Constituinte restrito a deputados constituintes, a confederação encarregou-se de formar quadros que se disponibilizassem a concorrer às eleições, sendo eleito Geraldo Campos (PMBD/DF) como representante dos servidores públicos e, também, como o trabalhador dotado de todas as demandas e anseios da categoria, quando dos debates naquele espaço institucional.

Após eleito, o representante da CSPB assumiu o cargo de sub-relator da Comissão de Serviços Públicos, tornando-se responsável pela aprovação e inserção do direito à sindicalização, no setor público, a todos os servidores públicos. A CSPB entendeu que a sua

eleição a esse cargo representou a presença da instituição na criação da Constituição de 1988, e que isso colaborou em sua atuação por intermédio de “centenas de estudos, notas, proposições, justificativas, projetos e emendas” (SOARES & SANTOS, 2007, p. 02). Porém, mesmo com a atuação de um representante na Assembleia Nacional Constituinte, a CSPB não pôde contar com os mesmos direitos dispensados aos trabalhadores do setor privado. A legitimação do direito de sindicalização

[...] não significou a plenitude da representação sindical assegurada aos sindicatos, federações e confederações do setor privado. Para isto a CSPB teve que enfrentar obstáculos quase intransponíveis para superar as resistências, cada vez maiores à livre organização sindical dos servidores públicos. Uma luta que ainda continua. Se, por um lado, a CSPB tem o amplo reconhecimento da sua representação, sendo referência obrigatória em assuntos de servidores públicos, no País e no exterior, por outro, em questões determinantes, ainda luta para assegurar às organizações sindicais do setor público, os mesmos direitos, assegurados às entidades sindicais do setor público [privado?]. (SOARES & SANTOS, 2007, p.05)

O debate acerca da Constituição Federal era contemporâneo de outro problema que a confederação enfrentava no momento: o hibridismo institucional. Essa instituição trazia em seu seio associações, como as do período da UNSP, e sindicatos, legalizados após o direito à sindicalização. Essa situação somente foi alterada em 1990, no congresso de Fortaleza, tornando-se uma entidade exclusivamente sindical.

Esse novo momento, que excluiu da entidade as associações e instituições não sindicais, possibilitou à CSPB o recebimento da contribuição compulsória, o que lhe oportunizou reorganizar-se materialmente, adquirindo sede própria, alojamento e veículos, além de capital suficiente para custear as despesas de seus diretores quando em viagem à base classista, antes custeada pelos salários destes, em prol de uma ideologia sindical.

O recebimento da contribuição sindical representou uma verdadeira revolução na atuação da confederação, já que esta possuía, até aquele momento, somente “alguns livros de atas, uma máquina datilográfica e velhos arquivos, sem qualquer perspectiva de sede própria e de uma estrutura mais adequada à sua dimensão sindical”, porém “em apenas uma década, organizou-se como instrumento de luta dos servidores públicos, com investimento na base, cujos resultados, repetimos, são as 31 (trinta e uma) federações filiadas e mais de 1.000 (mil) sindicatos constituídos na sua base.” (SOARES & SANTOS, 2007, p. 09 e 10).

Mas a decisão de excluir as entidades não sindicais adveio de sentença disposta pelo

Supremo Tribunal Federal (STF), no entendimento de que, à luz da nova Constituição, a representação dos servidores públicos somente poderia ser efetuada por uma entidade sindical, e não por uma associação. Essa decisão iria atingir as federações e associações de funcionários que ainda não tinham se adequado à nova ordem legal vigente à época. Para Fernandes (2009, p. 155), os dirigentes da CSPB, em razão dessa decisão jurídica, transformaram-se em:

[...] verdadeiros semeadores de sindicatos de servidores públicos pelo país, já que não existia nenhum de direito. Em pouco mais de uma década chegamos ao status de maior entidade de servidores públicos deste país. (...) Nossa entidade. Além de ser a maior, se apresenta, como uma entidade diferente no mundo, porque a CSPB é um grande guarda-chuva do movimento sindical dos servidores públicos. A nossa Confederação é 100% da base dos servidores públicos organizados na Força Sindical, na Nova Central Sindical, na UGT, na CGTB, na CTB e organizada em todas as entidades internacionais dos servidores públicos.

Essa nova realidade sindical, para os servidores públicos, significou a alteração da forma de atuação da confederação. As lutas vigentes até a constituinte deixaram de representar a reestruturação do estado nacional, para tornar-se a reestruturação do sindicalismo público, em razão da emergente situação de alterações institucionais pelas quais deveriam passar as federações e associações de funcionários públicos, para tornarem-se, também, exclusivamente sindicais.

Entre o período da promulgação e da efetiva transformação da confederação em entidade sindical, passaram-se quatro anos considerando-se que esta instituição possuía, na sub-relatoria da Comissão de Serviços Públicos, o representante que garantiu a sindicalização do servidor público. Esse fato tornou-se preocupante, já que a instituição possuía em sua base várias instituições que ainda não haviam se adequado à nova regra e que, se não o fizessem, seriam desligadas do quadro de filiadas. E, sendo a contribuição sindical distribuída somente entre sindicatos de base e federações de sindicatos, tornou-se emergencial a conquista dessa fonte de financiamento para essas instituições, mantidas, como a CSPB, por seus dirigentes até a sua alteração estatutária e adequação à legislação.

Sua atuação pendeu entre a reorganização da estrutura sindical pública e a mobilização para a manutenção de direitos ameaçados pelos governos que se sucederam após a abertura política no ano de 1985. Para o atual presidente da confederação, João Domingos Gomes dos Santos (FERNANDES, 2009, p. 156), pertencente à instituição desde a década de 1990, a CSPB

[...] tem lutado apenas para manter as conquistas ou, simplesmente, para não perder muito. Tudo isto porque estamos sob o império de um modelo que se apresenta como único e formulado sem a participação da classe trabalhadora. Este momento de crise traduz a falência desse sistema, ou pelo menos traduz que a forma como foi imposto não serve às nações, não serve à classe trabalhadora. É um momento especial para que os trabalhadores possam influenciar na mudança desse modelo e na criação de um novo modelo que possa atender os anseios da sociedade.

Essa posição de embate diante da organização social suplantou a reorganização da estrutura, hoje ameaçada pela reforma sindical, mesmo que ainda sejam inexistentes na Constituição os direitos disponibilizados aos trabalhadores da iniciativa privada e que sejam negligenciados aos servidores públicos o direito de greve, negociação coletiva, saúde ocupacional, regimes contratuais, entre outros.

3.1 – FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS)

Essa instituição foi criada em 28 de outubro de 1979, com o nome de Federação de Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMERGS), abrangendo a categoria dos servidores públicos municipais, mas com sua atuação vinculada unicamente a associações pois, como referido anteriormente, o sindicalismo ainda era atributo somente do setor privado. Porém, mesmo não obtendo o reconhecimento de entidade sindical, situação compartilhada pela CSPB, suas práticas refletiam as ações implementadas pelos sindicatos da iniciativa privada, por meio da organização de ações coletivas e manifestações referentes à busca e manutenção de direitos à categoria dos servidores públicos do Estado.

Em detrimento da legalização do sindicalismo para o setor público, a FAMERGS tornou-se FASMERS (Federação de Associações e dos Sindicatos de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul). Essa transformação buscou unir as instituições, tanto as que se mantiveram como associações como as que se transformaram em sindicatos, numa tentativa de manutenção da base institucional, mesmo tornando-se uma instituição híbrida. Porém, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a Confederação dos Servidores Públicos

do Brasil (CSPB) informou à FASMERS, por intermédio de ofício⁷⁹, que essa instituição deveria optar por representar sindicatos ou associações, sendo impossível a representação ampla proposta pela federação do Rio Grande do Sul. Era necessário adequar a federação às novas regras dispostas pela Constituição Federal e optar entre associativismo e sindicalismo. Após a reforma estatutária, ocorrida em 22 de outubro de 1988, a FASMERS tornou-se FESISMERS⁸⁰ (Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul), tendo sido encaminhado o processo de pedido de registro ao Ministério do Trabalho somente em 1992.

Este breve histórico burocrático institucional da FESISMERS demonstra que a atuação do sistema confederativo, por intermédio da CSPB, esteve presente quando das alterações impostas pela nova Constituição. Porém, ainda no ano de 1989, a federação já registrava a conquista do direito à sindicalização do servidor público e, assim sendo, entendia que, em breve, deveria adequar seus estatutos a essa nova realidade sindical.

Na cidade de Santa Rosa, em onze de março de 1989, o presidente eleito da instituição, Vilmar Hartemink, registrou que a ampliação de direitos dos servidores públicos municipais era algo necessário e que o direito à sindicalização não iria alterar a condição em que a federação se encontrava, sem recursos financeiros e totalmente dependente da colaboração de seus dirigentes sindicais (Ata da FESISMERS, 11/03/1989). Era uma situação comum a todas as federações do país, já que a inexistência do direito à sindicalização também impossibilitava a essas entidades o recebimento da contribuição sindical.

Também no ano de 1989, em sessão ordinária do Conselho de Representantes⁸¹, realizada em Passo Fundo, no dia três de Junho, foi debatida a emergencial ação dos sindicatos para regularizar-se junto ao Ministério do Trabalho, a fim de garantir a representação dos servidores públicos junto a ações no Judiciário⁸². Nessa mesma reunião do

⁷⁹ Ofício circular 003/92, de 27 de março de 1992 (Arquivo da FESISMERS).

⁸⁰ As alterações referentes à modificação do nome da instituição, encontram-se registradas no Livro A, nº3, folha 229v, sob o número de ordem 3.033, no ' Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre. 09 de junho de 1998.

⁸¹ O Conselho de Representantes equivale à assembleia de trabalhadores, em que cada sindicato filiado envia representantes para defender suas propostas junto à federação.

⁸² A representatividade garantida pela regulamentação no Ministério do Trabalho e Emprego buscava estabelecer o direito de unicidade diante das demandas jurídicas dos municipais. Porém, em 1994, há a legalização da Federação de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FEMERGS), defendendo a ideia de que essa instituição representaria os municipais, enquanto trabalhadores, numa ação próxima da atuação sindical de base, já que a FESISMERS tem a representação das instituições sindicais em nível de segundo grau, segundo o preceito de unicidade sindical. Esta disputa pela base sindical, em especial no que se refere à contribuição sindical, tem sido favorável juridicamente à FESISMERS que, na maioria das disputas, tem garantido o direito de representar os sindicatos e os trabalhadores, municipalistas do Rio Grande do Sul. Em detrimento de esta

Conselho de Representantes, verificava-se que existiam, neste momento, embates acerca do entendimento de sindicalismo no setor público, principalmente no que se referia á composição da base sindical. Nessa reunião, o representante dos servidores de São Gabriel, João Fabiano da Costa Brito, manifestou-se sobre a criação de seu sindicato, relatando que encontrava problemas somente em relação “as professoras”⁸³.

Essa realidade devia-se ao fato de que, em muitas cidades e também no estado do Rio Grande do Sul, existiam Associações ou Centros de Professores que, quando da possibilidade de sindicalização, transformaram-se em sindicatos, ocasionando uma ruptura na base sindical dos municípios. Por essa realidade estar presente, o então presidente da federação encaminhou documento de explicação sobre a organização sindical a todas as associações do Estado, a fim de fomentar a regularização e impedir a fragmentação da base.

A presença do magistério na organização da federação, quando da alteração do status institucional, pôde ser percebida por intermédio da palestra do professor Clóvis Oliveira⁸⁴, Vice-Presidente do CPERGS, em novembro de 1989, ocasião na qual palestrou sobre sindicalização e as lutas da categoria, defendendo que mesmo sendo associação, e sem reconhecimento legal, as entidades tinham função sindical. Essa palestra era, então, realizada por um representante de uma instituição constituída exclusivamente por professores da rede pública estadual de ensino, uma fração do serviço público estadual que se mostrava combativo desde a década de quarenta do século XX.

A FESISMERS, após o seu registro como entidade exclusivamente sindical, obtido em 1992, e na gestão iniciada em 1994, organizou-se materialmente, já que, desde a sua fundação, ocupava espaços emprestados por sindicatos, como o Sindicato de Municípios de Porto Alegre, e pelo Poder Público, como uma sala junto no Mercado Público de Porto Alegre. A atuação sindical da federação contava, até a década de 1990, com a participação de dirigentes sindicais que pagavam os custos de cursos, viagens, material de formação, alimentação, etc., retirando o capital de seus próprios salários, em prol de uma categoria que se encontrava “em formação”⁸⁵. Verifica-se, desse modo, que a ausência de custeio

dissertação não ter como foco principal as disputas sindicais nas instituições de segundo grau, as federações, serve esta nota de rodapé exclusivamente para informar que o sistema sindical brasileiro possui divergências entre a representação classista em todos os níveis.

⁸³ Ata da FESISMERS, 03/06/1989.

⁸⁴ Clóvis Oliveira tornou-se Secretário Estadual de Educação no governo de Tarso Genro(PT), com gestão iniciada em 2011 e com término previsto para 2014.

⁸⁵ Utilizo o termo “em formação” em razão do fato de que o reconhecimento institucional como entidade sindical devia-se à legalização perante os órgãos públicos, já que a atuação dos dirigentes, por si, demonstra que a

institucional não foi um empecilho para a participação nos eventos de discussão, debates e formação do setor.

Assim como ocorreu com a CSPB, após o recebimento do imposto sindical⁸⁶, a FESISMERS adquiriu sede própria, alojamento e veículos, além de capital suficiente para custear a manutenção de dirigentes sindicais em atividades no interior do Estado, aproximando a federação dos sindicatos, além de poder financiar cursos de formação sindical, até então organizados somente para os dirigentes que podiam se deslocar até Porto Alegre, por conta e interesse próprios.

Passou também a atuar perante os sindicatos, diretamente na base sindical, com a assessoria jurídica que era organizada na instituição. Essa forma de atuação revestiu a instituição de um poder antes inexistente no sindicalismo público no Estado, ou seja, disponibilizou instrumentos de contraponto às Procuradorias Municipais, instituição que representa o poder municipal constituído e que, na sua maioria, compõe-se de profissionais do direito que assumem Cargos em Comissão para defender os interesses políticos do governo.

Revestidos por essa assessoria, muitos sindicatos encaminharam os documentos necessários para o registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a fim de obter a Carta Sindical e, conseqüentemente, habilitar-se a receber a contribuição sindical oriunda de um dia de trabalho dos servidores municipais de sua cidade que, antes, era encaminhada ao MTE, para a distribuição entre a Federação, Confederação e MTE.

Outra ação efetivada pela assessoria jurídica da FESISMERS passou a ser o encaminhamento de pedidos de Licença Classista às prefeituras municipais, por solicitação dos sindicatos e, quando estas eram negadas, impetração de ações judiciais a fim de garantir a liberação do(s) servidor(es) eleitos para representar a categoria municipal. Muitos sindicatos recebiam uma contribuição compulsória muito pequena, e, mesmo com o aporte de mensalidades de seus associados, entendiam como primordial essa assessoria da federação, configurando esse serviço como um dos principais prestados pela instituição, sendo referência até mesmo para a CSPB, que utilizou o mesmo sistema em sua entidade.

categoria já se reconhecia como tal e se organizava, mesmo como federação de associações e antes de registrar-se no MTE.

⁸⁶ Existem dados indicando a FESISMERS ter sido a federação pioneira na cobrança judicial da contribuição sindical no setor público no país, tendo sido suas fundamentações legais organizadas pelo Dr. Carlos Eli Moreira Campos e utilizadas como instrumento para ações em outras unidades da federação brasileira.

3 2 – CENTRO DE PROFESSORES DE SÃO LEOPOLDO (CEPROL-SINDICATO)

Como muitas outras instituições de professores existentes no Estado do Rio Grande do Sul, o Centro de Professores Leopoldenses – CEPROL constituiu-se como associação de professores e, não como sindicato. Foi criado oficialmente em 10 de outubro de 1984, mas seus dirigentes atuavam junto à base classista representada mesmo antes de sua criação institucional⁸⁷.

A ideia da criação desse tipo de instituição formou-se a partir das necessidades da base classista, e não por determinação externa ou legal. Surgia à medida que a mobilização acontecia. Por ser uma associação de professores, e não um sindicato, o Poder Público entendia que era uma alternativa salutar dos educadores para sugerir medidas de melhoria no ensino público. Até mesmo a presença do Secretário Municipal de Educação e do Prefeito eram normais nas assembleias. Schoffen⁸⁸ (2006, p. 60), em sua dissertação de mestrado, concluiu que, se o professor João Carlos, Secretário Municipal de Educação de São Leopoldo, “não estivesse ali, o Magistério não teria as aberturas que teve para que o processo de organização ocorresse”. Essa aproximação ao Poder Público oportunizou até mesmo a cedência de uma sala no prédio da sede da UNISINOS, em 1985, favorecendo a organização e servindo de referência à categoria profissional.

Aquele espaço servia como ponto de encontro dos professores quando saíam de suas escolas: ali podiam debater sobre suas realidades escolares e refletir sobre as alternativas às mazelas encontradas no ensino público. Mas, como no caso da federação e da confederação, a manutenção do prédio e do material de expediente eram custeados pelos próprios dirigentes, que arcavam também com a responsabilidade de organização de atividades, mesmo que, para isso, utilizassem seus momentos de lazer, como finais de semana. Uma professora, em entrevista à educadora Leocádia Inês Schoffen (2006, p. 62), relatou que a entidade “só tinha

⁸⁷ A Associação de Funcionários Municipais de São Leopoldo foi fundada em 15 de agosto de 1947, sendo reconhecida como de utilidade pública pela Lei municipal nº 157, de 27 de janeiro de 1950.

⁸⁸ A professora Leocádia Inês Schoffen, quando da entrevista, declarou sua participação e filiação política ao Partido dos Trabalhadores (PT), ocupando o cargo de assistente da Secretaria de Educação da cidade de São Leopoldo. No ano de 2011, esta passou a ocupar o cargo de Secretária de Educação, podendo ser entendida a sua percepção frente aos governos anteriores como um posicionamento político partidário-ideológico, já que sua opinião atual traz no discurso uma melhoria nas ações de governo frente aos servidores, algo não tão perceptível nas entrevistas efetuadas com os atuais dirigentes sindicais sobre o governo municipal, incluindo o atual que compreende os anos de 2005 a 2012.

uma máquina de escrever, tínhamos que ligar de orelhão, não tinha secretária, não tinha ninguém⁸⁹”.

O entendimento de uma representação de classe, independente do Poder Público e de partidos políticos, por intermédio de uma democracia interna da classe, encontra-se presente nas declarações de Leocádia, que se referia ao CEPROL como uma entidade democrática, em que “até a cor do símbolo tinha passado por discussão com a categoria”. Forjou-se como entidade de classe baseada em sistema de colegiado já que, mesmo existindo uma diretoria eleita, era esse grupo que tomava as decisões mais importantes. Também estava presente a figura do Conselho Político Sindical, espaço de debates da instituição que contava com a presença de dirigentes eleitos pela base classista. Entretanto, toda essa estrutura refere-se a uma organização associativa, não sindical, que contava com a presença de filiação de quase toda a categoria.

Quando da obrigatoriedade legal de transformarem-se as entidades de representantes dos servidores públicos em sindicatos, o CEPROL encontrou dificuldades. Quando do debate com a sua categoria, em 1989, existia no município a Associação de Funcionários, o que possibilitava a junção de entidades, ação não aceita pela categoria dos professores, que propuseram a transformação da entidade em sindicato. Essa alteração, burocrática, teve um significado diferente do observado nas federações e confederação, já que a base do CEPROL diminuiu consideravelmente em detrimento da alteração do status da entidade. A professora Leocádia⁹⁰ relata em entrevista que

[...] no início quando eu entrei, havia o grupo de diretores das escolas, era muito forte dentro da associação de professores, basicamente assim, a liderança da escola, vamos dizer assim que era a direção, ela acabava também sendo a representação dentro da associação dos professores, então isso tinha um enorme papel no momento, por exemplo, de uma greve, a direção, você imagina a direção de uma escola participar, de um indicativo, participar no conselho político-sindical, de tirar um indicativo de greve e levar esse indicativo pra assembleia, bom ela ia pra escola e trabalhava isso com os seus professores, quer dizer, 'eu vou parar, vamos parar gente', então assim, isso agregava muito, e eu vejo que, quando o CEPROL se transformou em sindicato, houve uma diminuição dessa efetiva participação das direções de escola.⁹¹

⁸⁹ Essa realidade da estrutura física das instituições sindicais, no sindicalismo público, consta em todas as entrevistas efetuadas, além de encontrar-se registrada em Atas de reuniões dos sindicatos, federação e confederação.

⁹⁰ A professora Leocádia Inês Schoffen é natural de Montenegro, 42 anos, casada, ingressou no magistério em 1987 e tem formação em Pedagogia (Graduação), especialização em Ação Supervisora e Letramento e Mestrado em Educação, todas efetuadas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

⁹¹ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. 2010.

A relação entre a entidade e seus representados possibilitava a aproximação de diretores de escolas, que eram escolhidos pelo Poder Público, nesse caso, aliados do gestor, numa ação de defesa da categoria funcional, e, em muitas assembleias convocadas pelos diretores de escola, estaria presente o Secretário de Educação e, até mesmo o Prefeito Municipal.

Era uma realidade atinente à associação de professores, e não a uma entidade sindical. A transformação do CEPROL em sindicato ocasionou uma ruptura na base representada, e os primeiros a saírem da instituição foram os diretores. Para a professora Leocádia, a razão da diminuição de filiados se deve

[...] talvez até pela incompreensão do papel do sindicato, eu acho que não foi bem compreendido essa mudança pela categoria, então, enquanto era associação, era, uma coisa assim mais pura, mais vocacionada, mais espontânea, de participação, e aí foram melhorando as condições da categoria, mas, ao mesmo tempo, essa ferramenta teve uma transformação prá algo que, que na minha opinião assim prá muitos da categoria, cheirava a classe proletária, a pensar, tava muito acostumada a pensar o sindicato dos metalúrgicos, sindicato da borracha, que enfim, eram organizações de classes operárias, e aí os professores, quando se transformou em sindicato, o professorado acabou recuando um pouco, não compreendendo que essa ferramenta era, que era uma transformação obrigatória pela legislação sim, mas que a ferramenta em si, se mantinha, então, eu acho que não foi bem compreendido esse processo pela categoria, muitos acabaram se afastando, muitas dessas lideranças, principalmente de direção.⁹²

Existiam, naquele momento, duas ações contínuas na categoria dos professores municipais de São Leopoldo, uma referente à obrigatoriedade legal de transformar a entidade em sindicato e outra, que entendia que essa ferramenta classista relacionava-se exclusivamente aos proletários. A categoria entendia-se excluída dessa definição de trabalhador, ignorando a razão de transformar a sua associação em sindicato.

Também se verifica, no relato da professora, que os sindicatos privados, exemplificados pelos metalúrgicos e da borracha, eram vistos como entidades reivindicatórias relacionadas à classe operária, numa tentativa de organizar os trabalhadores em classes, de acordo com suas atividades laborativas: aquelas em que se executam atividades fundadas na ação física eram consideradas menos importantes do que aquelas em que se executavam atividades de ordem intelectual, como o magistério, sendo impossível enquadrá-las em instituições com a mesma organização.

⁹² SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. 2010.

O CEPROL, enquanto ainda não era sindicato, conseguia assegurar participação de muitos docentes, e a assembleia era um espaço de discussão

[...] lotado, muito lotado, todo mundo, junto (...), no período que era Centro de Professores. E a gente ouviu, quando a gente resgata essa história, nos vinte anos ali que, os próprios professores falavam 'quando era centro, era uma coisa, quando muda pra sindicato, vira outra, coisa'. Que afasta um pouco as pessoas, também é dito isso.⁹³

A alteração do termo Centro por Sindicato também é definida pela professora Angelita Lucas⁹⁴ como uma das causas para o afastamento dos professores da instituição, onde

[...] a palavra Centro, tem uma configuração mais amena que a palavra sindicato, e, nessa década de oitenta, o sindicato ainda assustava muito, não é, mesmo que as pessoas anteriormente faziam o movimento; quando vira sindicato, elas tomam um susto muito grande. E por isso, um dos motivos do afastamento aí não é.⁹⁵

Outro problema enfrentado pela direção da instituição, quando da organização pós-Constituição de 1988, foi a partidarização. Muito presente nos relatos dos entrevistados, a presença de ideologias partidárias nas definições do andamento das demandas classistas tem sido fator importante para a dessindicalização dos quadros. Com a transformação da entidade em sindicato, foi introduzida na direção uma política de oposição ao poder constituído, com o intuito de alterar a organização política da municipalidade, mesmo existindo na base professores que entendiam essa ação como alheia aos anseios da categoria. Esse tipo de ação acabou afastando a direção do sindicato de sua base representada, causando o esvaziamento da instituição.

Essa partidarização era reflexo das disputas encontradas em outras instâncias de poder na cidade, num embate de forças político partidárias pelo maior controle institucional e dos movimentos sociais, incluindo o sindicalismo. Quando da segunda eleição do sindicato, pôde-se evidenciar a presença dos partidos, havendo a presença de duas chapas do Partido dos Trabalhadores (PT) e uma do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). A presença de duas chapas do PT ocorreu, segundo relato, a partir de uma ruptura interna do

⁹³ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

⁹⁴ A professora Angelita Fernanda Teixeira Lucas, 40 anos, é natural de São Leopoldo, União estável, ingressou no magistério em 1995, possui formação em Magistério (ensino médio) e cursa Graduação em Pedagogia.

⁹⁵ Id.

partido, em relação aos caminhos a serem tomados pelos dirigentes, quando eleitos. Essa atitude demonstra que o partido político, independente de sua ideologia, buscava tomar o espaço do sindicato de classe e defender suas demandas partidárias por intermédio deste.

A chapa vencedora era oriunda do Partido dos Trabalhadores (PT) e seguia as definições deste para a organização sindical, que consistiam em manter o sistema de colegiado, atividade de base, com visitas às escolas e divulgação por intermédio de boletim informativo. Esse boletim buscava, além de divulgar as atividades da entidade, atuar como instrumento de divulgação de atividades de formação, já que a entidade sindical passou a promover

[...] oficinas pedagógicas, que também nós, claro, aproveitamos enquanto um instrumento de construir, reconstruir essa relação com a categoria, que tava carente de um processo de formação, pedagógica e política, então a gente começou a, e assim, isso foi um movimento pra mim assim importantíssimo, a gente teve uma participação muito grande: vinham, às vezes, oito a dez municípios da região participar também junto conosco das atividades pedagógicas.⁹⁶

A utilização do sistema de formação, entendido como abandonado pela Secretaria de Educação, proporcionou o reencontro entre representante e representados, o que facilitou a sindicalização dos profissionais que haviam se afastado, já que viam na entidade, novamente, um espaço de formação, necessária à sua atividade laborativa.

A oferta de cursos, com descontos para associados, lembrava a atuação como associação, baseada no assistencialismo e na disponibilização de momentos de lazer e formação. O sindicalismo revestiu-se do associativismo para buscar novos sindicalizados, oferecendo benefícios, além de manter sua atividade principal de representação diante das demandas da categoria.

A realização de atividades conjuntas de formação entre o CEPROL, a ADUNISINOS, o SINPRO e o CPERGS, reflexo da ação utilizada pelas associações e sindicatos quando do período de redemocratização, unindo trabalhadores de entidades próximas, por profissão, buscava defender, numa atitude ampla, as demandas das categorias, mesmo que estas fossem diferentes no âmbito estrutural ou legal. Essa era vista como uma atitude pertinente à atuação sindical, defendida inclusive pela estrutura partidária, que previa o auxílio contínuo dos trabalhadores quando de suas lutas classistas.

⁹⁶ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set.2010.

Nesse período, compreendido entre os anos de 1989 e 1998, a atuação sindical baseou-se na disputa entre as demandas da categoria e os acordos conquistados em audiência com o Poder Público. A relação entre o sindicato e o Prefeito era conturbada e a instituição não era recebida pelo Poder Executivo ou eram organizadas reuniões que terminavam sem resultados devido aos posicionamentos intransigentes do gestor público⁹⁷.

A atuação do CEPROL, desde a sua transformação em entidade sindical, relacionou-se não só à sua potencialidade em enfrentar a impossibilidade de impor a legalidade - já que o servidor público não possui direito de greve ou convenção coletiva-, por intermédio de negociações impostas por ações políticas frente à população, como também a reorganização como entidade, conquistando o retorno da maioria dos professores à sua base classista, mesmo oferecendo benefícios que extrapolam a sua função sindical.

3.3 – SINDICATO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BAGÉ

Da mesma maneira que ocorreu com o CEPROL, o Sindicato dos Servidores Públicos de Bagé (SIMBA) surgiu como Associação de Servidores Municipais, no dia 8 de setembro de 1971. A alteração estatutária da instituição, transformando-a em sindicato, ocorreu em 09 de março de 1990, seguindo os encaminhamentos de concessão do direito à sindicalização também aos servidores públicos, oportunizado pela Constituição de 1988. Na fundação da associação, ocorrida na Câmara Municipal de Vereadores de Bagé, os presentes na assembleia decidiram eleger como presidente de honra o Sr. Dr. Antônio Cândido Silveira Pires, prefeito municipal à época, num sinal de aproximação verificado posteriormente na documentação da associação e na atuação assistencial da instituição, até a sua transformação em sindicato. Os membros da assembleia de fundação escolheram Julio Acenato Nunes como presidente da instituição, para o mandato compreendido entre os anos de 1971 e 1974. O primeiro ato da Diretoria Provisória da instituição foi a criação de uma comissão com o intuito de organizar os estatutos da associação de municipais.

No dia 25 de julho de 1989, surge o Sindicato de Professores e Funcionários de Estabelecimentos de Educação Municipal de Bagé, entidade com representação direcionada aos professores e funcionários municipais de escola da municipalidade. Nesse novo contexto, os professores criam sua instituição sindical, separando sua luta da dos demais servidores

⁹⁷ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set.2010.

públicos da cidade que continuam sendo representados pela Associação de Municípios. O atual presidente do Sindicato de Professores e Funcionários de Estabelecimentos de Educação Municipal de Bagé (SINPROFEM), Sr. Loi Vaz Lacerda⁹⁸, natural de Bagé, professor municipal desde 1986 e militante da Associação de Professores e Funcionários na época da transformação em sindicato, relata que a razão de existirem dois sindicatos na representação dos servidores municipais fundamenta-se no fato de que

[...] se imaginava na época que a antiga associação que existia na época [a Associação de Municípios de Bagé - AMBA] não fazia um trabalho direcionado para o magistério, mais um trabalho de base assim, um trabalho que se direciona pra todas as categorias, mas que se direcionasse para o sindicato de professores, ou seja, pra categoria de professores, não existia na época, e até hoje, tem muita gente que até, professores que se associam lá, mas, mais por interesses assim, como vou te dizer, lá é um sindicato mais assistencialista [...]⁹⁹.

Justifica, dessa maneira, assim como outros entrevistados, que a criação do sindicato específico do magistério e funcionários de escola tem sua origem na pouca atuação da Associação de Municípios ante as demandas do Magistério, entendidas como “diferentes e específicas”, ocasionando a necessidade de criar uma associação mais dedicada às reivindicações desses funcionários. Como Associação de Municípios, a AMBA tinha como principal atuação a que se voltava à busca de convênios e parcerias com o comércio local, com a finalidade de oportunizar aos servidores públicos municipais o parcelamento de suas compras por intermédio de desconto na folha de pagamento e em várias parcelas. Essa prática assistencialista, segundo a professora Cleusa Silveira¹⁰⁰, mantém-se após a transformação da instituição em sindicato, porque

[...] enquanto era associação era a questão do, do que a associação oferece, do que tu vai poder retirar em questão de, de manutenção da tua própria vida, que ainda hoje o sindicato faz isso, é uma prática que se repete, e se tu tentar tirar tu não consegue, porque o sindicalizado, ele se tornou dependente disso aí, financeiramente também.¹⁰¹

No dia 04 de março de 1990, após convocação dos associados da AMBA, realizou-se assembleia geral com o objetivo de transformar a associação em sindicato. Na pauta da

⁹⁸ O professor Loi Vaz Lacerda é natural de Bagé, 64 anos, casado, ingressou no magistério em 1986, tem formação em Biologia (graduação) e especialização em Gerenciamento em estudos ambientais.

⁹⁹ LACERDA, Loi Vaz. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

¹⁰⁰ A professora Cleusa Pereira Silveira é natural Caçapava do Sul, 42 anos, solteira, ingressou no magistério em 1981, tem formação em magistério (ensino médio), Pedagogia (graduação) e especialização em Gestão Escolar.

¹⁰¹ SILVEIRA, Cleusa Pereira. Entrevista concedida a Júlio Cesar de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

assembleia constava, além da transformação em entidade sindical, a aprovação dos estatutos dessa nova instituição, diferente do que ocorreu quando da criação da associação, em que os diretores eleitos pela coletividade encaminharam a criação de uma comissão para a criação desse regramento interno da instituição.

A presidência dos trabalhos, durante o período em que era associação, era efetuada pelo Sr. Adair Lacerda de Oliveira, que se manteve no cargo após a transformação em entidade sindical, e que permaneceu nessa situação até o ano de 1996. Na ata de fundação do Sindicato de Municípios de Bagé, no ato de transformação da associação em sindicato, constam as seguintes informações:

[...] Abriu o trabalho da presente assembléia o Sr. Adair Lacerda de Oliveira, sobre a transformação da Associação de Municípios de Bagé em Sindicato, que posto em votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir foi feita a leitura dos Estatutos pelos colegas Nércio José Pedra Fagundes e Glenio Pires da Silveira convidados pelo presidente para tal fim, após feita a leitura dos Estatutos, posto em votação foi aprovado por unanimidade [...]¹⁰².

Pode-se verificar que as alterações estatutárias e a composição da diretoria estavam previamente estabelecidas pelos membros da diretoria da associação e que a alteração direcionou-se exclusivamente para a transformação legal da instituição, de associação em sindicato, com o objetivo de oportunizar maior representatividade perante os órgãos públicos e o Poder Judiciário.

A atuação frente ao Poder Executivo ocasionou a aproximação do SIMBA e do SINPROFEM no ano de 1994, quando alguns dirigentes da entidade docente relataram que “professores que *ganhão (sic)* bem e que têm cargos de confiança *deicharão (sic)* os cargos para se unirem ao Magistério”¹⁰³. Nessa ocasião, registrou-se que vários professores optaram por aproximar-se da categoria e por reivindicar conjuntamente, mesmo que para isso tivessem perdas salariais oriundas da perda de cargos políticos concedidos pelo Poder Executivo, demonstrando uma maior coesão dos interesses de todos os servidores em prol da coletividade.

Quando da eleição de 1996, alguns servidores associados ao sindicato sugeriram que a data da assembleia de eleição fosse alterada, o que gerou debates acalorados, inclusive

¹⁰² SIMBA. Ata nº 01. Sindicato dos Municípios de Bagé, 09/03/1990.

¹⁰³ SIMBA. Ata nº 19. Sindicato dos Municípios de Bagé, 18/03/1994.

havendo “agressões verbais e tentativas de tumulto pelos funcionários Marcos, Edgar e Arruda na busca de interromper os trabalhos e impedindo que os mesmos transcorressem com normalidade, havendo ainda, colegas com visíveis sintomas de embriagues.”¹⁰⁴

A alteração na presidência do sindicato ocorre somente no ano de 1996, quando Adair Oliveira foi substituído por Maria Sônia Marin Martins, que se manteve na presidência até o ano de 2005. Essa gestão do sindicato, assim como a categoria dos servidores públicos de Bagé, ficou marcada pelo atraso de pagamentos de salários, que perdurou por mais de dois anos. No ano de 1999, consta, na Ata de número 86 do Sindicato de Municipários de Bagé, como pauta principal, o atraso de salários. Nessa assembleia da categoria, realizada dia 21 de novembro de 1999, o principal ponto de debates direcionou-se à resolução do atraso dos salários que, naquele período já somava mais de um ano. Apesar da urgência da demanda e da execução de várias reuniões com o Poder Público, que geraram acordos não cumpridos pelo Prefeito Municipal, optou-se por realizar nova reunião, ao invés de divulgar propostas direcionadas à sensibilização da população diante da realidade dos servidores municipais. Optou-se por uma “negociação sem radicalismo”¹⁰⁵. Os sindicatos de Bagé, SINPROFEM e SIMBA, inclusive executaram levantamento sobre a situação regional dos municípios no que se relaciona a atrasos de salários, constatando que “Pelotas está em *atraso(sic)* [de salários] de 9 meses e outros municípios estão em *atraso(sic)*. [...] Foi feito um levantamento das cidades que também estão em *atraso(sic)*, são várias.”, figurando este como a principal razão para manter-se a negociação com o Poder Público¹⁰⁶.

Também nessa gestão, iniciou-se debate sobre a questão da unicidade sindical no serviço público municipal de Bagé, quando, em assembleia unificada entre os sindicatos (SIMBA, SINPROFEM, Intersindical e Rodoviários), havia o entendimento de que “nem um (sic) trabalhador não poderá pertencer a dois sindicatos”, assim como havia o entendimento de alguns sindicalistas de que “não poderá existir dois representantes sindicais”. Em defesa da multiplicidade sindical na base municipal, o SIMPROFEM defendia que a diferença encontra-se na atuação, onde o SINPROFEM “atua na área pública sindical” e o “SIMBA na área pulitica (sic) sindical e na área assistencial (sic).”¹⁰⁷. A diferenciação da representatividade situa-se na relação econômica com o funcionalismo, sendo política ou financeira.

¹⁰⁴ SIMBA. Ata nº 27. Sindicato dos Municipários de Bagé, 10/02/1996.

¹⁰⁵ SIMBA. Ata nº 86. Sindicato dos Municipários de Bagé, 21/10/1999.

¹⁰⁶ SIMBA. Ata nº 53. Sindicato dos Municipários de Bagé, 17/10/1997.

¹⁰⁷ SIMBA. Ata nº 51. Sindicato dos Municipários de Bagé, 15/07/1997.

Em sua gestão sindical, a Presidente Maria Sônia Marin Martins, após a “conquista do recebimento de salários atrasados”, manteve atuação voltada à busca de novos direitos aos servidores com a prática de aproximação do Poder Público. Tinha por lema de atuação sindical a seguinte frase: “primeiro, procura resolver os impasses administrativamente, negocia e, se não atingir o objetivo, busca outros caminhos”¹⁰⁸. No governo de Luiz Fernando Mainardi (PT), o Sindicato obteve a regularização dos pagamentos de salários, assim como um calendário de pagamento de atrasados, o que oportunizou uma aproximação da instituição sindical com o Poder Executivo, constando, inclusive, propagandas oficiais da prefeitura no informativo do sindicato¹⁰⁹.

Após a aproximação com o Poder Público, essa gestão conseguiu organizar um calendário de pagamentos, o que ocasionou a sindicalização de vários professores no SIMBA. Em razão dessa aproximação do sindicato do quadro geral (SIMBA) das demandas dos professores, surgiram, na base sindical, entendimentos de que “os sindicatos, SIMBA e SIMPROFEM deveriam se unir”. No entanto, a Presidente do SIMBA, Maria Sônia, entendia que “as lutas não são iguais, pois o SIMBA luta pelos funcionários”¹¹⁰. Havia o entendimento da direção do Sindicato de Municipários de que funcionário público não era sinônimo de professores, mesmo havendo na base dessa instituição sindical muitos sócios oriundos dessa função pública. A atuação do SIMBA gerou descontentamento por parte da direção do SINPROFEM, em disputa pela base de representação, ocasionada pelas conquistas dessa entidade frente ao Poder Público. Em assembleia de 25 de abril de 1998, a presidente do SIMBA, Maria Sônia Campos, registrou que

[...] foi chamada na administração em função do grande número de professores que se associaram em vista do acordo e ainda que o SIMPROFEM acha que o nosso sindicato estava esvaziando o que houve um chamamento da Intersindical e na Câmara de Vereadores para prestar contas deste fato.¹¹¹

Também foi determinado nessa reunião que, após debate com a categoria, com o Poder Executivo, com a Câmara Municipal de Vereadores e com o SINPROFEM, “não associaria mais nenhum professor”¹¹². Tratou-se de regulamentar, pela diretoria das duas entidades, a base de representação de cada sindicato.

¹⁰⁸ Essa frase consta no panfleto de campanha da Chapa 1, que tinha como candidata a presidência Maria Sonia Marin Martins, para a gestão 2002-2005 do Sindicato de Municipários de Bagé (SIMBA).

¹⁰⁹ Informativo do SIMBA, Ano I, Dezembro de 2001.

¹¹⁰ SIMBA. Ata nº 57. Sindicato dos Municipários de Bagé, 13/02/1998.

¹¹¹ SIMBA. Ata nº 59. Sindicato dos Municipários de Bagé, 25/04/1998.

¹¹² SIMBA. Ata nº 59. Sindicato dos Municipários de Bagé, 25/04/1998.

Com a instituição do FUNDEF, em 1998, houve, em assembleia do SIMBA, formação direcionada aos professores, com o intuito de esclarecer as dúvidas geradas por esse novo ordenamento legal que tinha relação direta com o pagamento de professores e funcionários de escolas, mesmo essa demanda sendo oriunda do magistério e, conseqüentemente, assunto de interesse direto do SINPROFEM.

Porém, mesmo após o entendimento entre as instituições, muitos professores continuaram se associando ao SIMBA. Para Gislaine do Amaral Ribeiro¹¹³, professora municipal desde o ano de 1985, o professor sindicalizava-se no Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA), principalmente,

[...] prá ter vale gás, prá comprar em loja, prá dentista, prum monte de coisa” e entende que “os próprios funcionários não têm também interesse de juntar” as instituições, já que o movimento “se criou ao longo da história” e “cada um pegou um caminho e seguiu¹¹⁴.

O SINPROFEM e o SIMBA, em Bagé, atualmente, coexistem com a dupla filiação sindical, exatamente pelo fato de a transformação da associação de funcionários haver se tornado sindicato e não ter surgido posteriormente outra instituição fundamentalmente assistencialista para suprir as necessidades criadas ao longo da história do funcionalismo público municipal.

Como se pode verificar nesse capítulo, em todas as esferas representativas do setor público (Confederação, Federação e Sindicato), a transformação em entidade sindical não seguiu um rumo demandado pela classe, mas, exclusivamente, imposto pela necessária adequação à legislação brasileira. Entretanto, essas alterações eram oriundas de reivindicações das próprias instituições, e, quando da organização da Assembleia Nacional Constituinte, como referenciado anteriormente, foi defendido o direito à sindicalização aos profissionais do setor público.

A adequação jurídico-institucional das associações de municípios, sejam elas amplas (de servidores) ou específicas (de professores), se constituiu pela necessária representatividade no judiciário, assim como pela obrigatoriedade do código sindical objetivando o recebimento da contribuição sindical.

¹¹³ A professora Gislaine do Amaral Ribeiro é natural de Bagé, 45 anos, casada, ingressou no magistério em 1985, tem formação em Direito e Pedagogia, especialização em Supervisão Escolar.

¹¹⁴ RIBEIRO, Gislaine do Amaral. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

4 – A REPRESENTAÇÃO SINDICAL “VISTA DE BAIXO”: OLHARES DE DOCENTES SOBRE O SINDICALISMO PÚBLICO.

Seguindo o entendimento de Paulo Freire (2001, p. 40), segundo o qual as pessoas vão se construindo no seu fazer social, esta parte do trabalho é dedicada a análise das entrevistas efetuadas durante a realização desta pesquisa. Por intermédio da visão dos professores sobre a organização sindical municipal, procuro responder a questões referentes à identidade, representatividade e sentimento de pertencimento à categoria profissional de servidor público ou professor. As construções, formulações e reformulações dos saberes, gerados por cursos, trabalhos em sala de aula, conversas na sala dos professores, assim como pela atuação sindical, refletem nas suas visões sobre a prática docente e sindicalismo público.

A utilização da metodologia de História Oral objetiva ampliar as possibilidades dispostas pela documentação institucional e informações disponibilizadas por outras fontes. Segundo entendimento da historiadora Marluza Marques Harres (2008, p. 103),

Quando falamos em história oral, estamos falando de pesquisa histórica que utiliza uma fonte de caráter memorial, produzida, normalmente, pelo pesquisador em diálogo e interação com os entrevistados; uma fonte que, como outras selecionadas na pesquisa, deve ser submetida a um tratamento analítico. (HARRES, 2008, p. 103)

O tratamento analítico a ser efetuado ante as fontes orais busca identificar as presentificações, interações entre o passado e o presente numa tentativa de adequação linear de inteligibilidade dada pelo entrevistado, além de efetuar o cruzamento com outras entrevistas e fontes diversas, tais como documentos institucionais, periódicos, imagens, entre outros. As entrevistas podem figurar na pesquisa como fontes principais ou complementares, advindo desse recurso a relação que estas executam com as demais fontes e questões emanadas dos objetos em estudo. Não se circunscreve a metodologia ao campo exclusivo da pesquisa histórica, também sendo utilizada em outras ciências, como instrumento metodológico.

A busca da percepção dos contemporâneos a respeito da alteração no sistema

representativo docente municipalista encontra suporte metodológico fundado na utilização da história oral. A legislação, as atas de reuniões de diretoria ou de assembleias, assim como as informações disponibilizadas nos jornais institucionais ou oriundos de recortes presentes na hemeroteca sindical, compõem um quadro oficial da instituição, sendo organizadas segundo o interesse interno da instituição. As entrevistas, crivadas de lembranças que surgem com o auxílio das percepções dos atores sociais, que muitas vezes não constam nos documentos e nas seleções de informações sindicais, correspondem ao entendimento dos representados frente à atuação de sua entidade representativa, oportunizando informações referentes a determinadas situações presenciadas ou constantes na memória coletiva dos professores.

Dessa maneira, não se trata de um relato de vida, já que as informações utilizadas são exatamente as que possuem fontes comuns entre os entrevistados, através das redes que estes compõem em suas vivências. E, sendo a memória um fenômeno coletivo e social, segundo Pollak (1992, p.02), a fonte derivativa da história oral, está sempre sujeita a “flutuações, transformações, mudanças constantes”, servindo o cruzamento de informações, conjuntamente com as fontes escritas, como balizador de informações despendidas pelos entrevistados.

Busca-se, assim, a “chave da porta mágica”¹¹⁵ a fim de entender não só a maneira pela qual os entrevistados perceberam os desdobramentos que surgiram com as alterações legais atinentes ao movimento sindical do setor público, em especial o direito à sindicalização, como também as alterações no sentimento de pertencimento a determinada classe profissional. A interação entre as práticas pedagógicas e a sua atuação na comunidade - assim como a participação nos movimentos geridos pelo órgão de classe - formam o entendimento do professor perante os fatos que ocorrem ao seu redor, definindo aproximações e distanciamentos, participação ou antipatia quanto às definições da instituição classista.

Uma vez que esta pesquisa objetiva captar a percepção do professor municipal sobre a entidade de representação classista, os critérios escolhidos para a seleção dos entrevistados baseiam-se na obrigatoriedade de este ser professor (a) municipal (a), sócio (a) do sindicato ou associação e tenha atuado como docente no período compreendido entre os anos de 1985 a 2005. O requisito de ser professor municipal não excluiu a opção de este também exercer a profissão em outro espaço docente, público ou privado, porém condiciona parcela de sua atuação direcionada a esse espaço educacional, em sala de aula ou outro setor do ensino municipal. O fato de se requerer que o docente tenha sido sócio do sindicato e/ou associação

¹¹⁵ Termo utilizado por Pesavento (2004, p. 187), para definir o meio de acessar as memórias sensíveis do entrevistado.

deve-se ao fato de que, havendo uma aproximação com a instituição, o entrevistado parte do pressuposto de que a instituição encerra em sua existência alguma finalidade, classista, assistencialista, representativa ou de formação. A atuação docente serve como registro de permanência no espaço educacional, mesmo que em atividade extra-classe, por algum período, a fim de que o entrevistado disponibilize informações sobre a realidade do sistema educacional, assim como da atuação da instituição sindical.

Decidiu-se pela execução de dezesseis (16) entrevistas, com dezesseis (16) sujeitos¹¹⁶, seis (06) das quais em São Leopoldo e dez (10), em Bagé. O número de entrevistados tem relação com a disponibilidade de profissionais dispostos a contribuir com a pesquisa, sendo que alguns não tiveram interesse em participar ou não retornaram ligações ou e-mails encaminhados. O acesso aos entrevistados deu-se por meio de pesquisa prévia de documentos das instituições sindicais (CSPB, FESISMERS, SIMBA e CEPROL-Sindicato), assim como por indicação dos próprios entrevistados, o que possibilita a formação de uma rede de relações entre estes e a instituição sindical. As informações documentais concentraram-se em registros sobre a atuação sindical, diretorias de fundação, de gestões compreendidas pelo período da pesquisa, contidas em jornais institucionais e atas, além de correspondências, material de divulgação de cursos de formação, etc. As indicações dos entrevistados, cruzadas com as informações dos documentos, oportunizaram contatos com outros professores, alguns aposentados e outros ainda em atuação em outras redes de ensino, como a estadual e a particular.

As ações que oportunizam a seleção de informações também são responsáveis pela organização das concepções de mundo dos entrevistados, assim como também influenciam na percepção do entrevistador, permitindo que se organize, por meio das informações disponibilizadas, uma verdadeira “troca de olhares” (PORTELLI, 2010, p. 20), por meio da qual os envolvidos na pesquisa tecem uma rede segundo o material disponibilizado pelo acesso a fatos, ações e informações que lhes sejam próximas. Nas entrelinhas, nos silêncios, no sentimento aflorando na fala é que se define a aproximação do entrevistado perante as questões efetuadas e que desencadeiam o desenrolar de um emaranhado de memórias.

A seleção de informações, oportunizadas pela entrevista, passa a ser uma representação ou interpretação das vivências individuais presentes em sua lembrança e “sujeitas às oscilações de humor, desejos e oscilações” (VEIGA, 2009, p. 20). Tornam-se as

¹¹⁶ O número de entrevistas (16) corresponde ao número de sujeitos entrevistados. Houve a perda de uma entrevista em função de falha do equipamento de gravação, assim como, ocorreu desistência de duas entrevistadas e a perda de contato com uma terceira.

informações disponibilizadas pelo entrevistado rememorações crivadas de experiências, nem sempre contemporâneas, organizadas segundo a inteligibilidade que este encontra para organizá-las e comunicá-las ao entrevistador, estando sujeitas à presentificação e influências das estruturas das quais faça parte na contemporaneidade (POSSAS, 2009, p. 93).

4.1 – SINDICALISMO, PRÁTICA DOCENTE E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Nesta parte do trabalho, será analisada a percepção dos professores sobre os reflexos das atividades sindicais do setor privado na ação sindical pública, no âmbito das alterações políticas de gestão, implementadas nas municipalidades no período em estudo.

As interações entre o sindicalismo do setor privado, o sistema político institucional e as práticas docentes nos espaços educacionais, quando questionadas nas entrevistas, na sua maioria, acabaram sendo tratadas no aspecto instrumental (materiais de consumo para a prática docente), projetos de governo (contratação, ocupação de cargos dirigentes e projetos pedagógicos) e formação docente (geralmente a que se refere a curso superior de graduação em licenciatura plena).

As práticas de governo geralmente estão associadas a uma atuação de gestão, instituindo-se políticas de gestão e não políticas de estado, ampliando as propostas para além do período em que os gestores estariam à frente do Poder Executivo. Ocorre que projetos realizados durante a gestão de um determinado partido ou corrente política passam a ser encerrados e reformulados no momento em que ocorre a substituição por nova gestão possivelmente formada por oponentes partidários da anterior. Esses projeto novamente subsidiados pelos cofres públicos, irão envolver novas formações, outros profissionais, outros objetivos, porém com os mesmos alunos e docentes que ficam a serviço dos interesses dos governos, e não da política educacional discutida pela, e com a, comunidade.

Segundo Kramer & Nunes (2007, p. 447 e 448), os gestores públicos

Consideram como natural o fato de que a cada nova administração tudo comece do zero, ignorando as ações e conquistas da gestão anterior. Como tudo começa de novo, a cada gestão, como não há a idéia de uma história que se constrói por sujeitos coletivos, que dialogam com aqueles que o antecederam, o individual se sobrepõe ao coletivo. Os erros e acertos aparecem como sendo das pessoas, as ações são vistas como individuais porque existe uma consciência de que quando aquela pessoa não estiver mais na função o trabalho será totalmente outro, não com as marcas de um projeto coletivo, mas dos sujeitos que estiverem ocupando o cargo, desempenhando determinada função. Esse aspecto foi tão forte e recorrente nos depoimentos, que nos leva a considerar a visão de que “a história começa quando eu entro nela” (sendo “eu” a profissional que conta a história)

como a marca que caracteriza a gestão municipal.

A instituição dessa “marca” administrativa, personalizada, também objetiva a manutenção de determinado projeto à frente da administração pública. Essa reestruturação desconsidera os interesses da comunidade, dos alunos - e, também, dos professores - entendendo que a sua proposta é a mais adequada aos interesses de todos, sem ao menos consultá-los. A aprovação nas urnas dota o gestor de “carta branca” diante das ações a serem implementadas na cidade.

Na cidade de Bagé, a professora Maria¹¹⁷ lembra que, desde 1984, ano de seu ingresso no magistério municipal, “cada governo que entra, às vezes, em vez de melhorar, tem algum retrocesso, porque eles mudam, a escola passa a trabalhar de acordo com o pensamento de quem tá dirigindo, o governo municipal”, e “nós, professores, nós, temos que acatar as ideias dos governantes. Claro que os professores não se acomodam, sempre procuram ir além[...]”¹¹⁸.

As políticas educacionais emanadas pelas transições governamentais desde a década de 1980 seguiam as alterações surgidas com o movimento de reformulação do sistema de ensino e dos parâmetros curriculares nacionais (PCN), criados no período da ditadura militar. A presença do pensamento paulofreireano nas universidades logo foram percebidas nas escolas municipais, por intermédio dos profissionais formados sob a égide da abertura política. Para a professora Cleusa, também de Bagé, essas políticas eram reflexo de “muita moda, em termos pedagógicos”, seguindo o entendimento dos gestores, onde “cada um que entra diz uma coisa, [...] cada governante que entra quer tocar o barco à sua maneira não é, e nisso se perde muito em qualidade, já vi muita coisa boa se perder em função de que trocou a questão política”¹¹⁹.

As alterações nos modelos propostos pelo gestor nem sempre refletiam ações efetivas no espaço educacional, e a realidade material da educação municipalista em São Leopoldo, segundo os entrevistados, não condizia com os modelos pedagógicos escolhidos e propagados pela mantenedora. Escolas sem condições estruturais, com falta de material de consumo e sem profissionais habilitados ao exercício da docência eram alguns dos problemas enfrentados por aqueles que laboravam naqueles espaços públicos. Segundo a professora Fabiane¹²⁰, na escola

¹¹⁷ A professora Maria Marcelina Moreira é natural de Bagé, 50 anos, casada, ingressou no magistério em 1984, tem formação em Magistério (nível médio), graduação em Ciências Sociais e especialização em Gerenciamento e Estudos Ambientais.

¹¹⁸ MOREIRA, Maria Marcelina P.R. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

¹¹⁹ SILVEIRA, Cleusa Pereira. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

¹²⁰ A professora Fabiane Bitello é natural de São Leopoldo, 36 anos, casada, ingressou no magistério municipal em 2000, é graduada em História e cursa especialização em Gestão do cuidado da Escola que protege (UFSC).

em que lecionava, nos dias de chuva, os professores tinham que “arregaçar a calça porque alagava o corredor, um dos corredores centrais da escola, abrir guarda-chuva”¹²¹.

Essa falta de estrutura era vista como algo que também acarretava problemas pedagógicos, já que se tinha o entendimento de que os alunos “já viviam numa situação de pobreza em casa e chegar na escola e a escola não ser pelo menos confortável pra eles, isso nos causava assim muita, muito desconforto. Porque eles estavam ali, sendo atendidos, parecia que do modo que dava.”¹²². O mesmo problema também era percebido em Bagé já que, segundo a professora Maria, “a gente não tinha recursos nas escolas, faltava material de higiene, faltava material escolar, e tudo isso aí, era de, era o professor que tinha que às vezes auxiliar o aluno.”¹²³.

A participação efetiva do professor na ação pedagógica incluía a aquisição de condições materiais para o exercício docente. As políticas educacionais seguiam tão somente a obrigatoriedade de disponibilizar a escola pública para todos, mesmo que aquele espaço fosse organizado de maneira precária e improvisada. A ação do profissional do magistério perante essa situação do espaço educacional, oriundo das políticas públicas implementadas, seguia três correntes distintas: a do cumprimento do dever docente independente da realidade material, sobrepondo-se a docência a qualquer estado precário da escola; a ação sindical/associativa de reivindicação de melhores condições de trabalho; e a mescla das duas correntes anteriores, em que os docentes reivindicavam melhoria, mas executavam ações de improviso a fim de exercer a docência.

Nessa linha de pensamento, havia os que defendiam que, independente da situação salarial, material ou pedagógica da escola, os professores deveriam se “enquadrar” e exercer a docência, já que, segundo a professora Alvanir¹²⁴, “os alunos não têm culpa”¹²⁵. O professor devia incluir em sua atuação docente o auxílio material aos educandos. Esse auxílio incluía a aquisição de material escolar, como lápis, borracha, cadernos, etc, materiais imprescindíveis ao trabalho docente em sala de aula. E, quando essa ação não era organizada diretamente pelo professor, era efetuada pelo grupo docente, por intermédio de atividades de arrecadação de fundos em prol da escola, objetivando a aquisição não só de material escolar para os alunos, mas também de material de consumo destinado aos setores administrativos da escola.

¹²¹ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹²² BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹²³ MOREIRA, op. cit.

¹²⁴ A professora Alvanir Milano da Silva é natural de Bagé, 55 anos, ingressou no magistério em 1990, possui formação em Estudos Sociais e Ciências Sociais, e especialização em Estudos Ambientais.

¹²⁵ DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. de 2011.

A solidariedade entre os docentes objetivava a aquisição de materiais dos mais variados, inclusive, “nós fazíamos 'vaquinha' prá gente poder ter, minimamente, papel higiênico no banheiro, porque não tinha, não vinha a verba prá isso.”¹²⁶

E quando as arrecadações eram insuficientes para cobrir as despesas e, por necessidade maior, os docentes encaminhavam-se ao Poder Público, segundo a professora Fabiane, recebiam como solução a sugestão de “dar jeito com o CPM [Círculo de Pais e Mestres]”, mesmo encontrando-se a escola “dentro de uma comunidade carente que não tinha o que comer.”¹²⁷

A aquisição de material, para os alunos e para a administração da escola, dependia da atuação do corpo docente e discente, sendo comum a organização de festas e atividades para angariar fundos para a instituição. Segundo a professora Cleuza, de Bagé, as atividades tinham como objetivo exclusivo “angariar fundos prá poder manter a escola”, não sabendo se “o recurso, oficialmente, que era dado naquela época, não era realmente suficiente”.

A atuação dos docentes envolvia a comunidade em prol de melhorias para a escola, objetivando resguardar os alunos e desempenhar um ensino voltado à melhoria da educação municipal. Ações envolvendo reformas estruturais, construções, etc, contavam com a participação reivindicatória da comunidade, assim como também contaram com a participação efetiva e voluntária na execução dessas atividades.

Essa realidade também era encontrada no sistema de educação pública estadual, em que contrapondo a realidade da educação municipal de São Leopoldo, a professora Fabiane relatou que, em Novo Hamburgo, “dava aula numa casinha de compensado, no inverno era frio, frio, frio assim que a gente não podia abrir a janela porque encarangava, e no verão era uma sauna, sabe, aquela coisa assim, era ou tu torrava ou tu congelava.”¹²⁸

Porém, a precariedade não se relacionava somente com material de manutenção e consumo das escolas. Também a falta de formação docente figurava como uma prática recorrente no sistema municipal de ensino, em que era comum encontrarem-se “professores da área que não tinham formação, atuar em áreas que não eram a sua formação, vi muito isso nas escolas do município”¹²⁹.

Essa atuação em área alheia à de sua formação não só era demandada pelo gestor público que, com esse instituto, não precisava contratar novos profissionais, como também era

¹²⁶ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹²⁷ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹²⁸ Id.

¹²⁹ SILVEIRA, Cleuza. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

efetivada por alguns professores, que se submetiam a essa prática em detrimento de desconhecimento das determinações legais, por interesse na atuação docente em um único espaço escolar, disponibilizado pela adequação às necessidades da escola, assim como pela obtenção de jornadas suplementares, com aumento nos vencimentos. A qualidade do ensino ministrado, o cumprimento das determinações legais e o interesse da coletividade não configuravam empecilhos a esse tipo de prática.

Como se pode verificar, nas décadas de 1980 e 1990, apesar de se constatar o cumprimento da legislação, junto aos órgãos dedicados à fiscalização do Poder Executivo, no que diz respeito ao financiamento público e de formação docente dedicados à educação municipal, figuram nas entrevistas realidades díspares das encontradas na documentação oficial da máquina pública. Uma das ações efetivadoras desse regular cumprimento dos ditames legais, verificados nos documentos do poder público, encontra-se nos documentos de aferição de presença escolar, os livros de chamada. Nestes, são registrados, além da frequência dos alunos, a disciplina ministrada e o nome do ministrante, mas não constam sua formação e a área da atuação, o que dificulta a verificação de possíveis irregularidades ligadas ao setor.

Diante dessas ações executadas pelo gestor público, a categoria dos professores municipais de São Leopoldo e Bagé inseriram em suas pautas reivindicatórias atitudes em prol de melhorias materiais e qualitativas no ensino público. Os sindicatos, ou associações de classe, então vistos como uma instituição “pé na porta”¹³⁰, posicionavam-se frente às instituições estabelecidas pela ordem legal como um instrumento de tomada de poder, em prol dos interesses da coletividade representada. Como defende Alvarez (2000, p. 29 e 30), são instituições agindo em prol de lutas de poder realizadas em “uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante.”

Segundo Kramer & Nunes (2007, p. 442), a manutenção de um sistema só existe quando “a cultura da gestão a legitima: os professores não participam dos processos de gestão e os políticos intervêm nas Secretarias.”. Assim sendo, o limitador da ação do gestor funda-se exclusivamente na legalidade em que, se este não incorrer em ato considerado de improbidade administrativa, tem a garantia do exercício total de sua gestão, independente de como esta se relacionar com os representados. No sindicalismo do setor público, esse poder, garantido pelo mandato, possibilita ao gestor a escolha de receber ou não as demandas da categoria, ao passo

¹³⁰ O termo “pé na porta” aparece nas entrevistas relacionado às instituições que utilizam, além da conversação, ações que têm relação com a movimentação das massas em eventos que envolvam tomada de espaços públicos utilizando a força. Movimentos irredutíveis quanto à sua ação frente às demandas da categoria profissional.

que os governantes detêm o poder de escolher se querem ou não negociar com a entidade representativa.

Esse poder, limitado pelos órgãos fiscalizadores oficiais e pelo Poder Legislativo¹³¹, possibilita a tomada de atitudes comparáveis às de sistemas extremamente autoritários, em que os detentores do cargo eletivo são plenos de poderes e independentes de qualquer forma de limitação. No mesmo espaço de poder, encontravam-se gestores que eram “super autoritários, autoritarismo direto, não recebia professor, era muito, desde ele virar uma mesa com tudo que tinha por cima dos professores, ele era uma pessoa assim, descompensada mesmo” e outros, segundo a professora Rejane¹³², em que as docentes eram “super bem recebidas”¹³³. Mas, no contraponto das ideias debatidas, existe a realidade imposta pelas regras dispostas nas redes de ensino, dos diversos níveis, onde os sistemas de ensino administram a atuação docente “nos engessando com currículo, com os livros didáticos, com série de coisas burocráticas e que não se transformam na escola.”¹³⁴.

O mundo das ideias e dos projetos e a realidade das escolas parecem dominar campos diferentes, em que o primeiro constitui-se nas documentações escolares como fiel cumprimento da legislação e o segundo, numa realidade desconcertante, e por que não dizer diferenciada, do que oficialmente é apresentado à comunidade escolar nos programas políticos de governo ou no período das campanhas eleitorais, como as mudanças no modo de governar e nas políticas de melhoria da educação.

Outro fator presente nas entrevistas é o que se relaciona à questão político-partidária, em que são observadas posições segundo a aproximação do entrevistado em relação ao gestor público. Esta percepção dos professores diante das propostas dos partidos políticos utilizou de parâmetros como esquerda e direita, definindo que os partidos de esquerda atuam mais em prol da educação e da formação do educador que os partidos de direita, sendo esta percepção fruto de seu engajamento político-partidário ou do senso comum, sem a devida comprovação

¹³¹ Dentro da organização dos poderes públicos existe a premissa de que estes são independentes e harmônicos. Porém, em alguns casos, pela aproximação disponibilizada nas coligações políticas em prol da conquista dos cargos públicos, o Poder Legislativo torna-se subserviente ao Poder Executivo que, com o objetivo de conquistar maioria nesse poder, que tem como principal função a fiscalização, dota os vereadores de cargos no Executivo, como secretarias, diretorias, assessorias e chefias, inclusive na educação, configurando, muitas vezes, nepotismo direto, indireto ou cruzado, práticas ilegais, mas que fazem parte da estrutura político-governamental em nosso país.

¹³² A professora Rejane Luiza Soering é natural de São Leopoldo, 55 anos, casada, ingressou no magistério em 1996, tem formação em tecnóloga em Processamento de Dados (UNISINOS), Magistério (nível médio), graduação em Pedagogia, especialização em Informática Educativa (FEEVALE) e Projetos Sociais e Culturais (UFRGS).

¹³³ SOERING, Rejane Luiza. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 nov. 2010.

¹³⁴ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

deste fato na prática político institucional das municipalidades. Essa aproximação com o partido político ou seu projeto, por militância ou simpatia, é um dos condutores das falas, por meio das quais alguns entrevistados, apesar de reconhecerem algumas atitudes positivas de opositores ideológicos, deixam clara a sua posição contrária às políticas de governo implementadas nessas gestões.

Quando há, nas entrevistas, alguma referência a melhorias nas políticas educacionais dos municípios, estas se situam no âmbito estrutural, ou seja, construção, ampliação ou reforma de escolas, aquisição de equipamentos para a instituição, como computadores, e criação de bibliotecas, estando dissociadas de melhorias no ensino. Estas, no que se refere às práticas educacionais, com modelos estruturados dentro de determinada linha do pensamento pedagógico, configuram, na fala dos entrevistados, apenas como críticas a modelos discursivos e não implementados pela gestão pública.

As políticas de educação, segundo os entrevistados, configuram-se como discurso, o que demonstra que estes estão conscientes dessa diferença entre a prática e a ideia governamental. No entanto, a participação plena na ação educativa, no âmbito da gestão das políticas educacionais no espaço escolar, não se “constitui prática comum no dia-a-dia, muito marcado por uma concepção de que o secretário e o diretor são os únicos 'responsáveis' pela escola.” (KRAMER & NUNES, 2007, p. 443).

Esse posicionamento diante das políticas de governo era entendido como uma ação prévia de o professor ser configurado como “inimigo do rei”¹³⁵. Quando havia posicionamentos contrários, eram levados pela categoria ao poder público, envolvendo também a comunidade local, constituindo as demandas uma mescla de necessidades da educação com as da localidade em que a escola estava inserida, tais como falta de água, pavimentação e saneamento básico¹³⁶.

Essa ação de aproximação com outros segmentos da sociedade é reflexo do momento em que se encontrava o sindicalismo na década de 1980 e 1990, ou seja, permeado pela ação solidária do modelo sindical amplo, contraposto ao do sindicalismo de resultados. Essa agenda social conjunta entre os movimentos sociais presentes no movimento de “Diretas Já” e na organização do estado nacional de direito, com a Assembleia Nacional Constituinte,

¹³⁵ O termo “inimigo do rei” utilizado pela entrevistada denota a situação de apropriação em que se encontram as administrações públicas. Os empossados nos cargos atuam como se o capital investido fosse oriundo de seus próprios fundos, confundindo o público e o privado em suas gestões. No que se relaciona ao instituto do poder gestor, as administrações exercem o poder de império, ou seja, alçando-se a um âmbito superior a qualquer forma de limitação legal, impondo suas vontades aos servidores públicos, utilizando o instrumento do voto democrático como a cedência de um verdadeiro cajado real.

¹³⁶ SILVEIRA, Cleusa Pereira. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

aproximava a atuação do sindicalismo do setor público à do setor privado. E, como as políticas governamentais para a educação também figuravam no debate das legalidades, estas tornaram-se objeto de análise das instituições classistas, que adequaram suas demandas à realidade posta diante da categoria e do momento em que se encontravam.

4.2 - SERIA O PROFESSOR UM SERVIDOR PÚBLICO?

Para o sindicalismo público, o principal problema na configuração profissional encontra-se, justamente, na organização dos quadros de base classista, criando-se uma verdadeira confusão quando se solicita ao professor uma resposta a esse questionamento. Faz-se necessário esclarecer que a relação entre conceituação e legislação é feita pelo fato de que, no Brasil, o regime jurídico segue o sistema baseado em que toda ação pública deve ter suporte legal para ser executada e, sendo o tema central desta pesquisa o servidor público, devemos tratar de enquadrá-lo no seu espaço de definição legal.

O sistema sindical brasileiro, como exposto anteriormente, divide-se como sistema confederativo (sindicatos, federação e confederação) e segue a ordem econômica, pública ou privada, de nossa sociedade. Esse sistema, originário dos debates diante da nova Constituição, em 1988, tinha por objetivo aproximar as categorias e a classe dos trabalhadores, numa tentativa de tornar a todos iguais perante a legislação trabalhista.

Originou-se nesse debate, no setor público, o problema de definir, conceitualmente, quem eram os servidores públicos. Existia a categorização do servidor de acordo com a sua relação contratual, ou seja, se este fosse contratado pelo regime celetista (CLT), era tratado como empregado público e, se contratado pelo regime estatutário (Regime Jurídico), era categorizado como funcionário público, uma distinção que acarretava, além da diferenciação de direitos, uma confusão para entendimento dos próprios trabalhadores, que laboravam para o mesmo patrão e, em alguns casos, na mesma função, sendo categorizados como diferentes. Com a Constituição Federal de 1988, essas categorias tornaram-se iguais para a conceituação de Servidor Público.

No serviço Público a categorização do trabalhador segue três conceitos: cargo, função e categoria profissional. Entende-se como cargo o espaço ocupado na máquina pública, sendo este composto por função a desempenhar, regime de contratação, remuneração e carga horária de trabalho. Por função, entendem-se as atribuições atinentes ao cargo que o servidor ocupa,

cuja descrição analítica e descritiva encontra-se presente no edital de concurso e, se for o caso, no Plano de Carreira. O conceito de categoria profissional estende-se a todos aqueles que pertencem ao quadro de servidores públicos.

O problema encontra-se, dessa maneira, no conceito de categoria profissional. Neste, são incluídos trabalhadores que desempenham sua ação laborativa em diversos cargos e funções, tais como arquitetos, médicos, serventes, pedreiros, professores, enfermeiros, motoristas, porteiros, guardas, vigias, pintores, etc. No próprio Ministério do Trabalho e Emprego, no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), o termo categoria profissional abrange todos os pertencentes ao serviço público, inclusive os professores. Porém, nesse mesmo órgão regulador do sistema sindical, existe a possibilidade de entendimento de professores como categoria profissional e, por consequência, o entendimento de que se podem criar sindicatos dessa categoria no serviço público.

Segundo Pessoa (1995, p.29), o servidor público ainda tem problemas na conceituação enquanto trabalhador, pois se

Por um lado, é um servidor do Estado, a quem é atribuído o desempenho de certas funções, consideradas vitais para uma determinada sociedade. Por outro, apresenta-se como um assalariado como os demais trabalhadores do setor privado.

Para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), assim como para a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CAGE-RS), o conceito de servidor público define

[...] pessoas físicas que prestam serviços diretamente aos órgãos e às entidades vinculadas à administração pública, possuindo vínculo estatutário ou empregatício e percebendo remuneração paga pelos cofres públicos. (CASTILHOS, 2011, p. 282)

Também na conceituação constitucional dos trabalhadores, o termo categoria profissional relaciona-se ao desempenho de atividade econômica, servindo tanto ao setor privado como a uma parcela do setor público que explora atividades econômicas por intermédio de sociedades de economias mistas¹³⁷. Relaciona-se diretamente aos servidores contratados sob regime celetista (CLT).

¹³⁷ No setor público, existem instituições de interesse público mas de direito privado. Esse tipo de instituição possui a atribuição de atendimento à população (instituições de saúde, educação, etc), em cumprimento aos ditames legais impostos à máquina pública, mas, por serem mistas, podem explorar economicamente os serviços disponibilizados.

No caso dos estatutários, contratados pelo Regime Jurídico Municipal, a denominação relaciona-se propriamente ao conceito de categoria funcional, e não econômica, já que desempenha função alheia à atividade econômica, mas em função pública, qualificada pelo sistema jurídico (PESSOA, 1995, p. 52).

Pode-se verificar que, mesmo não tratando em específico do caso do professor no serviço público, já possuímos distinção de duas correntes no setor, ou seja, a do regime de contratação celetista e a do estatutário, podendo existir, na mesma base, o professor regido por um ou outro sistema. Além de o regime de contratação diferenciar o trato jurídico e funcional¹³⁸, também possibilita ao servidor a aproximação do sistema sindical privado, dividido segundo os ramos econômicos de atividade.

No setor privado, o sistema de contratação é, exclusivamente, celetista, e suas demandas classistas são dirimidas na Justiça do Trabalho. No setor público, havendo os dois regimes de contratação, as questões de classe são discutidas na Justiça do Trabalho (no caso dos celetistas) e na Justiça Comum (no caso dos estatutários). O sistema legal a ser utilizado é o do Direito do Trabalho, aos celetistas, e o do Direito Administrativo, aos estatutários. Havendo essas duas realidades no mesmo espaço de trabalho, existe a possibilidade de o professor “escolher”¹³⁹ entre uma representação funcional ou econômica, tendo as relações sindicais direcionadas à sua definição classista.

No ano de 1995, ou seja sete anos após a promulgação da Constituição Federal, mantinham-se debates sobre a melhor forma de organização do sindicalismo público, sendo entendido que o que se devia buscar era uma organização que proporcionasse um mínimo de coesão, em prol de fortalecer a organização e mobilização, com a construção de sindicatos mais amplos e abrangentes de todas as categorias funcionais ou econômicas encontradas no setor público (PESSOA, 1995, p.56).

No viés jurídico, tem-se o entendimento de que

[...] são considerados servidores públicos: os servidores estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público e que são regidos por um estatuto, definidor de direitos e obrigações; os empregados ou funcionários públicos, ocupantes de emprego público também provido por concurso público,

¹³⁸ A diferenciação encontra-se na relação existente a direitos disponibilizados aos regimes, ou seja, existe o conflito proveniente de direitos disponibilizados aos celetistas e que os estatutários não possuem, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e algumas licenças disponibilizadas aos estatutários, como licença nojo (por morte de parente), interesse (sem remuneração mas sem perder o vínculo trabalhista) ou gala (por casamento), a que o servidor celetista não possui direito.

¹³⁹ Refiro-me a escolha entre aspas pelo fato de esta contraria algumas decisões do Poder Judiciário mas, por emergir da vontade da categoria, esta também possui poder decisório, mesmo que não seja reconhecida pelo Estado de Direito.

contratados sob o regime da CLT. São também chamados de funcionários públicos; e, os servidores temporários, que exercem função pública despida de vinculação a cargo ou emprego público, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, prescindindo de concurso público. (TAVARES BENETTI, 2008, p. 02)

O termo servidor público e sua conceituação sofreu profundas alterações com a Constituição de 1988. Esta acabou com a distinção entre funcionário público, empregado público e servidor público, que existiam em detrimento do regime de contratação.

Esses múltiplos entendimentos acerca do que o conceito servidor público engloba produz, nos trabalhadores que exercem seu labor no espaço público, dúvidas quanto à sua identificação enquanto categoria ou classe social. A partir do estudo de Bauman (2005, p. 19, 26, 18, 83), e fazendo uma leitura direcionada aos professores se pode verificar que, se as “identidades flutuam no ar”, é preciso que se esteja atento às definições originadas pelo confronto de identidades ou pela imposição de leis e normas sociais. Percebe-se que essa identidade se encontra entre o “deve” e o “é”, o que é imposto ou escolhido pelas pessoas, numa sociedade onde a escolha transpõe os limites do destino dos indivíduos. Assim como se pode verificar que nessa interação existente entre o que é imposto pela legislação e as escolhas individuais, há uma constante batalha, figurando esta como “o lar natural da identidade”.

A possibilidade de escolha, oriunda da faculdade da razão que segundo Immanuel Kant “nos permite comparar as opções em oferta e fazer nossas escolhas individuais”, é que irão direcionar a nossa (auto definição) identitária (KANT apud BAUMAN, 2008, p.182).

Contudo, esta auto identificação do docente no que diz respeito à categorização profissional é diversificada, havendo inclusive a ideia da configuração de múltiplas identidades no mesmo espaço funcional. A professora Cleuza, de Bagé, tem o entendimento de que ela é “as duas coisas, eu posso te dizer, sou servidora pública, não é, porque presto serviço através de um ente público, e sou professora pela minha formação.” Porém, numa atitude reflexiva sobre a sua real situação identitária, essa mesma professora defende que se “tem uma lei que faz a divisão aí a responsabilidade não é minha, eu, como identidade, sempre sou as duas coisas.”

A formação profissional, como docente, em nível de magistério ou por conclusão de uma licenciatura plena, configura-se como determinante na definição da identidade profissional dos docentes. Mas, mesmo com a definição de sua profissão formal, mantém-se a dúvida quando se trata de sua atuação em um espaço de serviço público, que o constitui como

servidor público. A sua formação não somente o habilita ao trabalho, mas, torna-se imprescindível o espaço educacional para o exercício docente. A diferença entre licenciado e docente encontra-se justamente no exercício da docência que se dá no espaço escolar, nesse caso, no setor público.

A constituição da identidade é uma ação efetivada pela interação entre o ser licenciado e o estar exercendo a profissão. Essa interação entre conhecimento (formação) e espaço de execução (escola do setor público) serve como instrumento de reflexão diante da organização das identidades no espaço funcional. Para a professora Zaira¹⁴⁰, de São Leopoldo, ser servidora pública tem relação com o fato de ter prestado concurso público para ingressar no magistério e, professora, com o de ter se formado em magistério. Porém, por executar a função no espaço público e ter a formação em magistério, conclui ser “as duas coisas”. E, percebendo que a identidade emana de um entendimento de pertencimento, define que se sente “duas coisas: me sinto professora e me sinto servidora pública.”¹⁴¹.

Para muitos docentes, a função pública exercida como professor caracteriza por si só a garantia de se configurarem como categoria, sendo o exercício no setor público uma consequência da formação profissional, um espaço para se exercer a profissão, como ocorre no setor privado. Assim sendo, a professora Maria, de Bagé, RS, entende que a existência de entidades diversas de representação docente, no setor público, deve-se à questão de categorias “porque apesar de sermos, funcionários municipais, somos professores.”¹⁴².

Essa professora tem a dimensão de que ser professora tem relação com categorias e que, diferentemente de ser funcionária pública, em si, não encerra nenhuma especialidade profissional específica, ficando cativa de alguma outra que pode ser exercida em outros espaços além do setor público. Entende o exercício da função no setor público como consequência de sua formação, uma das possibilidades de atuação como docente. A maneira de inserir a categoria dos professores como servidores públicos estaria contida na sua atribuição funcional¹⁴³, ou seja, a de atender aos interesses da educação pública que, sendo obrigação do setor público, torna-se serviço público (MOREIRA NETO apud RECK, 2009, p. 193). Dessa maneira, estes, ocupando um cargo público¹⁴⁴, tornam-se servidores públicos.

¹⁴⁰ A professora Zaira Carina Cornelli é natural de Novo Hamburgo, 36 anos, casada, ingressou no magistério em 2000, possui graduação em Pedagogia e especialização em Projetos Sociais e Culturais.

¹⁴¹ CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹⁴² MOREIRA, Maria Marcelina P.R. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

¹⁴³ As funções são as atribuições dos cargos, as quais “são próprias e que, indispensavelmente, devem estar previstas na lei que lhes cria.” (FIGUEIREDO, 2006, p. 17)

¹⁴⁴ No entendimento de Figueiredo (2006, p. 16), “cargo público é uma posição jurídica criada e disciplinada por lei, sujeita a regime jurídico de direito público peculiar, caracterizado por mutabilidade por determinação

Porém, no próprio sindicalismo brasileiro, existe uma confusão quanto à definição de funcionário público ou professor. No Fórum Nacional do Trabalho, ocorrido em 2003, os trabalhadores foram representados seguindo a divisão por áreas econômicas¹⁴⁵, método praticado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que toma por base um ideário liberal das profissões. A base representativa considerava os professores públicos como funcionalismo público e os professores privados, como profissionais de educação (ALMEIDA, 2003, p. 05). Mas essa posição pode ser oriunda das diferentes correntes políticas e sindicais presentes no seio das instituições classistas, comportando “diferentes comprometimentos” (BATALHA, 1997, p. 93).

Porém, mesmo sendo profissionais que exercem um serviço de reparo social, os professores, têm como tarefa “cuidar dos desamparados, mas não são, eles próprios, desamparados.”. O ingresso no magistério público destina-se a uma atuação em prol do outro, uma ação benevolente, quase sacerdotal, por parte do educador. Esse tipo de atitude ante a atuação docente desconfigura esta como uma profissão, tornando-a uma ação “maior”. Esta passa a ser apresentada também como uma missão e, sendo assim, distancia-se de profissão, razão pela qual muitos entrevistados preferem utilizar o termo “educador” a “professor”.

A autoafirmação identitária como servidor público relaciona-se, quase que exclusivamente, ao fato de esses profissionais adentrarem no cargo por intermédio de concurso público, acesso comum a todos os que exercem a função pública desde a Constituição Federal de 1988.

A escolha de conceituações variadas forma significações, servindo quase que exclusivamente para a categoria como instrumento de definições de práticas docentes próximas da profissão liberal (professor), do sacerdócio (mestre), do parentesco (tia) e do militante (educador). Porém, mesmo sendo um código interno da categoria, serve como instrumento gerador de confusão e, até mesmo distinção, dentro do mesmo espaço laboral.

À parte da utilização dos termos em prol de uma distinção ou confusão no seio da categoria profissional, o que se mantém é a incerteza quanto à definição da identidade enquanto servidor público ou professor. A definição da identidade como classe ou categoria profissional define-se por uma construção contínua por parte do docente, havendo alguns que

unilateral do Estado e por inúmeras garantias em prol do ocupante.”

¹⁴⁵ O MTE aceita a criação de entidades sindicais segundo o exercício econômico obedecendo ao artigo. 571 da CLT. Para Teixeira (1993, p. 113), esse desmembramento com base no exercício econômico “se dá especialmente porque as categorias excedentes são, em grande número, ecléticas, integradas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Nada impede o desdobramento da categoria segundo o princípio legal da especificidade. Resultará que uma atividade ou profissão similar pode especificar-se, tornando-se, mediante registro, autônoma.”

se definem como “uma servidora pública que exerce a função de professora. (...) Que eu sou uma servidora que realmente a minha atuação é na escola.”¹⁴⁶.

Dentre os entrevistados, não houve incidência de nenhum profissional que se declarasse exclusivamente professor. Os que inicialmente se definiam como tal, logo declararam que também eram servidores públicos, relacionando a sua filiação ao ofício somente no âmbito de sua execução, ou seja, considerando que lecionar é igual a ser professor. No entendimento da professora Gislaine, de Bagé, somente se é professor no momento em que se está atuando na escola, determinando que “até o ano passado, eu dava aula de sociologia e eu me considero professora nesse momento.”¹⁴⁷.

O ato de lecionar tem relação direta com a identidade como professor, já que, no momento em que o profissional não está em exercício de docência, encontra-se sob a identidade de servidor público, porque

[...] tu és um funcionário do estado, tens como fonte pagadora o estado ou o município, então ali eu me considero uma servidora, na minha função, porque, prá mim, todos nós somos servidores públicos. A função é contabilista, outro é professor, a função de cada um, a profissão de cada um é que diferencia. Mas servidores, eu acho que todos nós somos.¹⁴⁸

É importante registrar que essa profissional tem formação na área jurídica (Direito), além da que lhe possibilita o exercício do magistério (Pedagogia), sendo a sua fala dotada de informações oriundas do labor jurídico, no qual executa a mescla entre cargos e funções. Essa relação entre atuação e espaço laborativo são entendidos por Lei, de Bagé, como uma das razões para a determinação do ser professor, servidor público ou ambos. Entende este professor que “se tu é público, tu é servidor também. Agora, claro, se tu fosse professor particular, tu não seria público, só professor não é. Eu sou professor, trabalhei na escola particular muito pouco tempo. Toda a minha vida no serviço público. Então eu sou servidor também, não é.”¹⁴⁹.

A relação entre ser professor ou servidor configura-se como resultado da ação desempenhada pelo docente na sala de aula, seja ela pública ou privada. Se este exerce a profissão em escola particular, compõe-se como professor tão somente e, se exerce a docência no setor público, passa a possuir a identidade de professor, pela função exercida, e de servidor público em razão do vínculo empregatício.

¹⁴⁶ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Gislaine do Amaral. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Gislaine do Amaral. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

¹⁴⁹ LACERDA, Loi Vaz. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

Há certa resistência em configurar-se tão somente servidor público, como outros profissionais que laboram nas prefeituras. Isto se deve, segundo Boito Jr (1996, p. 01), ao fato de que o espaço público é visto “como o espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios.” Essa definição de espaço público fomenta a conceituação de servidor público como um trabalhador que exerce um labor desnecessário e prejudicial à sociedade e que a sua atuação burocrática torna-se responsável pelos problemas emanados no sistema público em geral.

Há o entendimento, segundo a professora Carla Lacerda¹⁵⁰, entre os próprios profissionais do magistério, de que o “servidor seria aquele que vai lá, trabalhou, recebeu, vai prá casa, sabe, tu não te envolve, acredito que tu não te envolva tanto.”¹⁵¹. A prática profissional exercida pelos servidores públicos, segundo alguns entrevistados, seria a de que tem relação com o atendimento no balcão da prefeitura, recebendo documentos, encaminhando solicitações, executando pagamentos e recebimentos em favor da máquina pública ou ainda com a prestação de serviços. Para a professora Clara¹⁵², de Bagé, são os profissionais que ficam “ali só lidando com papéis ou atendendo ao público, que também é importante, mas a importância da profissão é diferente.”¹⁵³.

Essa “diferença” na importância da profissão configura os servidores como profissionais de menor necessidade, segundo alguns entrevistados, e o professor é visto como análogo em importância ao profissional médico, já que, como este, se o professor errar em sua atuação, pode ocasionar uma “sequela pelo resto da vida”¹⁵⁴. Mas o que se configurou como manutenção nas entrevistas foi a incerteza, a manutenção da dúvida ou a escolha de uma duplicidade identitária, tendo sido relatado por muitos tratar-se de “uma questão que nunca passou pela cabeça, de ser servidor ou professor”.

Também, a partir da análise do histórico laborativo dos profissionais entrevistados, verificou-se que ocorre a inversão de identificação, em que o profissional, primeiramente, identifica-se como servidor público e, posteriormente, como professor. Porém, a vinculação à identificação como professor configura-se, além da que se configura, como dito anteriormente, pela execução da atividade docente, pela formação, determinando, no

¹⁵⁰ A Professora Carla Simone Lacerda é natural de Bagé, 40 anos, ingressou no magistério em 1991, tem formação em Pedagogia (graduação e especialização).

¹⁵¹ LACERDA, Carla Simone V. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

¹⁵² A Professora Clara Elaine Caravaco Barreto é natural de Bagé, solteira, 52 anos, tem formação em Magistério, Graduada em Ciências Sociais e Pós-graduada em Psicopedagogia.

¹⁵³ BARRETO, Clara Elaine C. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

¹⁵⁴ Id.

entendimento do Professor Joaquim¹⁵⁵, de Bagé, que se é professor porque “fiz magistério, eu estudei educação, eu atuo na educação.”¹⁵⁶

A definição identitária, como dito anteriormente, não se circunscreve à escolha entre ser servidor público ou professor; engloba outras possibilidades, como trabalhador em educação, ampliando o espaço de atuação e determinando que a atuação docente esteja contida dentro do processo de exploração do trabalho, definindo-se como trabalhador. A professora Angelita, de São Leopoldo, entende que é preciso “compreender que nós somos professores, mas que nós também somos servidores, não é. Então, a gente mantém esse patamar, estamos todos num conjunto, a serviço da população.”¹⁵⁷

Entretanto, essa mesma entrevistada reconhece que existem dificuldades dos professores em reconhecerem-se “como servidores públicos municipais”. É preciso ter presente nessa questão que, com as alterações no mundo do trabalho, além de ampliar o espaço educativo na escola e, consecutivamente, os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, há o entendimento de que os demais servidores são imprescindíveis para o processo e, sendo assim, compõem a categoria como profissionais da educação, definição dada pelo Ministério da Educação a partir da Lei do Piso Nacional do Magistério¹⁵⁸ e da Resolução 03/2008, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB-CNE).

Essa confusão no pertencimento a determinada classe ou categoria pode ser percebida na fala de Cleusa, de Bagé, em que esta declara que “pertencia à categoria dos educadores, quando eu ingressei, então eu passei a fazer parte depois.”¹⁵⁹. A categoria que a entrevistada identifica pelo termo “educadores” são os docentes que atuam na educação infantil, tornando-se “professora” somente depois de obter aprovação no concurso para docente do ensino fundamental, nos anos iniciais. Essa diferenciação, segundo a etapa de ensino na qual o docente atua, também é encontrada na relação entre professores dos anos iniciais, tratadas como “tias” numa relação de pretensa afetividade vinculada ao papel de cuidadora, e professores dos anos finais, que também são descaracterizados pelos demais em razão de sua organização do conhecimento “em gavetas” e de sua vinculação afetiva em relação aos alunos.

¹⁵⁵ O professor Joaquim Fagundes Barcellos é natural de Bagé, 47 anos, solteiro, ingressou no magistério em 1982, tem formação em Educação Física.

¹⁵⁶ BARCELLOS, Joaquim Fagundes. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

¹⁵⁷ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

¹⁵⁸ Lei nº 11.738/2008.

¹⁵⁹ SILVEIRA, Cleusa Pereira. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr.2011.

A configuração da atuação docente como alheia à profissão, como professor ou servidor público, direcionando-se a uma espécie de sacerdócio, origina-se, nas falas dos entrevistados, do fato de que os proventos como servidor público/professor são muito baixos, e que “ tu vendendo qualquer outra coisa tu ganha mais dinheiro.”¹⁶⁰. A oferta do conhecimento como mercadoria caracteriza o próprio professor/servidor público como mercadoria, já que inexistente a possibilidade de desvincular-se o trabalhador do produto que será produzido. No momento em que está vendendo sua força de trabalho ao setor público ou privado, constitui-se a ação, por si só, a produção e o produto.

Como enfatiza Adorno (2000, p. 103), embora as profissões como a medicina e a advocacia possibilitem aos profissionais figurarem também como intelectuais, configuram-se como profissões livres, em que é vendida a força de trabalho. Porém, diferentemente do professor, esses profissionais conseguem inserir-se como profissionais livres, aptos a exercitarem seu ofício sem a vinculação a patrões ou instituições públicas, como no caso do exercício do magistério que, por ser uma obrigação estatal constitucional, possibilita o exercício no âmbito da educação pública ou, sendo concessão do poder constituído, pode ser explorado por uma empresa privada. Em ambos os casos, a força de trabalho é explorada - ou pelo público ou pelo privado - sendo o professor um empregado ou patrão, se proprietário da concessão. No caso do médico ou advogado, profissões exemplificadas por Adorno, há a possibilidade de estes constituírem-se, ao mesmo tempo, patrões e empregados.

A divisão do trabalho funcional oportunizou o que previa Marx, na sua obra “Ideologia Alemã” (2011), numa análise das profissões liberais, em que o exercício de uma atividade específica é definidor da identidade, porque “desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência.” Essa relação entre o exercício profissional e a imposição que esta possibilita, no caso do magistério, pode ser entendida como um dos fatores geradores de uma identidade duplicada, como servidor público e professor.

Essa organização do trabalho, em especialidades, formaliza o estado burocrático e possibilita a divisão dos trabalhadores em categorias profissionais, oportunizando uma ruptura, uma verdadeira fração de classe. No espaço público, há ainda uma situação preponderante que seria a da ruptura no âmbito da própria pequena burguesia, composta por diversas categorias profissionais. Essa ruptura, para Adorno (2000, p. 103) relaciona-se à

¹⁶⁰ DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

inveja ocasionada pela “pensão assegurada, invejados por causa de sua segurança, mas desprezados enquanto se assemelham a verdadeiros animais de carga em escritórios e repartições, com horários fixos e vida regrada pelo relógio de ponto.”.

Mas essa inveja direcionada aos servidores públicos provém dos profissionais não pertencentes a esse setor, ou seja, dos pertencentes ao setor privado. Mas, no caso do magistério, funciona como uma verdadeira ação em negativo, pois os professores estão incluídos nesse setor, mas resistem a essa identificação, até mesmo porque as vantagens garantidas na profissão são as mesmas das dos que labutam no setor privado, oportunizando uma situação de estabilidade e isonomia profissional.

Essa situação de estabilidade no emprego acaba compelindo os profissionais à individualização, exclusão em relação aos demais trabalhadores pertencentes ao setor público, sendo esta uma das características dos que compõem a pequena burguesia (EDER, 2002, p. 241). Estes, localizados em um espaço intermediário entre as classes mais baixas e mais altas, têm seu hábito definido, exatamente, pela individualização. Essas indefinições de pertencimento tornaram-se mais presentes nessa estrutura social na qual está presente a instabilidade, mutabilidade e disponibilidade de múltiplas identidades.

A tensão relacionada à sua posição, diante da identidade burguesa de classe alta ou classe baixa é gerada pela tensão existente entre as posições socialmente ocupadas ou desejadas pelo professor. No universo escolar, relacionam-se à ocupação de cargos administrativos ou de comando, como direção de escola ou coordenadorias, posições entendidas como o ápice de sua ocupação laborativa.

Essa identidade flexível, volátil e múltipla, muitas vezes esquivando-se da relação com o setor público, advém das práticas geradoras de várias conceituações, que foram fruto das ações efetuadas pelo poder público antes da regulamentação da contratação, via concurso público, pós Constituição Federal de 1988. Durante a ditadura militar, segundo Boito Jr (2006, p. 289), alguns “setores burgueses e de classe média locupletaram-se com a distribuição de empregos públicos”. Mas, assim como nas décadas de 1970 e 1980, “em todas essas épocas, sempre houve um ou mais partidos políticos que faziam da distribuição de cargos um recurso de poder”, caracterizando-se essa prática como instrumento dos poderes constituídos para organizarem a máquina pública da melhor forma que lhes fosse aprazível.

A aproximação do servidor público ao gestor, nomeado ou indicado diretamente por este, possibilitou a criação do estereótipo de serviçais, numa relação clientelista e dependente inteiramente do poder público. Essa diferenciação, entendida pela população, incluindo os

professores, serve como instrumento de divisão no mundo do trabalho que acaba jogando “uma parte dos trabalhadores contra a outra, desviando, todos, da luta contra os seus verdadeiros inimigos.” (BOITO JR, 2006, p. 289). Esses verdadeiros inimigos, identificados pelo autor como o capital financeiro nacional e internacional, teriam como objetivo a fragmentação da luta dos trabalhadores e a mercantilização de serviços prestados pelo setor público, dentre eles o da educação.

A aproximação dos profissionais do setor público com o setor privado, na ótica da identificação profissional do professor como profissional liberal, traz à tona a discussão quanto às vantagens existentes no setor público, tais como a estabilidade, algo anteriormente visto como necessário e defendido como extensão a todos os setores de trabalho, inclusive privados. Com a política neoliberal implantada no país desde o governo de Fernando Collor de Mello, essa “vantagem”, segundo Boito Jr (2006, p. 292) passou a ser vista como privilégio a ser eliminado¹⁶¹.

Os servidores públicos, de todas as esferas, passariam a ser os culpados pelas várias crises que ocorriam no país, inclusive sendo responsabilizados pela falta de capital a ser destinado a programas sociais, em razão do dispêndio do erário público em folha de pagamento, que destinava grande parte dos recursos a esses profissionais (PERONI, 2008, p. 13).

A falta de identificação que existe no setor público também pode ser entendida como reflexo do que tem ocorrido no setor privado, em que a homogeneidade da classe trabalhadora sempre foi um problema discutido, em razão das maneiras de se executar o trabalho, fosse ele produtivo (produção de bens) ou improdutivo¹⁶² (execução de serviços), tendo sido o serviço público incluído neste último. A falta de homogeneidade, segundo Marcelino (2008, p. 310), resulta na “criação de barreiras para a condução de lutas unificadas e, no limite, para a construção da consciência que faz um trabalhador enxergar no outro um aliado na luta para acabar com qualquer forma de dominação de classe.”

Essa flexibilidade identitária é produto da complexidade social, da estrutura de Estado, da legislação, do mercado de trabalho, etc., sendo a aproximação às entidades representativas uma consequência de necessidades não suportadas pelo capital oriundo dos salários e não a

¹⁶¹ No governo de Luis Inácio Lula da Silva, por meados de 2003, segundo Boito Jr (2006, p. 293), quando da reforma do sistema de previdência, os ministros Palocci, Gushiken, Berzoini e Guido Mantega “se revezam na crítica e na ofensa aos servidores públicos e aos aposentados em geral, apresentados de maneira subliminar à nação como trastes indesejáveis. Esse é um indicador sólido da convicção neoliberal da equipe governamental.”

¹⁶² O termo improdutivo não pode ser confundido com não rendoso. Relaciona-se à não produção de bens, produtos físicos como máquinas, equipamentos, etc... O termo improdutivo tem relação com o campo dos serviços, incluindo o setor público, figurados como educação, saúde, etc.

identificação com a coletividade representada pela instituição sindical. Os interesses imediatos e de ordem econômica são as razões preponderantes para a decisão de associação na entidade representativa.

No caso do magistério, identifica-se a busca por melhorias salariais aliadas a questões relacionadas a políticas educacionais, tais como melhorias no próprio sistema de ensino, demandas que devem ser administradas pelo gestor público, mas que também é de responsabilidade do magistério.

Outro fator que possibilita a falta de consistência à identificação como servidor público ou professor encontra-se, justamente, no sistema de contratação, determinado por vários entrevistados como razão de sua identificação como servidor público. Ocorre que, no período posterior ao da Constituição Federal de 1988, os sistemas de contratação tornaram-se flexíveis e, segundo Santana (2011, p. 02) tem aumentado à incidência de contratos temporários, inclusive no sistema de ensino. Esse instrumento vem sendo utilizado pelas administrações públicas como maneira de suprir as necessidades de contratação quando inexistente banco de concurso ou previsão de realização deste em um período inferior a um semestre.

Como os entrevistados entendem que o acesso ao serviço público por intermédio de concurso é que os formaliza como servidores públicos, os trabalhadores que exercem a docência, por não ingressarem em uma carreira no setor público, são entendidos como professores, como ocorre no setor privado, já que sua permanência será (ou deveria ser¹⁶³) por um tempo pré-determinado. A permanência temporária no setor público não serve para dar ao professor a condição de servidor público, embora, para a legislação, conste como tal. O reconhecimento da categoria profissional ante esses trabalhadores os condiciona a serem vistos como servidores de segunda classe, sendo considerados somente “maiores” do que os que desempenham funções comissionadas.

Temos, dessa maneira, uma verdadeira hierarquização contratual velada entre os professores concursados e estáveis, os que se encontram em estágio probatório, os contratados temporários e os comissionados. Essa divisão convive com outras que permanecem dentro do ambiente escolar pois, basta que se compartilhe um momento de recreio escolar, em uma

¹⁶³ A utilização do termo “ou deveria ser” foi introduzida para registrar que, em muitos casos de contratação temporária, os profissionais permanecem por períodos superiores a dois anos, em determinados municípios, assim como no sistema estadual de ensino. Essa manutenção de contratos temporários fortalece a fragmentação da categoria, pois, quando das manifestações, esses profissionais não participam, receosos do encerramento de seus contratos, constituindo-se profissionais que mantêm o sistema de ensino funcionando quando de paralisações ou greves, enfraquecendo os movimentos reivindicativos.

escola de educação básica, para verificar os grupos formados por professores da educação infantil, professores das séries iniciais, os professores das séries finais, os comissionados e a equipe diretiva, na qual se incluem os profissionais de supervisão e orientação escolar.

Adorno (2000, p. 99), em sua obra “Educação e emancipação”, tratando da educação e dos educadores da Alemanha, dispõe uma realidade próxima da exposta anteriormente e presente na atualidade da educação brasileira, quando compara a visão diante dos diversos setores da educação daquele país, entendendo que

De um lado, o professor universitário como a profissão de maior prestígio; de outro, o silencioso ódio em relação ao magistério de primeiro e segundo graus; uma ambivalência como esta remete a algo mais profundo. Na mesma ordem de questões situa-se a proibição do título de 'professor', negado na Alemanha pelos docentes universitários aos docentes de segundo grau (hoje chamados *Studienräte*, algo como 'conselheiro de estudos).

Porém, independente da área e nível de atuação, há a necessidade de se compreender que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, independente de suas funções laborais, “que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma do assalariamento”(SANTANA & RAMALHO, 2003, p. 214), incluindo os trabalhadores improdutivos, executores de serviços para a sociedade, os servidores públicos.

O corporativismo, praticado no sistema sindical brasileiro, servia ao governo “de perfil populista, que o utilizava para se relacionar tanto com a sociedade, quanto com os sindicatos de trabalhadores ou empresários que procuravam reunir recursos econômicos, políticos e sociais para penetrar o Estado” (GOUVEA, 1994, p. 67).

Essa condição, na qual está inserido o profissional do magistério, convivendo com vários regimes de contrato de trabalho, de regras funcionais, de sistemas de aposentadoria e de espaços de atuação, colaboram para a manutenção de uma identidade múltipla dentro da carreira, facilitando, assim, a organização de uma fração de classe dentro da própria classe.

4.3 - PROFESSOR: VOCAÇÃO, PROFISSÃO OU EMPREGO TEMPORÁRIO?

Nas entrevistas e nas leituras efetuadas para esta pesquisa, existem críticas direcionadas aos profissionais que possuem formação acadêmica, mas não exercem a

profissão, ou que a exercem mas de forma temporária¹⁶⁴ ou como “emprego tampão”¹⁶⁵. Em conversas informais na sala de professores, quando de minha prática docente, percebi que ainda se mantém o discurso de que existem professoras¹⁶⁶ que exercem a profissão docente como um passatempo, já que são “bem casadas”¹⁶⁷ e que utilizam o tempo livre para praticarem “caridade no setor público”¹⁶⁸.

Também percebi que a função docente é múltipla, uma vez que, além das necessidades contínuas de formação, numa reformulação quase que diária das informações e conteúdos, os docentes se deparam com a multiplicidade funcional, ou seja, com o desempenho de várias funções dentro da escola, mesmo que estas extrapolem a sua ação perante os alunos em sala de aula. O concurso público insere, no edital, o cargo, as atribuições funcionais, a carga horária de trabalho e a lotação do docente. Porém, existem ações efetivadas no setor público que são alheias às atribuições dos cargos a que se destinam os concursos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)¹⁶⁹, por exemplo, há a discriminação da formação necessária ao exercício das funções de professor, orientador educacional, supervisor e diretor de escola. Também está presente nessa lei que o ingresso é exclusivo por concurso público. Assim sendo, pode-se entender que o exercício de toda função pública é antecedido por concurso público. Ledo engano.

Na educação pública, existe um problema quanto à dimensão funcional dos cargos, assim como quanto a restrição ao exercício de determinadas funções. O conflito maior encontra-se nos cargos de Diretor e Vice-Diretor de escola. A confusão encontra-se no

¹⁶⁴ Uma das formas de entendimento de emprego temporário é a terceirização de serviços educacionais. Estes são oriundos de assessorias efetuadas por empresas privadas ao poder público; direcionadas ao setor administrativo e de formação, destinam-se à redução da folha de pagamento ou, dependendo do contrato, a um incremento de receitas. Segundo Lüdke & Boing (2004, p. 170), “é bastante comum o recurso à transformação de pessoas físicas em pessoas jurídicas, por meio da criação de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Para aumentar as receitas, em contrapartida, principalmente no ensino superior, cada vez mais cursos de curta duração são oferecidos pelas universidades a um público determinado, para resolver problemas bastante localizados. Ambas as alternativas contribuem para a precarização do trabalho docente. Do ponto de vista patronal, essa operação significa a economia dos encargos sociais, que normalmente implicam uma sobrecarga próxima à casa dos 70% do desembolso feito aos professores.”

¹⁶⁵ Esse termo refere-se à ação de alguns profissionais que exercem a docência numa ação de custeio vital mas na espera de “coisa melhor e que renda mais”.

¹⁶⁶ Quando se efetua essa crítica à ação docente, sempre se faz referência ao docente no termo feminino, caracterizando quase que uma exclusividade negativista, por parte da mulher que desempenha a função docente, relacionada não a uma ação complementar de renda, mas quase que exclusivamente a um hobby.

¹⁶⁷ O termo tem referência ao potencial de capital disponibilizado pelo cônjuge. Também foi referenciado na entrevista efetuada com a professora Angelita, de São Leopoldo, quando esta utilizou o termo para relacioná-lo ao entendimento do gestor público para com o magistério. Considero importante registrar que se mantém a percepção do magistério como uma profissão feminina pois, quando exercido por homens, não há referência de que os salários possam ser diminutos por serem “bem casados”.

¹⁶⁸ Talvez esse termo seja empregado por entenderem que os salários são como esmolas se comparados com a renda de seus maridos.

¹⁶⁹ Lei 9394/1996, artigo 64.

entendimento de que essas funções, por serem de ordem diretiva, são contempladas pela Constituição Federal de 1988 como cargos de livre nomeação do Poder Executivo, ou seja, de que depende exclusivamente da vontade do Prefeito a escolha dos dirigentes escolares. A única premissa a ser seguida seria a de formação mínima e de estabilidade funcional, inseridas somente em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mas que muitas vezes não é respeitada por gestores públicos que nomeiam pessoas alheias à ação educativa para essas funções.

Como o concurso é a única forma de ingresso em cargo ou função pública, desde a promulgação da Constituição de 1988, mantém-se outro engano na prática da eleição de diretores de escola. Todas as leis que tratam desse dispositivo democrático referem-se à indicação e não a eleição. Passa a ser uma democracia indireta que depende da aprovação do gestor para ser concluída. Nos encontros de Entidades Representantes de Especialistas¹⁷⁰ em Educação do Brasil, de ocorrência semestral em Brasília, DF, esse debate figura como central, já que alguns representantes de entidades de classe de São Paulo defendem o concurso público como forma de ingresso no cargo de diretor, e os representantes dos demais Estados presentes têm defendido a eleição.

Também por ser uma profissão ainda não regulamentada e, assim sendo, não reconhecida como necessária por alguns representantes do Poder Público, a função de supervisor educacional passa a ser um espaço de conflitos e disputas, conjuntamente com os cargos de direção e vice-direção. Talvez possa ser entendido que uma das razões da inexistência de uma solidez identitária no setor educacional seja oriunda dessa transitoriedade de cargos.

Também o desvio funcional, em que o servidor exerce função alheia à que lhe foi conferida por concurso público ocasiona diversos problemas ao sistema educacional, à profissão e à educação. Sendo o ensino uma ação contínua do saber, a constante troca de espaços funcionais determina um distanciamento do docente em relação aos alunos, que o identificam ora como professor, ora como diretor, supervisor, orientador, bibliotecário, etc.

¹⁷⁰ A utilização do termo “especialistas” não tem referência à formação acadêmica posterior à graduação, mas, tão somente, ao autoreconhecimento como especiais, diferenciados, ante os demais profissionais da educação, como a ocupar uma casta na educação. Nas diversas vezes em que tive a oportunidade de participar de eventos como esse, questioneei a utilização do termo como não condizente com o intuito do evento, sendo este de entidades representantes de supervisores e orientadores educacionais, onde afirmei que por possuir especialização em História do Rio Grande do Sul poderia entender que era um evento em que estaria incluído enquanto titulado. Também auferi a importância da alteração dos termos já que uma das defesas desse fórum seria a manutenção dos cursos de graduação em Pedagogia, o que o termo especialista contrariava. Porém, mesmo com as argumentações e a adesão de muitos presentes, a nomenclatura se manteve.

Em entrevista, o professor Gilberto¹⁷¹, de São Leopoldo, declarou que exerceu diversas funções na educação pública. Atuou como professor de séries iniciais, séries finais, nas disciplinas de matemática e educação física; no ensino médio, lecionou as disciplinas de psicologia da educação e didática da educação, para o magistério, além de executar funções administrativas de diretor, vice-diretor, coordenador adjunto da Segunda Coordenadoria de Educação de São Leopoldo¹⁷². É importante registrar que esse profissional possui habilitação em Magistério (Ensino Médio-La Salle), é graduado em Pedagogia (Supervisão Escolar-La Salle), e especialista em Gestão Escolar (La Salle), porém, essas habilitações não lhe asseguram, segundo as diretrizes nacionais, o exercício de muitas funções desempenhadas as quais dessa forma, representam uma adaptação, muitas vezes, imposta pelo poder público ao exercício docente ou oriundas da sujeição do profissional às necessidades da entidade escolar, a fim de não deixar os alunos a descoberto de seu direito educacional.

Na cidade de Bagé, a professora Maria, que atua no magistério público municipal desde 1984, atuou como regente de classe e diretora de escola, retornando à prática de regência posteriormente, o que demonstra que a ação administrativa é transitória dentro do espaço educacional público, dependendo tão somente da indicação do poder público.

No entendimento da professora Leocádia¹⁷³, a ocupação de diversos espaços dentro da escola pelo professor, assim como dos demais espaços do sistema de ensino, mesmo sendo estes alheios à sua formação, habilitação ou concurso, serve para oportunizar uma “noção muito boa, dos diferentes espaços e funções”.

Como constam nos registros burocráticos da escola e do sistema de ensino que as aulas estão sendo ministradas, passa o Gestor Público a constar como cumpridor de sua tarefa constitucional de dispor educação aos cidadãos. Porém, de que maneira essas disciplinas estão sendo ministradas, se por profissionais habilitados ou não, é algo omitido à população. Essa prática também é corriqueira quando da ausência de professores, por licença em função de doenças, quando são substituídos por colegas da mesma escola, ministrando suas aulas preparadas previamente para esses casos, os planos de aula¹⁷⁴.

O entendimento quanto ao fato de a prática docente ser oriunda de uma vocação,

¹⁷¹ O professor Gilberto Sidnei dos Santos é natural de Novo Hamburgo, 56 anos, separado, ingressou no magistério em 1978, tem formação em Magistério (Nível médio), graduação em Pedagogia e especialização em Gestão Escolar.

¹⁷² DOS SANTOS, Gilberto Sidnei. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 31 mar. 2011.

¹⁷³ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. 2010.

¹⁷⁴ Estes Planos de aula não são o planejamento desta, mas, na prática, trata-se de aulas preparadas pelo professor titular, as quais são ministradas, “passadas no quadro”, pelo substituto, a fim de contar como aula ministrada, “garantindo o direito do educando”.

profissão ou emprego temporário, figuraram, nas entrevistas, como algo recorrente, relacionado, muitas vezes, à inexistência de aptidão encontrada em alguns docentes na sua prática em sala de aula. Assim como a inaptidão está presente nas entrevistas, também é frequente nos discursos dos gestores que, utilizando professores sem a devida habilitação para o exercício de determinada área de conhecimento, acabam demonstrando que entendem a profissão como algo envolto, segundo Adorno (2000, p.99), em um “clima de falta de seriedade”, em que qualquer pessoa pode exercer esse ofício.

O ensino, como vocação, segundo os entrevistados, relaciona-se a uma prática voltada à ação carismática, amorosa, próxima da prática maternal. A professora Marilei¹⁷⁵, de Bagé, entende que ser professor é uma ação vocacionada “porque tu tem que amar aquilo que tu faz. Porque, só quando tu é apaixonada pelo que tu faz, é que tu faz com coração, tu faz com amor, é que tu consegue que as pessoas entendam aquilo que tu faz e tu consegue ser entendido pelas pessoas.”¹⁷⁶. E defende que, mesmo sendo uma profissão que entende por vocacionada, existem professores que exercem o magistério porque o

[...] fez por profissão. Que fez pra ganhar dinheiro. (...) E eu já falo mais por mim, porque acho que também tem professores que fazem o, 'ah vou fazer professor, magistério, porque eu quero, porque eu vou ganhar dinheiro, porque eu vou não sei o quê. Nem estão gostando de estar em sala de aula.¹⁷⁷

O exercício do magistério como profissão, nesse caso, fica subentendido como algo que não corresponde ao labor docente e, ainda, como característica de pessoas que objetivam algo menor, o salário, sendo o mais importante o exercício docente do que a percepção monetária como resposta ao trabalho desempenhado como professor na rede pública de ensino. Esse entendimento aproxima-se ao da percepção da docência como um verdadeiro sacerdócio em que o que menos importa é a retribuição pecuniária, já que o professor se configura, segundo o professor Joaquim, de Bagé, como “um formador de pessoas, formador de seres humanos”¹⁷⁸.

A realidade material no exercício do magistério, com dificuldades presentes em todo o período envolvido nesta pesquisa, é determinante para se entender que esta “não é uma profissão que tu vai enriquecer. Tu sabes que tu tens 'enes' problemas, muitas vezes prá tu fazer algum trabalho tu gastas do teu bolso, tu não podes ficar na espera, se a escola vai te dar,

¹⁷⁵ A professora Marilei Machado Correa é natural de Bagé, 60 anos, casada, ingressou no Magistério em 1974, tem formação em Magistério (nível médio) e Pedagogia (graduação).

¹⁷⁶ CORREA, Marilei Machado. Entrevista concedida pela Presidente do Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA). Bagé, 04 abr. 2011.

¹⁷⁷ Id.

¹⁷⁸ BARCELLOS, Joaquim Fagundes. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

se verbas vão chegar, se tu acreditas tu vai ter que ir atrás, de um jeito ou de outro.”¹⁷⁹

Essa aproximação a uma função sacerdotal, em que se pratica um verdadeiro autoflagelo, parece ser a tentativa de (re) aproximar o professor de uma autoridade religiosa, por meio da qual se percebe que, segundo Adorno (2000, p.104), “o aspecto mágico da relação com os professores parece se fortalecer em todos os lugares onde o magistério é vinculado à autoridade religiosa, enquanto a imagem negativa cresce com a dissolução dessa autoridade.”.

Quando se trata de vocação, esta tem sido “entendida como renúncia a condições de trabalho e de vida compatíveis, a priori, com sua titulação, o que resta àqueles que não conseguiram encontrar coisa melhor.”¹⁸⁰. O professor constitui-se na ação laborativa por meio da qual o que realmente importa é “trabalhar, trabalhar, trabalhar, independente das condições”, pois o que torna-se prioritário é o ato de “dar aula independente de salário, e aula bem dada porque os alunos não têm culpa, do que eu ganho.”¹⁸¹

Esse entendimento é próximo ao praticado pelo então Secretário Estadual de Educação, Liberato Salzano, quando, em 1956, em comemoração ao dia do professor, publica artigo no Jornal Correio do Povo, na contracapa, defendendo a dedicação extremada das professoras, contrapondo estas a outros que

[...] ao seu redor, deslustram a palavra comprometida: procuram lançar as classes contra as classes, destilam ódio e vingança, são egoístas, vaidosos e maus. Ela, porém, a professora, nobre e digna, não se detém na sua marcha. Olhos fitos no ideal, confiança naquele que tudo vê e que será o Supremo Remunerador, ela conduz a sociedade para a frente e para o alto.¹⁸²

Essa relação exclusiva com o objeto fim da relação professor-aluno, o ensino, consta como algo superior a qualquer outra necessidade, inclusive a que se relaciona ao custeio das próprias funções docentes, em que “o professor tinha de se virar, arrumar uma folhinha daqui, uma folhinha dali.”¹⁸³. Ser profissional significa executar a sua ação laborativa sem esperar retribuição pecuniária, já que o único objetivo é o aluno. O Supremo Remunerador proverá o necessário à subsistência e à execução das práticas docentes.

Essa obrigação do Estado (município, Estado e união) é transposta como obrigação ao

¹⁷⁹ LACERDA, Carla Simone V. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

¹⁸⁰ FERREIRA, 2006, p. 228.

¹⁸¹ DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

¹⁸² MENSAGEM. Secretário Estadual de Educação, Liberato Salzano, Jornal Correio do Povo, Rio Grande do Sul, 14 out. 1956, contracapa.

¹⁸³ MOREIRA, Maria Marcelina P.R. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

professor, no momento em que o direito do aluno se torna um dever do educador, e não do poder público. Em muitos casos, quando há o debate sindical entre o poder público e a instituição representativa, o poder instituído sempre utiliza o aluno como instrumento justificador de suas ações, lembrando ao sindicato que o direito dos alunos deve ser preservado, como as 800 horas aula distribuídas por, no mínimo, 200 dias letivos por ano.

Contrapõe-se, muitas vezes, o contrato de trabalho do professor com o direito do aluno, quando se impõem trabalhos aos sábados, mesmo sem complementação remuneratória com a devida hora-extra, porque é necessário que a escola cumpra a legislação que trata dos direitos dos discentes. E o direito dos docentes? E o contrato de trabalho destes, como fica? E se ocorrer algum acidente nesse dia, indo ou voltando da escola, será configurado acidente de trabalho? Muitas perguntas podem ser feitas, mas, a mais importante se relaciona ao entendimento do professor sobre as suas obrigações como trabalhador, limitados a seu contrato de trabalho ou em prol do aluno, em qualquer circunstância.

Estando alheio, dessa maneira, à defesa de seus direitos como trabalhador, “os discursos e as expectativas recaem sobre o professor como se este fosse o salvador da pátria, mas, na prática, não são dadas a esse ‘profissional’ as condições necessárias de responder adequadamente ao que se espera dele.” (LÜDKE; BOING, 2004, p. 1175). Essa indefinição quanto ao aspecto valorativo da categoria enquanto vocação, profissão ou, até mesmo, sacerdócio, soma-se à indefinição de identidade como servidor público ou professor.

Para Ferreira (2006, p. 228), a partir do momento em que ao Estado laico coube a função de ensinar e escolarizar, assumindo essa premissa antes efetuada pelas entidades religiosas, este herdou também a necessidade de profissionalizar ou, como utiliza o autor, “funcionalizar” a docência. Porém, como a constituição da profissão antecede à estatização, continua o fazer docente impregnado pela ideia de uma ação social dominada pelo sacerdócio, passando a conviver com regulamentações e diretrizes dispostas pelo Poder Público.

Essa autonomia no fazer profissional, antes limitada pela ordem religiosa, passa a ser ampliada perante a educação disponibilizada pelo Estado laico. Porém, como os hábitos são coletivizados nas falas e fazer diário da profissão, muitos signos do período da educação “sacralizada” se mantiveram, assombrando o pensamento republicano e laico de nossa sociedade e determinando posicionamentos ainda pertencentes a outros contextos históricos. A escola passa a ser definida como um espaço arcaico e irreal dentro de uma sociedade que não condiz com suas verdades e modelos, sendo muitas dessas marcas verdadeiros “tentáculos de um poder normalizador e autoritário, que se vale de enunciados de base moralista e

repressiva, buscando garantir práticas não desviantes”. (FISCHER, 2005, p. 66)

Seguindo esta linha de pensamento, em que o docente advém de uma formação voltada a aspectos morais e religiosos de atuação docente, segundo Bastos:

[...] o professor, na idealização projetada, é um sujeito a-histórico, enquadrado em um esquema abstrato que congela e ignora sua história e a do outro, no sentido restrito e amplo, do ponto de vista micro e macro. Tendo como norte as condições imateriais do professor, ou seja, suas virtudes morais idealizadas e potencializadas, relega toda manifestação inteligente, relativa às condições materiais da existência, à mesquinhez e à fraqueza humana. Isto é, condena a contestação e o questionamento dos contrários a uma subcondição moral, inibindo dessa forma a ação política coletiva. (BASTOS, 1997, p. 479)

Essa subcondição, que torna o professor um sujeito a-histórico, no que representa a sua escolha em não intervir perante as realidades para seguir as virtudes determinadas, aproxima-o do magistério como vocação, porém, distancia-o do magistério como profissão.

O entendimento da função docente como profissão contrapõe-se à ação sacerdotal disposta por alguns entrevistados, pois, segundo a professora Cleuza, de Bagé, “sacerdócio é prá quem tem compromisso com Deus, religioso”, e a ação vocacionada não pode ser entendida como originadora da prática docente, já que “não é porque tu tem vocação que tu vai prá sala de aula ser um profissional”, e determina que “quando tu vai fazer um concurso, não é a vocação que te exigem, não é o diploma de sacerdote, te exigem é uma formação profissional, um diploma”. Essa mesma professora defende que a ação vocacionada defendida por alguns gestores públicos no decorrer de sua prática docente tem relação direta com a oferta de baixos salários, em que esta possibilita determinar que “tu vai pela tua vocação daí eu te pago menos e tá bom pra ti”.

Com a regulamentação da profissão docente, com determinações legais e burocráticas para o seu exercício, como conclusão de curso e certificação, o professor torna-se apto a lecionar. Porém, como recorda Miranda (2009, p. 12), o fato de possuir a habilitação não garante o exercício profissional, já que este depende do espaço para a docência.

No entendimento de Alves (2009, p. 28), sendo os professores “destituídos dos meios de produção fora da atividade, possuem apenas a força de trabalho para ser vendida no mercado”, ocasionando “perda de prestígio e status”, pois, fora dos muros da escola, alheio ao espaço educacional formal, “qualquer outro profissional pode exercer a docência, como no caso das aulas particulares. O único critério parece ser o da competência pessoal, de acordo com os diferentes graus de exigência da clientela.” (LÜDKE; BOING, 2004, p. 1174)

Torna-se o ministrante, nesse caso, um professor? O que o diferencia do professor da escola? A regulamentação formativa? A forma de contratação? A metodologia? O conhecimento didático? E se esse “ministrante” for possuidor de formação, é um professor atuando, por exemplo, no espaço informal de seu lar? Aproxima-se do profissional que exerce a função junto ao setor privado. As normatizações e diretrizes educacionais é que diferenciam o ministrante do professor, além do espaço regulamentar e formal destinado à atuação docente.

Essa multiplicidade de entendimentos quanto ao exercício docente enquadra-se como vocação, sacerdócio, profissão ou emprego temporário, advém da dúvida quanto ao seu pertencimento à classe de trabalhadores. Para Freitas (2006, p. 82 e 83), a escolha da profissão docente

[...] representava uma fuga em relação a outras profissões marcadas pela imagem de fadiga (camponês, tecelão...). No entanto, há uma contradição no estatuto dos professores, que ocupam uma posição intermediária na sociedade; não são burgueses, mas também não pertencem ao proletariado; não são intelectuais, mas têm que possuir bons conhecimentos; sentem-se superiores aos aldeões pelo seu saber, mas não podem possuir uma vida burguesa pela sua baixa remuneração.

Esse conflito identitário também tem relação direta com as práticas reivindicativas do magistério, pois, com a funcionalização da profissão, escapando ao escopo religioso, há a aproximação com outros setores profissionais e, também, com suas práticas sindicais. Tomando como referência Alves (2009, p.31), os professores convivem com duas formas de aproximação ante os demais trabalhadores: relação de trabalho e organização de luta.

A constituição de uma luta coletiva, suplantando os interesses individuais e individualizantes, aproxima o professor de uma identidade profissional, alheia ao sacro ou vocacionado papel desempenhado na educação. Essa adequação deu-se quando se presenciou a organização de lutas por melhores condições de salário e trabalho no magistério público, nos moldes do setor privado, tornando-se uma atividade de massa.

4.4 - REPRESENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPALISTA E PERFIL DO DIRIGENTE SINDICAL

Quando se trata de representação e sentimento de pertencimento, um dos principais conceitos fundadores é o de identidade. E, quando se referenda essa conceituação, logo se

utiliza uma definição oriunda de nosso estado burocrático estatal, em que passamos a recorrer aos documentos dotados de informações acerca de nossa filiação, determinando nosso histórico familiar, local de nascimento, espaço geográfico repleto de significações, assim como a idade, com a nossa localização no espaço temporal. Outro enfoque utilizado é referenciado pela pergunta “Quem sou eu?” Ou “Quem é você?”. Mas, nesta dissertação, a identidade relaciona-se ao trabalho desempenhado pelo professor no espaço educacional, do setor público municipalista.

Segundo Bauman (2005, p. 17 e 18),

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

Entretanto, segundo Hall (2003, p. 44), “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera.”. E essa proliferação identitária, ao mesmo tempo que disponibiliza aos professores múltiplas escolhas, tornando-se uma demanda a estabilização da categoria, unindo os diversos níveis educacionais em prol de uma identidade coletiva, ampliando os conceitos de representados pelas instituições sindicais.

A identidade, dessa maneira, passa a ser “algo a ser inventado, e não descoberto” (BAUMAN, 2005, p. 21 e 22), originado pela “crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia.”(BAUMAN, 2005, p. 26). As identidades coletivas podem ser entendidas como

[...] fundada, primeiro, na profissão (o coletivo de trabalho) e que pode prolongar-se em comunidade de moradia (o bairro popular), em comunidade do modo de vida (o bar, [...], o pertencimento sindical e político). [...] Na sociedade industrial, sobretudo para as classes populares, o trabalho funciona como ‘grande integrador’, o que [...] não implica um condicionamento pelo trabalho’. (SANTANA & RAMALHO, 2003, p. 17)

Em sua dissertação de mestrado, Fernanda de Lourdes de Freitas¹⁸⁴, analisa a importância da formação profissional na organização da identidade docente, utilizando autores como Ciampa¹⁸⁵, Nunes¹⁸⁶, Orlandelli¹⁸⁷, Lane & Codo¹⁸⁸, Erickson¹⁸⁹, Machado¹⁹⁰ e Kolyniak¹⁹¹, conclui que a prática docente tem papel importante na construção da identidade individual e coletiva do professor, sendo a sua atuação:

[...] do estar sendo e não do que se deve ser que essa identidade vai consolidando-se. No entanto, não é falado da prática por si só, mas da prática alimentada pela teoria, que é ressignificada na prática, em um constante movimento dialético.” (FREITAS, 2006, p. 114)

Também enfocando a questão da profissão docente e os seus aspectos constitutivos, Menga Lüdke & Luiz Alberto Boing (2004), expõem que, dentre outras razões, a fragilidade da profissão docente encontra-se também na:

[...] entrada e saída da profissão, sem o controle dos seus próprios pares; a falta de um código de ética próprio; a falta de organizações profissionais fortes, inclusive sindicatos, o que, na comparação com o caso francês, deixa os nossos professores em situação ainda mais frágil; e também, sem querer esgotar a lista, a constatação de que a identidade “categorial” dos professores foi sempre bem mais atenuada, isto é, nunca chegou a ser uma “categoria” comparável à de outros grupos ocupacionais. E isso não apenas no Brasil. (LÜDKE & BOING, 2004, p. 1169)

Nesse texto - na qual se discute a questão da precarização do trabalho docente -, estes

¹⁸⁴ FREITAS, Fernanda de Lourdes de. A constituição da identidade docente: discutindo a prática no processo de formação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

¹⁸⁵ CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁸⁶ NUNES, Ângela Maria de Souza; PAULA, Lília Mara Câmara de; FROTA, Maria Luiza de Gusmão Pitta; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Uma reflexão acerca do conceito de identidade. Arquivo Brasileiro de Psicologia. 38 (4) 24-33 Out/Dez, 1986.

¹⁸⁷ ORLANDELLI, Silvia Helena. A representação identitária no professor de História: um estudo com depoimentos orais. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

¹⁸⁸ LANE, Silvia T. M. & CODO, Wanderley (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁸⁹ ERIKSON, Erik H. Identidade – Juventude e Crise. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

¹⁹⁰ MACHADO, Aliciene Fusca. Identidade e metamorfoses de professoras da rede regular de ensino: descobrindo-se com a educação inclusiva. Dissertação de Mestrado em Educação: Psicologia da Educação. PUC – São Paulo, 2001.

¹⁹¹ KOLYNIK, Helena Marieta Tarh. Metamorfose e Utopia: a identidade do professor de Educação Física que busca a emancipação humana. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia. PUC São Paulo, 1996.

autores entendem que o fim da estabilidade das regras de valores da profissão, que tenderam a desmoronar nos últimos 30 anos – analisando o que é exposto na obra Dubar (apud LÜDKE, 2004, p. 1167 e 1168) sobre a França. A relação entre a estatização do ensino e a profissionalização é vista como o responsável pela transformação do ensino como atuação vocacionada para profissional.

Porém, esta regulamentação do ensino, no espaço público, não conseguiu instituir um conjunto de regramentos que possibilitasse a construção de uma identidade profissional desvinculada totalmente da preponderantemente vocacionada, exercida anteriormente (LÜDKE, 2004, p.1173). O espaço de construção da identidade é a escola e, mesmo que o graduando de licenciatura circule pelo espaço escolar, o faz enquanto estudante. A sua constituição profissional far-se-á somente quando de sua atuação, onde “somente a prática dará consistência ao repertório pedagógico que os professores foram assimilando ao longo de sua formação. Assim, não se pode falar de profissionalização docente sem se referir ao estabelecimento de ensino.” (LÜDKE, 2004, p. 1174).

Analisando a situação dos professores portugueses, Amélia Lopes¹⁹², entende que as questões que envolvem a crise da identidade docente não se relacionam exclusivamente aos professores. Identifica que existe uma “relação intrínseca entre a crise de identidade docente e a crise da modernidade”, onde se vive num mundo partilhado “que já não o é” (LOPES, 2000, p. 03). Esta inexistência de permanências normativas, reforça a significação transitória da identidade profissional, onde conflitam as identidades pretendidas e as identidades oferecidas (LOPES, 2000, p. 05). Também referencia, com ênfase na obra de Canário & Correia, que “a formação obrigatória e massiva pôs todos os professores numa posição de défice e contribuiu para uma rápida desvalorização do valor da formação profissional.” (CANARIO & CORREIA apud LOPES, 2000, p. 12).

Em outro estudo,

Professores e professoras são sujeitos divididos entre éticas e demandas distintas, e, muitas vezes, contraditórias: burocráticas, morais, pessoais, profissionais, técnicas, etc. Sair do conforto de buscar enquadrar a identidade profissional docente em alguns tipos ideais ou explicá-la a partir de algum elemento fundacional talvez seja o maior desafio que podemos enfrentar

¹⁹² LOPES, Amélia. Marcos e marcas das políticas de educação na (Re)construção da identidade profissional dos professores portugueses: Rumo a uma política pedagógica. 2000. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:UAa7LfGqjgMJ:scholar.google.com/+Somos+todos+trabalhadores+em+Educa%C3%A7%C3%A3o%3F+Reflex%C3%B5es+sobre+identidades+docentes+desde+a+perspectiva+de+si+ndicalistas*&hl=pt-BR&as_sdt=2000> Acesso em: 26 out. 2010.

relativamente a essas questões. (GARCIA, 2005, p. 55).

Esta localização do sujeito em uma identidade profissional, de forma estática e rígida, desconsidera as suas peculiaridades enquanto atores/autores de sua constituição enquanto indivíduo. Torna-se necessário ter presente as demandas, impressões, histórias de vida e relações sociais individuais para se constituir uma identidade. A identidade coletiva torna-se um conflito e uma negociação ante as permanências e alterações identitárias individuais em prol de uma identificação coletiva. (GARCIA et al., 2005, p. 47).

Nessa mesma linha de pensamento, Erlando da Silva Reses, em sua tese de doutoramento (2008) que analisou a transição da prática educativa do entendimento como vocação para o exercício da profissão docente no Rio de Janeiro, defende que a identidade constitui-se uma construção e não pode ser definida como algo homogêneo, estável e definitivo.

Segundo Pimenta (apud DAL ROSSO & LUCIO, 2004, p. 14 e 15), a identidade é pensada como uma situação constantemente transitória e organizada sempre em relação ao outro no desempenho da atividade docente. E, sendo que as permanências na composição das identidades são produto das ações individuais, assim também é a constituição das entidades representativas, oriundas da percepção dos personagens envolvidos na sua organização, onde “nem todos os trabalhadores, dadas as suas características próprias, desenvolveram organizações sindicais com a mesma intensidade, de modo a conformar-lhes uma clara “identidade profissional” com base em sua tradição de defesa organizada de interesses, mesmo quando esta seja relativamente antiga.” (DAL ROSSO & LUCIO, 2004, p. 18).

E, seguindo o mesmo raciocínio de que a prática docente é a principal fomentadora da construção da identidade profissional, Loguercio & Del Pino (2003, p. 20), entendem que a sala dos professores e os conselhos de classe “são os espaços em que se evidenciam mais fortemente as produções de identidades”, e ainda que se “poderia se dizer que estes são os locais explicitamente pensados para produções compartilhadas, pois são onde se fazem as narrativas sobre os/as alunos/as e sobre as práticas profissionais.”. Estes autores defendem, ainda, que a tentativa de se reestruturar a concepção de uma identidade profissional esbarra na resistência oportunizada pelas normativas e estruturas presentes no espaço escolar, que “permanece inalterada e ‘padronizada’ há séculos, com enunciados que se repetem e se reatualizam.” (LOGUERCIO & DEL PINO, 2003, p. 21).

A configuração da identidade é proposta pelas políticas públicas que, ao definirem os

objetivos da educação pública, também definem o modelo de professor a ser seguido pelos docentes.

Segundo Lawn,

[...] a identidade “oficial” do professorado é um efeito das necessidades do Estado de organizar o sistema educativo, constituindo-se, igualmente, numa forma eficaz de controle sobre os docentes. Explica que os docentes são praticamente invisíveis no plano educativo oficial, pois nesse a ênfase está posta sobre o processo de ensino-aprendizagem, sendo os docentes considerados meras partes de uma engrenagem. (apud FERREIRA, 2007, p. 390 e 391).

Assim sendo, a disponibilização de uma identidade oficial, ofertada pelo Estado constituído, configura-se como estratégia de controle e poder, onde as normativas e regimentos que limitam a organização da representatividade sindical também, analogamente, dispõem de uma identidade que deverá ser adotada pelo docente. A própria alteração do status docente, passando de “sacerdotes e sacerdotisas” a funcionários do estado, é entendido por Ferreira (2007, p. 392) como uma das razões da alteração da identidade do professor. E a assimilação desta nova situação faz com que as instituições representativas, antes direcionadas a uma atuação vocacionada, busquem aproximar-se das que se dedicavam a atuação profissional, que eram praticadas nos outros setores laborais. (VALLE, 2002, p. 219).

No entendimento de Valle (2002, p. 210), a busca pela organização de um corpo docente unificado deve:

[...] engendrar uma unidade de espírito em termos ideológicos, capaz de orientar uma prática docente suficientemente homogênea. Esta unidade também vislumbrada pelas esferas representativas do pessoal da educação (associações e sindicatos) permite-lhes realizar seus objetivos profissionais e educacionais. Elas reivindicam uma carreira docente, querem edificar uma nova identidade – uma identidade de ator, de agente ou de sujeito –, visam um profissional engajado na transformação social, desejam democratizar a educação e melhorar a qualidade do ensino.

Esse autor ainda destaca que a busca pela homogeneização profissional passa pela formação universitária, compreendendo este “fenômeno da universitarização” - vinculado a legislação exigindo diploma universitário-, como uma contribuição para homogeneizar, por intermédio da formação, também a identidade profissional. (VALLE, 2002, p. 223). Essa normatização confere pontos estáveis, que servem como instrumentos de delimitação do fazer docente, contribuindo assim para encerrar significações comuns a todos os que exercem a

profissão.

Essa relação entre a formação universitária e a composição da identidade do professor, também é percebida por Christiane Gohier (2001, p. 04), definindo que

La question de la professionnalisation de l'enseignement renvoie par ailleurs à celle de l'identité professionnelle et de sa construction, pour l'enseignant, au moment de sa formation initiale aussi bien que dans l'exercice de sa profession. Or, s'il est fait mention de compétences attendues et de pratiques réflexives, dans les débats théoriques et politiques, il est peu question de définition de l'identité professionnelle, au-delà des exercices de qualification de « l'acte professionnel » et encore moins du processus constitutif de cette identité¹⁹³.

Para essa professora francesa, a formação da identidade segue uma relação de rupturas, construções, compromissos e pressões sociais, além de sentimentos de congruência, de auto estima e competências. Essa interação existente entre as várias possibilidades disponibilizadas pela sociedade é que terão como produto o sentimento de singularidade e de autonomia, sendo originários de rupturas e permanências (GOHIER, 2001, p. 06).

Passa a ser, como dito anteriormente, uma identidade negociada “en fonction des contraintes de l'environnement professionnel et des intérêts de la personne.”¹⁹⁴ (GOHIER, 2001, p. 07). E, sendo a identidade um processo em constante evolução, torna-se o professor o seu principal ator de transformação (GOHIER, 2001, p. 29). Mas a sua construção é produzida em relação aos demais, sendo que o contexto torna-se responsável pela atualização das identidades, “en conséquence, les relations de travail, la participation aux activités professionnelles et organisationnelles vont permettre l'élaboration d'une identité professionnelle.”¹⁹⁵ (FRAYSE, 2000, p. 653).

A identidade, segundo os autores analisados, define-se como algo em constante transformação e adequação, mutável e instável, possuindo condições de autonomia do indivíduo na sua composição. Nas cidades analisadas nesse estudo, o que se procura verificar se relaciona à identidade profissional de professor no espaço sindical municipal, onde há disponibilização de outras identidades propostas pela configuração laboral enquanto servidor público.

¹⁹³ Tradução: A questão do profissionalismo do professor refere-se também de toda a identidade profissional e sua construção, para o professor, no momento de sua formação inicial, bem como na prática de sua profissão. No entanto, eles identificam as competências esperadas e prática reflexiva, no debate teórico e político, há pouca discussão da definição da identidade profissional, além de exercícios de qualificação "ato profissional" e quanto mais o processo de incorporação desta identidade.

¹⁹⁴ Tradução: “de acordo com as restrições do ambiente de negócios e os interesses da pessoa.”

¹⁹⁵ Tradução: “por conseguinte, as relações de trabalho, participação em atividades profissionais e organizacional permitirá o desenvolvimento da identidade profissional.”

A divisão da categoria, sintomática da estrutura capitalista atual, é vista pela professora Angelita, de São Leopoldo, atual presidente do CEPROL-Sindicato, como uma ação organizada pelo patrão, numa alusão à figura do patrão do setor privado, nesse caso, personificado no Prefeito Municipal. Ela entende que, independente de carga de trabalho e área de atuação, “são todos professores, são todos trabalhadores em educação” e que “pro patrão é muito melhor a gente estar dividido, não é, desconsiderar os nossos movimentos, desconsiderar o nosso conselho político.”. E, aproveitando a oportunidade para contrapor as práticas de governo atual, registra que essas atitudes continuam sendo executadas por “pessoas que passaram por aqui” e “hoje, no lugar em que ocupam, servem a eles e não servem a nós.”¹⁹⁶.

A tentativa de composição como trabalhadores em educação aproxima os professores dos demais trabalhadores que labutam no setor educacional, tais como serventes, porteiros, secretários, bibliotecários, etc. Porém, nas entrevistas, se possibilita o entendimento de que, talvez, a vontade de compor uma categoria mais ampla seja oriunda da vontade, exclusiva, do setor do magistério. A professora Fabiane, de São Leopoldo, entende que “a pessoa que faz o alimento é um trabalhador não docente, mas que ele é fundamental pro processo educativo”, mas também percebe que “a própria trabalhadora da alimentação não se vê como agente da aprendizagem, tanto que elas não querem participar das reuniões pedagógicas.”¹⁹⁷.

A definição de que todos os que fazem parte da escola, compondo o espaço educacional, são trabalhadores em educação é, no entendimento da professora Angelita, de São Leopoldo, uma preocupação do MEC e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Mas também essa professora, como atual presidente do CEPROL-Sindicato, registra que existe uma resistência dos professores em ampliar a representação da entidade aos demais trabalhadores, não professores. Contrapondo a fala de professores que atualmente desempenham função no Poder Executivo municipal, define que existem “problemas nas escolas onde os funcionários não podem participar de uma reunião com os professores”, e relaciona a não aceitação da ampliação da categoria como algo que “a própria sociedade incute na cabeça dos professores.”¹⁹⁸.

Há, dessa forma, o entendimento de que os profissionais não docentes são trabalhadores em educação que exercem ação pedagógica no espaço escolar, porém, também

¹⁹⁶ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

¹⁹⁷ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

¹⁹⁸ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

se percebe que a sua ligação com o magistério fica restrita a essas ações complementares, sendo-lhes negada pelos professores a aproximação representativa no mesmo espaço sindical, que ampliaria a atuação do CEPROL-Sindicato.

Ferreira (2007, p. 393) entende que, para conseguir compor o quadro docente como trabalhadores ou profissionais, torna-se imprescindível “examinar a consolidação dos sindicatos com base numa gênese contextualizada da docência, pois, como sabemos, os docentes se mobilizam originalmente em organizações acadêmicas ou culturais, não em organizações sindicais, típicas do século XX.”.

A procura por organizações voltadas às propostas intelectualizadas distanciaram os professores do proletariado, servindo seus conhecimentos como barreira para a aproximação e definição como trabalhadores em educação. Quando nas entrevistas esse termo surgia como possibilidade de identificação, era razão de uma verdadeira ojeriza por parte dos entrevistados. Também é necessário compreender que o professor não se sente um trabalhador, no máximo aproxima-se desse termo pela sua situação de assalariado (FERREIRA, 2007, p. 393).

Para Oliveira (2006, p. 217), mesmo que as entidades sindicais estejam engajadas na luta pela aproximação do magistério aos demais profissionais envolvidos no trabalho escolar, estes “não tiveram êxito em forjar a identidade de trabalhadores de educação, perseguida nas lutas sindicais classistas dos tempos de ditadura. É nítida a separação entre professores e funcionários dentro das escolas.”. E, ainda, defende que

Tal separação parece ter sido ainda mais reforçada à medida que muitas redes públicas passaram a terceirizar os serviços de vigilância, limpeza e, em alguns casos, até mesmo funções administrativas. A separação entre funcionários e professores fica evidenciada na protagonização de conflitos docentes.

Em São Leopoldo, em algumas entrevistas, figurou a disputa existente entre os professores da educação infantil e as monitoras de escola. Esse conflito é proferido como uma disputa de espaços funcionais pelos profissionais em que há o entendimento de que “a gente ocupou um lugar que era delas, mas nem sabíamos que ia fazer isso, então, houve um embate entre colegas, muito intenso, dentro das escolas, entendeu.”¹⁹⁹.

Essa “ocupação” deu-se pelo fato de que a função desempenhada na educação infantil,

¹⁹⁹ CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

por não corresponder a uma etapa de ensino, era ocupada por monitoras, na sua maioria sem formação docente e que tinham seu trabalho relacionado à Secretaria de Assistência Social ou ao Gabinete da Primeira Dama do município. Quando da inclusão da educação infantil como nível de ensino, a partir da LDB em 1996, iniciou-se um processo de migração desses profissionais para a Secretaria de Educação, tornando-se necessária a composição do quadro seguindo a habilitação exigida para o exercício do magistério.

Porém, sendo a determinação oriunda de legislação e, sendo esta desconhecida por parte das monitoras, estas entendiam que a tomada do espaço havia sido ocasionado pela contratação das professoras, o que gerou um conflito constante no local de trabalho. O direito de ocupação do espaço escolar era oriundo do concurso público destinado àquela função, a de professora de educação infantil, organizado em 1999 e realizado em 2000, porém, mesmo assim, mantiveram-se as animosidades. Após deslocadas de suas funções anteriores para outras que lhes garantissem a estabilidade e o salário, segundo a legislação, as monitoras mantiveram-se unidas e contrárias a essa prática governamental, instaurando um clima que dificultaria a coesão quando da transformação do CEPROL-Sindicato em sindicato de trabalhadores em educação.

Mas, mesmo tendo ingressado, via concurso público, como professoras de educação infantil, substituindo as monitoras, havia, como pauta de reivindicação, a busca pelo “reconhecimento de sermos docentes (...) ter os mesmos direitos de um professor do Ensino Fundamental”²⁰⁰. Esse não-reconhecimento já estava presente antes mesmo de se buscar ampliar a categoria para além dos professores. Inexistia espaço para os professores de séries iniciais serem entendidos como professores, permanecendo o entendimento de que estes exerciam docência em nível que não é reconhecido como de formação, embora as teorias educacionais tratem desse período como de grande importância para a aprendizagem.

A busca pelo reconhecimento como docente reflete a atuação das instituições, ao passo que as representações são frutos da construção social (PINTASSILGO, 2008, p. 82), ideia também compartilhada por Ferreira (2006, p. 227). O associativismo docente serviu, segundo Pintassilgo (2008, p.80), para “o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade simbólica.”

Porém, mesmo sendo interesse das instituições a ampliação da categoria representada,

²⁰⁰ CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

existe a dependência da vontade dos profissionais em serem incluídos nesses espaços, cada vez menos procurados, já que, segundo Bauman (2005, p. 35), “em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, ‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto.”

Nos moldes atuais do sindicalismo brasileiro, a fixação de bases categoriais é premissa indispensável, tratando-se da principal reguladora das composições classistas no Ministério do Trabalho e Emprego. Passaram os sindicatos a figurar como instituições alheias à realidade da sociedade atual, em que poderiam ser entendidas como as “comunidades guarda-roupa” citadas por Bauman (2005, p. 37), espaços destinados a “pendurar seus problemas individuais”.

Após as alterações no mundo do trabalho, com a implementação de políticas neoliberais, incluindo a flexibilização de direitos, terceirizações no setor público e desemprego na década de 1980, os mitos históricos que povoaram as mentes dos dirigentes sindicais acabaram enfraquecendo. Para Petersen (1997, p.68), os sindicatos “estão cada vez mais preocupados com as bases tanto quanto com os líderes, com os não sindicalizados tanto como os sindicalizados, [...] em resumo, mais com a classe do que com o movimento ou com o partido. Isto é bom.”. As representações estão se voltando aos interesses corporativos e às verdadeiras condições de existência, às realidades postas pelo mercado de trabalho e pelas necessidades do trabalhador. Direciona-se a prática ao sindicalismo de resultados, em que o sindicalismo com viés político-partidário ou simplesmente fundado em ações exclusivamente institucionais estaria fadado ao desaparecimento.

Nessa mesma linha de pensamento, o sindicato de São Leopoldo foi fundado sobre a necessidade de se instituir, burocraticamente, por demandas exclusivas dos professores, como instituição direcionada aos interesses corporativos de classe. A transformação da entidade, que atuava como centro de professores, em sindicato deu-se pelo fato de que essa

[...] reivindicava algumas coisas em termo de valorização profissional, e que não conseguia avançar porque não era sindicato, porque daí se entendia que tinha o outro sindicato e que não era representado por esse sindicato, então foi lá e formou um sindicato.²⁰¹

A existência dessa instituição com o objetivo de representar exclusivamente os professores executa uma ação próxima da que ocorreu em Bagé, onde também coexistem um

²⁰¹ CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

sindicato de servidores públicos municipais e outro de professores. No entanto, outra informação também é próxima nas duas cidades: o desconhecimento da razão dessa divisão no setor público, por parte da maioria dos entrevistados. Segundo Cleuza, de Bagé, a mobilização dos professores ocorria desde o início da “década de 80, a partir de 85, por aí, se eu não me engano, que começou a se mobilizar pra formação do sindicato, formação do sindicato dos professores.”

Assim como em São Leopoldo, na cidade de Bagé, existia uma entidade associativa de representação dos professores municipais, que foi transformada em sindicato em 04 de agosto de 1989, tendo seu estatuto sido registrado no dia 09 de agosto do mesmo ano e tendo sido a comissão pró-sindicato empossada no dia 17 de novembro de 1989. Conviviam as duas associações, a de servidores públicos e a de professores, sendo esta última destinada exclusivamente a essa parcela dos servidores públicos.

As dissidências por categoria funcional ou profissional não se mantiveram nessa divisão entre servidores públicos e professores. Na cidade de São Leopoldo, surgiram mais dois sindicatos com o intuito de representar categorias específicas, o dos servidores da saúde (SINDISAÚDE) e o dos servidores do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (SINDMAE). Na cidade de Bagé, coexistem ainda as mesmas duas instituições sindicais, porém, no ano de dois mil e oito, um grupo de servidores que participou das eleições e as perdeu para o SIMBA, criou uma associação (ASSEMBER), composta, segundo Cleuza, por “uma dissidência de pessoas que eram antes até da própria diretoria do sindicato”.

Essa prática de dissidência segue o entendimento de Guerra (1993, p. 234), onde “en los regimenes representativos modernos, no se puede decir em estricta lógica que los que han votado por un hombre o por un partido que han perdido las elecciones estén representados por sus adversarios vencedores”.

Dessa maneira, por ser o sentimento de representação o guia do sentimento de representatividade, os movimentos originários de instituições diversas no setor público podem ser entendidos como legítimos representantes de parcela da categoria. Entretanto, a pulverização classista em diversas entidades, seguindo a pluralidade sindical, enfraqueceria a luta no setor público, pois conviveria com outros preceitos legais que dispõem a isonomia. A flexibilização do direito isonômico é uma das pautas constantes na reforma sindical, sendo objeto de discussão e discordância entre as várias vertentes do sindicalismo nacional, público e privado.

Quanto ao interesse da categoria em transformar a associação em sindicato, houve o

entendimento de que essa ação não foi originária da “mobilização da categoria, não foi a categoria que quis, foi um grupo de associados, não é, onde as pessoas, duas ou três pessoas tinham liderança que mobilizaram e levaram adiante a ideia de sindicato.” (Cleuza, Bagé)

Passaria a configurar a transformação como a vontade de uma minoria e uma obrigação legal perante a regulamentação da instituição no Ministério do Trabalho e Emprego. Não seria, dessa forma, uma representação oriunda da construção social da categoria. Também é importante salientar que, embora existam sindicatos direcionados à categoria dos professores em Bagé, é no SIMBA que os professores procuram a orientação diante das demandas de classe e de vantagens ofertadas pela instituição, como vale-compras, parceria com o comércio local e assistência médica.

O assistencialismo, presente desde a fundação da instituição, principalmente por haver surgido nesse âmbito de representação, figura como principal serviço prestado pelo sindicato. Apesar de alguns dirigentes defenderem um sindicalismo combativo, direcionado às demandas profissionais, muitos professores ainda defendem que o sindicato “seja atuante, que lute pelos professores, que o nosso sindicato do município tem cartões prás pessoas que precisem, prá comprar no mercado, (...) isso aí eu acho fundamental porque o professor hoje vive em crise econômica”.²⁰²

Existe uma verdadeira confusão diante da definição de luta pela categoria e disponibilização de “cartões”, tratando-se de atividades contradizentes, uma vez que se luta por melhorias para não se precisar de empréstimos ou utilizar o mecanismo das infindas prestações que consomem grande parte dos salários dos servidores.

Segundo Santana & Ramalho (2003, p. 230), em 1996, a Pesquisa Mensal de Emprego obteve como resultado que a maioria dos trabalhadores se filiavam a sindicatos com o objetivo de obter assistência médica (56,6%), jurídica (58,8%), para participação em atividades esportivas ou de lazer (20,7%) e, somente uma pequena parcela (17,1%) para participar politicamente da instituição. Nessa mesma obra, esses autores definem que, na administração pública, “serviços médicos e educacionais são os maiores repositórios dos novos empregos e também dos novos filiados a sindicatos” (SANTANA & RAMALHO, 2003, p. 235 e 236).

A representação no setor público, envolvendo todos os profissionais que exercem função pública, inclui, além dos professores, outros setores que também possuem representação no setor privado. É o caso dos médicos que, na tentativa de se unificar às

²⁰² DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

categorias quando das lutas conjuntas, “se recusam a participar das reivindicações”²⁰³. Esses profissionais, como os professores, segundo Santana & Ramalho (2003, p. 220), sendo um segmento mais qualificado, mais intelectualizado,

[...] estão dotados de maior potencialidade e força em suas ações. Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são objeto direto de intenso processo de manipulação e envolvimento no interior do espaço produtivo e de trabalho. Pode vivenciar, por isso, subjetivamente, maior envolvimento, subordinação e heteronomia e, particularmente, nos seus segmentos mais qualificados, podem tornar-se mais suscetíveis às ações de inspiração neocorporativa.

O neocorporativismo influencia nas razões da fragmentação no setor público, fundamentando a escolha nas especificidades de cada função, necessitando, dessa maneira, de uma instituição que dê conta das demandas da categoria, especialmente constituída com destinação de um fim objetivo, delimitado. Mas, mesmo com as questões específicas da cada categoria, existem demandas conjuntas, delimitadas pela legislação como ações isonômicas, que devem ser disponibilizadas a todos os servidores, independente da função exercida no serviço público.

A aproximação das demandas, ou seja, a necessidade premente de alcançar objetivos comuns numa ação corporativa ampliada, oportunizou a junção institucional onde os sindicatos organizaram assembleias e pautas conjuntas. A razão para a ruptura interna da categoria, para Zaira, de São Leopoldo, teria ocorrido “no período, por interesses diferentes e não conseguiram ter esta capacidade de união das diferenças e, pelo menos, algumas coisas coincidirem prá continuar na luta juntos.”²⁰⁴.

A principal característica determinada pelos entrevistados, para a existência de várias instituições representativas, passa a ser o sucesso na obtenção de demandas localizadas no âmbito da categoria, específicas e, quando, além dessas, aceitam a junção com outra instituição, fazem-no, porém, como uma ação localizada no espaço e no tempo, com início e fim determinado à sua execução. Os “ganhos materiais e simbólicos”, segundo Santana & Ramalho (2003, p. 252), são os principais objetivos para nutrir o sentimento de “se sentir representados por sua instituição”, sendo a filiação à instituição sindical ocasionada pela intenção de se “ter acesso aos benefícios e serviços sociais prestados pelos sindicatos” (SANTANA & RAMALHO, 2003, p. 253).

²⁰³ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

²⁰⁴ CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

Numa ação aproximada ao que é exposto anteriormente, foi relatado, numa entrevista, que uma das razões encontradas para a filiação foi “fazer um empréstimo no Banco do Brasil”²⁰⁵. E, para obter autorização junto ao banco, era necessário que o servidor fosse sócio do sindicato, numa parceria com a instituição bancária objetivando a captação de novos filiados. Mas, mesmo sendo objetivo da servidora a obtenção do empréstimo bancário, não concordou com a prática do sindicato em exigir a filiação, entendendo que “isso aí não poderia existir”, mas, mesmo assim, se sindicalizou. E ainda informou que “fora disso, já ia sair do sindicato, quando me convidaram prá participar da chapa, aí fiquei, mas eu não sou, não tenho essa coisa de sindicato, sabe.”

É importante que se verifique que a aproximação dessa servidora deu-se pela necessidade de capital, não coberto por seu salário, e que, após a satisfação da necessidade, engajou-se na luta classista, mesmo entendendo que não possuía conhecimentos necessários para executar a função, já que não tinha “essa coisa de sindicato”. A identificação com a instituição tornou-se, dessa maneira, oriunda das potencialidades desta em razão das demandas individuais dos servidores.

Talvez, em razão dessa identificação maleável, determinada pelos interesses corporativos e imediatos, exista o entendimento de que seria recusável a definição de uma identidade de classe. A institucionalização de uma entidade classista, contendo em sua sigla ou base a representação dos professores, não significa, necessariamente, que se faça desta uma entidade de classe, reconhecida por seus representados.

Em Bagé, por exemplo, a professora Cleuza, relatou que os professores não participam do Sindicato dos Professores Municipais (SINPROFEM) porque “ele não é chamado a isso, ele não entendia, ele se sentia mais representado pelo SIMBA; nisso, o SIMBA tem de bom, que consegue representar mais o docente do que o próprio SINPROFEM.”

Considerando-se o pertencimento o resultado de uma construção social, segundo Pintassilgo (2008, p. 82), a participação das atividades promovidas pela instituição também serve como definidora de identidades e do sentimento de pertencimento. Porém, como se pode verificar nas entrevistas, as participações em movimentos sociais, nesse caso, no sindicalismo, mostraram-se diminutas quando relacionadas a outros períodos, como no início da década de 1980.

As razões dessa falta de participação variam da omissão ao medo declarado por parte dos professores. Esse sentimento fundamenta-se na prática governamental utilizada que

²⁰⁵ DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

envolve represálias, movimentação de profissionais, retirada de jornadas suplementares, etc. Porém, nas mesmas entrevistas em que se utilizam dessas justificativas para a não participação da categoria dos professores nas atividades sindicais, há a comparação com outros períodos, defendendo que, na década de 1980, o sindicato “fazia mais chamamento, aos associados, aos professores, e a gente tinha mais liberdade de reivindicar os nossos interesses, até porque acho que éramos contrários ao governo municipal, as nossas idéias, então era mais atuante o sindicato na época”²⁰⁶.

Contudo, a memória advinda das atividades sindicais praticadas nesse período longínquo pode, como define Pollak (1989, p.11), “se tornar promessa do futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida.”. Passa a referenciar e servir como medida às atuações sindicais praticadas no presente e, em muitos casos, ocorre a romantização dos fatos ocorridos, já que são lembrados por muitas pessoas e compostos por diversas versões, sendo cada uma responsável pela manutenção do todo, da memória coletiva.

Nessa entrevista, percebe-se que existe, claramente, uma distinção entre o ser sindicato e o sermos sindicato, numa separação entre a instituição e o indivíduo, um distanciamento. Nesses moldes, em que a instituição se torna separada e alheia aos indivíduos, figura o sindicato como um corpo animado por si mesmo, sendo desnecessária a participação dos representados. Tratando-se de instituição formal, sem corporificação enquanto tal recai sobre seus diretores, além da representação ante o poder público, a atuação política de organizar e executar ações a fim de conquistar as demandas da categoria. Entende-se, assim, que a simples sindicalização formal, ao assinar um termo de adesão à instituição, já se garante a composição com ela e a contribuição com a luta. A relação entre associação, pagamento de mensalidade e atuação classista não é prática necessariamente conjunta.

Como em uma prestação de serviços, as mesmas que a instituição sindical disponibiliza aos sindicalizados, existe o objeto (serviço) e o pagamento (mensalidade). Essa relação estabelece um contrato em que o associado tem como única obrigação o desconto em folha de pagamento dos valores devidos à instituição. A participação nas atividades do sindicato, assim como no assistencialismo, ocorre quando alguma atitude do governo, no caso do setor público, ameaçar suas vantagens e vencimentos, tais como atrasos em salários e retirada de direitos. Findo o perigo eminente, finda a participação efetiva dos professores.

Segundo relato da professora Cleuza, de Bagé, os professores sempre foram “meio amortecidos”, além de que “o sindicato não mobiliza, não faz uma assembleia, não busca por

²⁰⁶ MOREIRA, Maria Marcelina P.R. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

eles”. A participação dos docentes depende da mobilização efetuada pela instituição representativa, em que o professor “precisa ser buscado, ele precisa ser informado, ele precisa ser chamado a ver as coisas.”.

A participação docente estaria condicionada à busca da instituição pelo sindicalizado, e não à sua presença constante como parte da luta. Outro fator relatado pelos entrevistados é que existe uma verdadeira aversão diante dos profissionais que desempenham a função classista, como diretores ou como militantes. Segundo a professora Fabiane, de São Leopoldo, os que participavam dos eventos sindicais eram vistos “como as pessoas que ninguém podia nem ficar perto, então, a opressão vinha do próprio colega que não tava participando do movimento, por não acreditar no movimento, por achar que tava bom do jeito que tava.”. Complementando ainda que “nós acabávamos sendo até, por alguns colegas, ah é 'são, não tem, elas não tem o que fazer' ou 'são..., no fim, a gente, às vezes, até ficava triste, se frustrava, porque a gente não tava lutando prá gente, a luta era prá todos.”²⁰⁷.

A existência de duas ou mais entidades sindicais também figura como uma das razões para a participação diminuta dos professores nos movimentos. Outra razão para o “amortecimento” da categoria seria a isonomia. Esse dispositivo legal que serve para garantir as mesmas vantagens a todos os que trabalham no setor público serve, também, como instrumento de alienação da categoria diante das lutas sindicais, já que, mesmo os que não aderem a estas, perceberão as vantagens conquistadas pelo movimento.

Entendem que, com a atitude de não-participação nos movimentos, são mantidos os espaços ocupados na máquina pública, evitam-se represálias por parte do gestor público e são-lhes garantidas as mesmas vantagens conquistadas pelos colegas que participaram do movimento, ocorrendo como o que foi dito a uma das entrevistadas, “(...) 'ah, olha só, vocês são bem bobas, eu não fiz greve e vou ganhar o mesmo do que vocês!'”²⁰⁸.

Permanecem dúvidas ante as razões de a não participação estar ligada à garantia da estabilidade de emprego e a isonomia, no setor público. Outras razões parecem instrumentalizar os que compõem essa categoria, tais como o encastelamento sindical²⁰⁹, além da aproximação político-partidária de alguns dirigentes, já que, no entendimento de alguns entrevistados, existem “negociatas entre governo e sindicato, (...), eu já vi muitas coisas, que, às vezes, é do mesmo partido, o presidente do sindicato, então eles fazem um acordo, e eu, e o

²⁰⁷ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

²⁰⁸ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

²⁰⁹ Termo utilizado nas entrevistas para identificar as pessoas que ocupam a diretoria das entidades por muitos anos, constituindo-se parte da instituição representativa.

funcionário, o professor, não é beneficiado com isso”²¹⁰.

Esses acordos, que facilitavam a atuação do gestor público e garantiam a permanência do dirigente sindical, nem sempre eram voltados ao que demandava a categoria representada. Também essa aproximação, em relação a entidades partidárias, oportunizava aos dirigentes sindicais a possibilidade de, segundo Alvanir, de Bagé, “se candidatarem a vereador, a deputado”, já que “geralmente, quase todos, estes presidentes de sindicatos se candidatam depois”²¹¹.

Essa aproximação política compunha, conjuntamente com a multiplicidade de entidades sindicais, um instrumento de poder utilizado pelo gestor público que, possuindo ligações ideológicas com os dirigentes, influenciava nas decisões da instituição classista. No caso da pluralidade de representação, os gestores costumavam determinar um aumento diferenciado para o magistério e para os demais funcionários, servindo como método de desagregação das lutas, em que os que conquistavam melhores vantagens se distanciavam, fragmentando a luta que surgia, muitas vezes, conjunta²¹².

Mas a conquista de demandas também servia como instrumento agregador das lutas no setor público pois, quando algum sindicato obtinha vitórias contínuas diante de suas lutas, possibilitava razões para a união do movimento. Também o magistério, por possuir um maior número de servidores na sua base, demonstrava, mesmo fragmentado, uma adesão maior do que a dos demais setores públicos. Esta seria uma das razões, relatadas nas entrevistas, para as atividades conjuntas entre o sindicato de servidores públicos e o sindicato de professores.

A atitude de ampliação da base representada segue o entendimento de Loner (2011, p. 406) onde “a identidade de um grupo é construída a partir da tomada de consciência, por parte de seus membros, de que tem algo em comum, e que seus objetivos partilhados ultrapassam seus interesses individuais.”

O reconhecimento de demandas próximas também faz refletir sobre a necessidade de instituições representativas separadas, por categoria, como tem ocorrido nas cidades pesquisadas, pois, como foi relatado por uma das entrevistadas, “nós observamos o quanto eles viram, que os demais funcionários da prefeitura viram, que nós também sofríamos das

²¹⁰ DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

²¹¹ Id.

²¹² Esse exemplo foi retirado da entrevista efetuada com a professora Fabiane, de São Leopoldo. Porém, em razão da existência do princípio isonômico no setor público, desde a Constituição de 1988, talvez a referência a aumentos salariais diferenciados esteja sendo relacionado à prática, cada vez mais comum, de repadronização da folha de pagamento, alterando os coeficientes salariais de determinados cargos e, segundo entendimentos de legisladores, preservando o princípio isonômico. Serve como instrumento para a concessão de aumentos diferenciados às categorias, sendo causador de disputas no campo político e jurídico.

mesmas coisas que eles sofriam, isto foi muito bom, porque isso uniu as categorias”²¹³.

A incapacidade de contemplar os desejos unificadores de parte das categorias figura como uma das razões, segundo Cruz (2000, p. 187), para a crise do sindicalismo. Esta seria oriunda mais das alterações diante da identificação entre os componentes das categorias representadas do que pela incapacidade de contrapor-se às alterações econômicas do neoliberalismo, às mudanças no mundo do trabalho, à diminuição das atividades grevistas ou ao aumento da dessindicalização.

Para se compreender a relação entre o sentimento de pertencimento a uma determinada classe ou categoria, deve-se considerar que estas são construções contínuas e perenes, possibilitadas pela junção de inúmeras significações coletivas e individuais e que compõem um conjunto de interesses comuns. No entanto, a instituição que representa qualquer categoria ou classe, diferentemente dessa mutabilidade contínua no sentimento de pertencimento, compõe-se sobre uma estrutura oficial, como

[...] entidades burocratizadas que, usufruindo vantagens aparentes da estrutura sindical (a arrecadação de fundos assegurada pelas taxas sindicais obrigatórias por força da lei e representatividade outorgada pela unicidade sindical), seguiram dispensando o enraizamento junto às bases. (BOITO JR, 1996, p. 06)

Esse enraizamento dispensado, a que se refere Boito Jr, seria o distanciamento praticado pelos dirigentes sindicais, que lutam mais pela manutenção de seus cargos do que pela conquista das demandas e manutenção de direitos dos representados. Essas práticas, presentes já no período em que os servidores públicos utilizavam-se das associações como entidades representativas, mantiveram-se e foram adaptadas ao sistema sindical do setor público, figurando como uma das críticas de autores diante do carreirismo sindical.

Como a constituição do sindicalismo público deu-se a partir das ações conjuntas com o sindicalismo privado, estas adquiriram significações também disponibilizadas a esses outros representantes, que foram definidos como “militantes e grevistas” e associados a uma identidade “trabalhadora” (FERREIRA, 2008, p. 19), sendo essas novas significações configuradoras de identidades.

Porém, uma vez que a identidade coletiva é formulada a partir da ação social, construída continuamente e que o magistério define suas relações utilizando os signos que o circundam no seu habitus profissional, a constituição de conceitos, expressões e linguagens,

²¹³ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

segundo Tilton (2003, p. 30), serve como um verdadeiro “fio condutor” para a organização da identidade coletiva dos professores, assim com a delimitação do seu “grupo de pertença profissional”.

Também Ferreira (2007, p. 392) referencia a forma de organização do trabalho do professor como um dos articuladores da identidade docente, assim como de suas transformações e adaptações. Esse autor entende que, assim como os docentes, o Estado também formula as suas imagens do setor educacional, oferecendo aos professores significações oriundas da atividade gestora da educação que, em muito casos, são absorvidas pelos próprios docentes como originárias de suas próprias percepções, numa acomodação de conflitos entre as partes em disputa, compondo imagens superpostas, numa “convivência de várias identidades”.

Para Biemar (2009, p. 50),

[...] l'identité mobilisée par l'enseignant en situation professionnelle renvoie à un réseau constitué de représentations sociales appelées spécifiquement professionnelles. Elles rassemblent à la fois des représentations du métier, véhiculées au sein de la sphère relationnelle et des représentations de soi dans le métier. Cette identité reste appréhendable sous la forme d'images identitaires spécifiques. L'identité professionnelle de l'enseignant renvoie à la définition qu'il donne de lui-même en lien avec le champ de l'enseignement. A cet endroit, les tâches quotidiennes, le mouvement de professionnalisation ou le contexte de l'école participent de manière dynamique et spécifique à la construction d'une identité professionnelle contextualisée.²¹⁴

Essas representações sociais incluem, além dos próprios professores, o sistema de ensino, os demais profissionais que atuam na escola e a instituição sindical que possui a representatividade legal da base em questão. Também figuram como formadores de identidade profissional os professores que atuam no sistema privado de ensino, influenciando as demandas e estratégias de lutas dos sindicatos e da categoria representada. A relação condicionante à organização da identidade profissional também se relaciona às práticas docentes no âmbito escolar, sendo o espaço destinado à construção individual e coletiva enquanto categoria, numa interação com o educando e com os demais colegas pertencentes ao

²¹⁴ Tradução: "A identidade mobilizada pelo professor em uma situação profissional refere-se a uma rede de representações sociais, especificamente chamada de profissional. Eles reúnem as duas representações do espaço, transmitida na esfera relacional e de representações da profissão. Esta identidade é apreendida na forma de imagens identitárias específicas. A identidade profissional do professor retorna à definição de si mesmo em relação ao campo da educação. Aqui, as tarefas diárias, o movimento de profissionalização ou do contexto da escola participante de uma maneira dinâmica e específica para a construção da identidade profissional contextualizada."

mesmo grupo escolar.

A identidade, como verificado nas entrevistas, inicialmente se compõe no espaço de atuação docente, reconhecendo os demais professores como pertencentes à mesma profissão em razão da sua prática no mesmo espaço e com condições laborais, senão iguais, muito próximas. A interação com o espaço de atuação disponibiliza, segundo Brás (2011, p.12), “a construção de uma realidade profissional que acaba por nos construir profissionalmente.”.

Para Gentil (2006, p.77), a subjetividade também tem de ser considerada a fim de se constituir uma identidade profissional. Esta, composta de suas experiências anteriores, história de vida, ou práticas alheias ao magistério, influenciam no momento de suas escolhas enquanto pertencentes ou não a determinado coletivo profissional.

Como dito anteriormente, o fato de concluir a licenciatura não determina que o indivíduo pertença à categoria, sendo reconhecido como professor somente quando no exercício da profissão. Essa experiência prática da docência faz que o sujeito deixe de “ser encarado como uma identidade em essência, e passa a ser visto como um estado de ser, uma forma de permanente atualização, inserido em múltiplas relações que enredam suas práticas.” (FISCHER, 2005, p. 245).

Tratando-se de um profissional em constante formação, possui uma identidade articulada, como diz Oliveira (2006, p.554),

[...] às identidades de gênero, familiares, religiosas, raciais, de classe, que são carregadas de contradições, cujas marcas socio históricas aparecem nos relatos (orais ou escritos) que as pessoas fazem de si. Além disso, a construção da identidade jamais é concebida como um processo isolado. Existe sempre uma relação com o(s) outro(s) – concreto ou virtual, real ou imaginário, específico ou genérico – para quem se apresenta e, por isso mesmo, é mais que tudo um acontecimento social e coletivo.

A relação no mundo do trabalho, nesse caso no setor público, serve como instrumentação para a definição de pertença ou não à instituição sindical, de servidores públicos ou de professores. Barbara Duc, em seu artigo intitulado “Apprentissage, participation à l’activité et identité professionnelle” (DUC, 2007, p 02), defende que a construção da identidade profissional está associada às práticas de aprendizagem da profissão, sendo dessa maneira, a formação enquanto docente, um dos fatores preponderantes na aquisição dessa identidade.

Além da escolha de uma representação ou sentimento de pertencimento a determinada categoria, do fato de estar ligado à solução de problemas, conquista de demandas, aquisição

de serviços, formação ou prática docente, há o entendimento, defendido por Titton (2003, p. 31), de que os indivíduos se agrupam, também, por crença em um determinado sistema de solidariedade, algo de fundamentação afetiva, tal como amizade, companheirismo ou ideologia compartilhada.

Esse entendimento segue a mesma linha de pensamento de Dal Rosso et al (2011, p. 114), onde a “co-operação” é que oportuniza a constituição de uma consciência de classe, a fim de reconhecer os partícipes da categoria e as formas antagônicas de poder. Entretanto, também define que é necessário que ocorra

[...] um movimento necessário de rompimento de uma forma de consciência e identidade nas quais os educadores se entendem como modelos para a sociedade e para outro tipo de consciência em que se sentem livres para pensar, reivindicar, organizar-se e lutar por suas causas e bandeiras. (DAL ROSSO et al, 2011, p.114)

Seria, o que tratamos em capítulos anteriores, o rompimento com o modelo de docência embasado no sacerdócio, vocação ou missão, presentes no sistema público de educação. O rompimento com esse modelo, que constantemente esteve presente nas entrevistas, poderia significar, talvez, o entendimento do professor como um trabalhador que vende a sua força de trabalho, como os demais que compõem o quadro de servidores públicos municipais, deixando de lado a sua “missão revolucionária” de transformação social e voltando-se às realidades de sua profissão.

Porém, como relatado por Angelita, presidente do CEPROL-Sindicato, persiste a resistência de muitos em identificarem-se como trabalhadores em educação, sendo entendida essa escolha como uma proletarização do professor perante os demais profissionais intelectualizados, tais como médicos, advogados, psicólogos, contadores, etc, que também compõem o serviço público mas possuem representações de classe, no setor privado, que os mantêm ligados à sua identidade nos moldes liberais. Essas “construções” identitárias que, segundo Gentil (2006, p. 178), “não nascem com os indivíduos, nem são constituídas por eles isoladamente em suas experiências individuais”, precisam ser constituídas constantemente, por “processos contínuos, históricos e sociais”.

E, por tratar-se de uma constituição contínua, uma formação de identidade moldada na prática, não condiz com uma estrutura rígida de representação classista, imutável e condicionante a uma identidade unificadora e estável. Essa estrutura, que, segundo Boito Jr (1996, p.06), serve somente para manter interesses individuais sobre coletivos, não representa

as necessidades identitárias dos trabalhadores.

Mas, como vimos no discorrer desta dissertação, não é somente a organização estável e rígida do sindicalismo que determina o imobilismo da categoria: este é referenciado pelos entrevistados como oriundo de um desinteresse por questões políticas e de classe, por formarem as suas opiniões segundo o entendimento do que é disponibilizado pelos próprios professores e pelo sistema educacional.

Não se localiza, dessa maneira, somente no burocratismo organizacional, o problema da sindicalização no setor público, mas, principalmente, na dificuldade de se contemplarem as múltiplas identidades que se formam continuamente no setor educacional, delimitadas pela atuação, pelas políticas econômicas nacionais, pela organização oficial do mundo do trabalho²¹⁵ e pelas inúmeras redes nas quais o professor esteja (ou queira ser) inserido. E, se ainda considerarmos que, como entende Volpato (2007, p. 51 e 52), o aspecto temporal é importante na constituição da identidade de um professor, teremos a ampliação dos conceitos definidores da identidade coletiva relacionados, assim, ao tempo de exercício docente e às relações que esse profissional construiu durante a sua prática.

A organização de uma carreira e de uma identidade profissional dá-se “essencialmente, na indissociabilidade entre os diversos significados construídos a partir de injunções sociais interiorizadas e, sendo assim, não se pode tomá-lo como um processo singular que ocorre fora do contexto concreto de vida dos indivíduos” (LASSANCE, 2010, p. 188). Contudo, essa constituição relacionada à sua prática docente serviria para a formação de uma identidade individual, mas não coletiva. Em São Leopoldo, numa das entrevistas, há o relato de que não se verifica “os professores trocando no dia a dia formas de como qualificar sua própria prática, parece que cada um se encastela, fica no seu mundinho, num trabalho solitário”²¹⁶.

Se o trabalho é desempenhado numa atitude individual, em que a troca de experiências fica estabelecida pelos encontros oficiais de formação, quando estes ocorrem, a formação de uma identidade coletiva é conflitiva perante as realidades praticadas pelos docentes. Essa professora entende que esse isolamento do professor origina-se no entendimento de que este “sempre se viu como um 'serzinho' superior, por causa talvez da sua formação intelectual, que o deixava em vantagem talvez a outros operários.”.

O sentimento de pertencimento e a escolha de uma determinada identidade, assim como, conseqüentemente, de uma entidade que a possa representar resulta da interação existente entre a identidade atribuída pelo próprio indivíduo e a identidade que lhe é atribuída

²¹⁵ Entenda-se organização oficial a disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

²¹⁶ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. 2010.

por outrem, seja pelo sistema burocrático estatal, pela estrutura rígida e estável do sindicalismo ou pela prática que este estabelece em sua atuação cotidiana. Essa pertença também resulta do entendimento avaliativo no que se refere aos benefícios existentes na sua adesão a determinada identidade, “seja por questões de reputação do grupo profissional, seja por questões de poder sobre o mercado de trabalho ou de acesso à carteira profissional” (BRAS, 2011, p. 02).

Também, essa proposta de discutir a atuação do sindicalismo público municipal possibilitou que nas entrevistas houvesse espaços para a discussão de um dirigente idealizado pela categoria, aportando seu entendimento sobre as estratégias e comportamentos que esse representante deveria seguir para interagir como intermediário entre os professores e o Poder Público.

Apesar da visão monacal de alguns professores em relação ao sindicato, isolando-o dos demais representantes de classe, mantém-se a necessidade de interagir com o gestor, agente público que administra a prefeitura municipal. Essa vinculação com a classe de professores é que, segundo Semeraro (2006, p. 148) pode “promover um projeto socializador que reconheça os subjugados como sujeitos políticos.”. Dessa forma, uma das maneiras de se verificar o entendimento dos professores sobre o modelo de sindicalismo a ser adotado e seguido pela categoria, é o questionamento do modelo a ser adotado por seus representantes nessa entidade classista.

Também, no momento em que o professor entrevistado idealiza o dirigente sindical, toma como modelo os sindicalistas com que teve contato durante a sua carreira profissional, adequando as ações destes, entendidas como errôneas e falhas aos moldes de seu sistema representativo idealizado.

Entre os professores entrevistados, da cidade de Bagé, existe o entendimento de que um representante sindical deve ser a síntese de seus representados, ou seja, uma mescla de todos os matizes políticos e ideológicos, sendo, ao mesmo tempo, todos e nenhum, mantendo a sua imparcialidade perante essa ótica político institucional. Deve ser ainda, “uma pessoa atuante, que acredite na causa, abraçando, que vá atrás das coisas e que não seja uma pessoa, assim, que queira agradar a todos.”²¹⁷.

A representação sindical, nessa fala, pode ser percebida como um verdadeiro “voto em branco” ao dirigente. No entanto, destina-se a registrar que é importante a manutenção da estrutura decisória concentrada na mão do dirigente, compreendido pela figura do presidente

²¹⁷ LACERDA, Carla Simone V. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

da instituição, pois, no sistema sindical atual, com fundação presidencialista, recaem sobre este todas as decisões finais. O entendimento de que o dirigente não pode ser uma pessoa “que queira agradar a todos” contrapõe-se as atitudes praticadas na instituição quando esta se encontrava nos moldes de associação, buscando mais o estado de bem-estar social, por intermédio de convênios com os estabelecimentos comerciais, do que a luta referente às condições de trabalho, adequando as relações à manutenção do bom relacionamento com o associado e com o Poder Público. Essa ação pode ser percebida quando dos movimentos em prol de pagamento de salários atrasados pelo governo municipal em que, embora alguns associados defendessem atitudes mais radicais, os dirigentes defendiam a manutenção das conversas com o Poder Executivo.

Também a “crença na causa” aproxima o dirigente da figura de “missão” do docente-sacerdote que ainda figura no imaginário dos professores, demonstrando que existe o reflexo da atividade em sala de aula no fazer sindical dos representantes da categoria, tornando-se preciso “pensar a educação como um processo de transformação.”²¹⁸. Mas a aproximação com o sacerdócio docente termina quando se estipula que o representante deve se posicionar, ser firme em suas decisões, não fraquejar, diferentemente da posição omissa ou passiva dos membros do magistério, relatada em algumas entrevistas.

Essa transferência de poderes, circunscrita ao papel do dirigente, idealizando um personagem que, muitas vezes, não figura como igual aos seus representados, serve também como instrumento de transposição de barreiras impostas, no entendimento dos docentes, pelo sistema de ensino. Mas, mesmo com a necessidade de se manter uma postura firme, os entrevistados entendem que também é preciso que se mantenha a imparcialidade e o compromisso com os interesses dos representados. Para a professora Clara, o dirigente sindical deve sempre “procurar melhorar para sua categoria, estar sempre lutando por sua categoria. Ele tem que ser, em primeiro lugar, imparcial”²¹⁹, relacionando a atuação do sindicalista a uma aproximação ao gestor, atitude presente em muitas diretorias do sindicato que, em alguns momentos, se demonstravam próximas dos interesses do administrador e balizavam suas ações por intermédio dos interesses do partido político do qual faziam parte.

Também essa professora, percebendo que essa interferência figurava como reflexo da aproximação via filiação partidária dos dirigentes, tem o entendimento de que “todo mundo

²¹⁸ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

²¹⁹ BARRETO, Clara Elaine C. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

tem e todo mundo pode ter, a sua ideologia, pode até nem ser filiado a partido político. Mas ele não pode é levar a sua ideologia lá prá dentro, ele tem que ser imparcial e lutar pela classe, pela categoria.”.

A interferência de interesses alheios à categoria na instituição, tais como posicionamentos partidários segregadores ou que aproximam os dirigentes do poder público configura-se como um dos problemas descritos pelos entrevistados. Entendem que, sendo uma entidade plural, representante de muitas ideologias, precisa também manter distância de suas opiniões pessoais, numa atitude de anulação individual em prol da coletividade. Dessa maneira, o dirigente deve se tornar instrumento de classe, despersonalizado, descaracterizado de suas composições individuais, até mesmo como profissional docente. A anulação do indivíduo, objetivando suplantar suas impressões pelas da coletividade, também servem, de forma contrária, para ocasionar questionamentos da sua representatividade, em razão de estar o profissional alheio ao espaço educacional, fora da escola.

Porém, nas entrevistas, também são relatadas aproximações com o Poder Público pelos próprios entrevistados, por intermédio de cargos administrativos, de direção e vice-direção de escolas, supervisão e orientação educacional, assim como de coordenadorias e secretarias de educação municipais e estadual. Essas composições passam a ser aceitas somente quando os dirigentes tornam-se novamente “professores”, ou seja, quando retornam aos seus labores de concurso público.

Essa relação com o espaço escolar, um dos construtores da identidade coletiva da classe, foi uma das características comuns encontradas nas entrevistas efetuadas nas cidades de São Leopoldo e Bagé. Uma das professoras entrevistadas em São Leopoldo, relatou que sempre se fez necessária a manutenção da relação entre o representante e os representados, em que, “em primeiro lugar, tu tem que não esquecer de onde que tu vem.”²²⁰. Essa relação tem como objetivo a manutenção da identidade como professor, em detrimento da função executada como dirigente, vista como diferente, alheia ao labor docente e que amplia os afazeres do representante de classe. No momento em que o professor se torna dirigente, deixa de ser professor, seguindo, assim, o entendimento de que o exercício da docência é o ponto determinante da identificação corporativa e de classe.

A distância ocasionada pela “saída da escola” para o sindicato é percebida pelos entrevistados como “um baque muito grande”²²¹, alterando a rotina docente, substituindo o

²²⁰ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

²²¹ Termo utilizado pela entrevistada, professora Angelita, de São Leopoldo.

pensar local (escola) por uma análise global, ampliada, de sistema de ensino e de município, espaços sujeitos a alterações oriundas de modificações nas estruturas estadual e nacional de educação, assim como reflexivas das políticas econômicas e sociais mundiais. Mas a distância entre o micro e o macro, o localizado e o ampliado, deve ser aproximada pela atuação do dirigente que, acessando os dois campos, possibilita aos representados o encaminhamento das demandas da classe ao poder instituído.

Esse distanciamento internalizado pelo sindicalista, entre o ser dirigente e o ser docente, é apresentado nas entrevistas como um espaço que reflete na própria atuação institucional em que os que desempenham o mandato classista encontram-se alheios aos problemas das escolas e dos representados, ocasionando, assim, o descrédito na instituição, já que os associados não percebem os dirigentes como seus iguais, passando a pertencer a uma outra classe de profissionais, não mais docentes.

O sindicato também é referenciado como espaço a ser apropriado pelos representados, como um local onde as pessoas devem se sentir bem, independente dos que se compõem como dirigentes, separando o indivíduo da instituição, o dirigente do sindicato. A aproximação do representado ao sindicato e ao dirigente das escolas, tratada nas entrevistas, demonstra que o discurso de omissão e passividade não é transferido para os dirigentes e que existe a consciência da necessária manifestação em prol de melhorias de condições de trabalho. Os professores representados demonstraram conhecimento acerca das potencialidades existentes nos movimentos executados pelo sindicato, mas transferem a execução destas aos dirigentes da instituição.

Também a aproximação entre os dirigentes e associados é fruto do distanciamento praticado por algumas gestões, como figura na entrevista da professora Angelita, de São Leopoldo, que relatou o tratamento recebido pela direção do sindicato quando adentrou ao serviço público municipal, como “falho e distante”²²² dos servidores.

Mas, para os entrevistados, a atuação classista não se encerra na organização de movimentos e na busca das demandas da categoria: o dirigente também atua como um verdadeiro psicólogo de massas, numa ação que envolve a análise e posicionamentos diante dos problemas encontrados no dia a dia do trabalhador. Essas aflições nem sempre são compreendidas pela temática trabalhista, havendo, inclusive, ações voltadas às relações pessoais travestidas de problemas institucionais. O estado emocional do dirigente, dessa maneira, também constou como algo a ser alterado, considerando-se que este deve “ser calmo,

²²² LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

ele tem que ouvir, ele tem que debater. Na realidade, ele tem que fazer aquele papel, muitas vezes, ele faz o papel do médico, do psicólogo e do, dirigente sindical.”²²³.

Tem-se, por exemplo, casos de conflito no local de trabalho, no momento em que a contratação de um novo professor ocasiona deslocamentos funcionais de profissionais que estavam laborando na disciplina que irá assumir, gerando problemas ao recém-chegado sem mesmo este ter conhecimento das razões dessa aversão, restando ao sindicato a busca pelo apaziguamento, seguindo os ditames legais que, nesse tipo de embates, não são facilmente aceitos pelos professores. O “direito” sempre tende a ser direcionado ao que está trabalhando na escola há mais tempo, independente de sua formação e área de concurso. O sindicato, seguindo as determinações legais, de formação mínima e ingresso por concurso, ocasiona uma verdadeira aversão institucional, em razão do “direito” desejado por parte da categoria e do que realmente descreve a legislação. O que transparece nas entrevistas é uma referência à busca, por parte do sindicato (instituição), de direitos ainda inexistentes ou não regulamentados.

Nesse espaço temático, o do direito, existe a transferência de cidade a cidade pelos professores, numa simples transposição e sem as normatizações devidas na cidade em que o profissional exerce a docência. Se, numa dada cidade, existe tal direito, naquela em que o profissional labora, também deve existir. Se não há referência de alguma lei sobre a temática requerida, cabe, exclusivamente, ao sindicato conquistar a demanda da classe, muitas vezes representando benefício para uma pequena parte da categoria, como alterações de plano de carreira, bonificações, gratificação por formação, etc.

Outro papel a ser desempenhado pelo dirigente sindical, segundo os entrevistados, relaciona-se à conscientização dos direitos destes, devendo o representante agir em prol da coletividade, independente de os representados fazerem-se presentes ou não. Em tempos de informação globalizada, constando os regramentos laborais presentes, em muitas prefeituras, no formato digital, disponível de forma on-line, via internet, muitos profissionais ainda se encontram desconhecedores e alienados de seus direitos. A disponibilidade da informação deve ser gerada pela instituição sindical, e não buscada pelo professor.

A participação sindical, em muitas entrevistas, como dito anteriormente, relaciona-se exclusivamente ao pagamento das mensalidades e à presença em assembleias e cursos de formação, voltados à prática docente. Quando esses cursos oportunizam formações com temática voltada ao sindicalismo - como organização, administração e estratégias de

²²³ CORREA, Marilei Machado. Entrevista concedida pela Presidente do Sindicato de Municipários de Bagé (SIMBA). Bagé, 04 abr. 2011.

movimento classista -, e não se configuram como formação com certificação, a participação torna-se exígua, e muitos dos participantes dedicam-se à formação em prol de acúmulo de horas a fim de mudar de classe funcional e garantir maiores ganhos salariais.

Essa ação contrapõe-se à relatada pela professora Leocádia, de São Leopoldo, que revela que o CEPROL, na década de 1980, realizava atividades dedicadas à categoria com enfoques voltados, também, às políticas públicas de educação, entendendo que “uma das prioridades que chama a atenção, é que na pauta de reivindicação, sempre estava a qualidade da educação municipal. Não estavam só os benefícios, vamos dizer assim, ou as conquistas de melhorias pra categoria em termos salariais, mas uma preocupação muito forte com a melhoria da qualidade da educação, item permanente na pauta de reivindicações.”. E, essa atuação voltada a uma agenda social, presente no sindicalismo da década de 1980, perdeu seu espaço, segundo essa professora, pelo fato de “que mais já no final da década, a gente já começou a melhorar um pouco essas condições.”.

A melhoria nas condições de trabalho, assim como um maior aporte financeiro aos municípios com as determinações emanadas pela Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), também serviram para esvaziar as demandas urgentes das entidades sindicais, principalmente as que tinham relação com a organização do sistema educacional, que passou a ter diplomas específicos para a sua normatização e regulamentação acompanhada por órgãos colegiados das três esferas públicas.

O entendimento de que o dirigente é representante da classe nas demandas coletivas também é referido como um dos pontos a serem verificados pelos que detêm esse cargo. A obrigatoriedade em seguir os pontos aprovados pelas assembleias e outros colegiados consta nos estatutos das entidades de todos os graus representativos (Sindicato, federação e confederação), devendo os dirigentes jamais “transgredir os estatutos e não ir contra a decisão da reunião do Conselho de Representantes.”²²⁴. O ato de ouvir a categoria, a fim de representá-la, deve ser oriundo, assim, das decisões da coletividade, e, para a professora Fabiane, de São Leopoldo, “não é porque ele foi eleito, então, que ele pode tomar as decisões a seu bel prazer, não.”²²⁵. Percebe-se, assim, que a figura do representante carrega consigo o indício de práticas individualistas de representação. A repetição da necessidade de o dirigente ouvir seus representados configura como um ato contínuo perante às praticas sindicais.

No entendimento dos entrevistados, o dirigente também figura como um agregador,

²²⁴ Ata nº 24/94, de 22 de julho de 1994. Livro de Atas da Diretoria Executiva. FESISMERS.

²²⁵ BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

um verdadeiro líder da coletividade, considerando-se que ele tem o papel de conquistar os associados, além de ter de “conhecer toda a história do sindicato, tem que gostar, eu acho que tem de ter amor nisso prá conseguir convencer e levar uma categoria. (...) Eu acho que eles deveriam conquistar, de novo, as pessoas que perderam, como eu digo, os sonhos. Eles deveriam começar a chamar, a procurar, tentar uma aproximação maior.”²²⁶

Essa crença, esse vigor do representante serviria, segundo a entrevistada, para contagiar os demais trabalhadores, fazendo que estes se sintam, além de representados, incentivados à participação nas lutas dispendidas pela instituição sindical. Pode-se entender que, com esse objetivo de contagiar os demais, se busque a retomada da atuação sindical dos anos 1980 e 1990 em que, muitos agiam de acordo com a política sindical da época, que requeria dirigentes militantes que se envolvessem no agito das massas, numa relação direta com os ícones da esquerda internacional, administrando discursos a uma turba de trabalhadores como um verdadeiro maestro, literalmente dirigindo a classe ou categoria representada à busca de melhorias, não só para o trabalho, mas para a sociedade como um todo, numa ação sindical baseada numa agenda social ampla defendida pelos setores da esquerda.

Mas a transferência das responsabilidades a um representante, por alguns visto como um ato de conquista de confiança por parte do dirigente, também pode ser entendido como a transferência de sua cidadania plena como parte do processo social. Alguns professores entendem que, ao estarem representados pelo sindicato, não necessitam manter outras relações com a instituição e com a coletividade. Sobre essa situação, a atual presidente do CEPROL-Sindicato, professora Angelita²²⁷, relatou dúvida quanto a essa transferência de a atuação se tratar de um elogio à atuação, ou crítica ao sindicalismo praticado até o presente. A dúvida advém da desmobilização da categoria quando de assembleias e eventos em prol de melhorias nas condições de trabalho e salário, além das formações oportunizadas pelo sindicato.

Outro papel a ser desempenhado pelos dirigentes seria o de constituir novas lideranças, dedicadas ao desempenho classista segundo os interesses da categoria. Essa seria uma ação executada pelo sindicato enquanto instituição, enquanto direção sindical. Essa forma de reposição de dirigentes segue os mesmos moldes que eram praticados no berço do sindicalismo do setor privado, na década de 1940, quando as instituições sindicais ofereciam as formações direcionadas aos trabalhadores a fim de substituírem os dirigentes por outros

²²⁶ RIBEIRO, Gislaine do Amaral. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

²²⁷ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar 2011.

que seguissem o mesmo sistema praticado pelo sindicalismo.

Há, nesse ponto, uma verdadeira colisão de entendimentos sobre qual sindicalismo deveria ser praticado no setor público: libertário ou populista. Libertário, em relação ao movimento anarquista, que objetiva a desalienação dos trabalhadores, como um todo, a fim de que a coletividade obtenha as informações necessárias para decidir sobre seus interesses; populista, em relação à política varguista de centralização de poderes no dirigente, definindo estes e seus substitutos numa ação de escolha concentrada num setor sindical bem definido. A defesa de uma organização descentralizada de sindicalismo, tendo o dirigente a obrigação tão somente de representar o que definir o Conselho Político, assembleia ou outro instrumento coletivo de decisões presente na instituição, vigora como um sindicalismo idealizado.

Essa forma de organização sindical coabita nas mentalidades dos professores conjuntamente com a docência crítica de Paulo Freire, muitas vezes citada, mas pouco praticada nas instituições. Inclusive uma das entrevistadas relatou a existência de um projeto que estaria sendo realizado pelo Instituto Paulo Freire

[...] sobre a esquizofrenia do professor, de que o professor prega um jeito de dar aula, ele acredita numa forma de fazer, do fazer pedagógico, mas ele não realiza isso, e isso está inquietando e jogando ele nessa contradição e nessa esquizofrenia. (...) A gente percebe isso, por exemplo aqui, a gente até comenta, 'a gente consegue mudar o discurso do professorado, mas não conseguimos mudar a prática'. Quer dizer, tu mudas o discurso, mas a prática se mantém'.²²⁸

Verifica-se que a própria docência sofre a influência da formação oportunizada pelas universidades ou cursos promovidos pela prefeitura ou, até mesmo, pelo sindicato. Porém, mesmo alterando-se os discursos mantêm-se as práticas docentes. Como as identidades surgem por meio da interação da docência com o sindicato, sendo formadoras também do discurso sobre a própria instituição, passam a constar como discurso idealizado porém não praticado pelos professores municipais, seguindo essa esquizofrenia presente na docência e referida anteriormente.

O dirigente sindical, a serviço de uma categoria, vigora como o servidor dos servidores, trabalhador que recebe um tratamento muitas vezes entendido como ditatorial, desumano ou contrário a qualquer idealização de sociedade pretendida pelos representados. Como se referiu a Professora Angelita, de São Leopoldo, “a gente tem que compreender que a gente não tá aqui pra receber elogios, não é, a gente tá aqui prá, na verdade elogios é o que a

²²⁸ SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. de 2010.

gente menos recebe.”²²⁹. Assim sendo, o dirigente sindical figura como um profissional numa acepção de missão, como foi verificado em algumas entrevistas quando se tratou sobre a prática docente.

A questão da organização de uma identidade no setor público advém de uma adequação aos ditames da legalidade tratados nos capítulos anteriores. Porém, diferentemente do que houve no sistema burocrático, a adequação não ocorreu no magistério público municipal. A identificação como servidor público ocorre tão somente quando há necessidade de cumprimento de determinações emanadas pela legislação, não incorporada pelos docentes.

A organização em entidades representativas do magistério segue o mesmo caminho, onde a escolha de uma associação ou sindicato de professores prepondera diante da organização de uma entidade de representação ampla. Talvez esse distanciamento ocorra em detrimento da resistência a proletarização que significaria a ação coletiva com outros profissionais presentes na máquina pública. Seria interessante uma análise aprofundada da resistência à proletarização desse setor, que não figurou como ponto de estudo dessa dissertação.

Até mesmo a definição de um perfil do dirigente sindical está permeado pela diferenciação entre trabalhador e educador, sendo necessária a formação e prática docente, além da atuação voltada aos interesses exclusivos da categoria, configurando o diretor sindical como servidor dos servidores, numa missão sacerdotal de doar-se à causa coletiva, independente de suas convicções, necessidades ou condições financeiras.

²²⁹ LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ilegalidade, o sigilo e a hostilidade ao movimento sindical estão presentes na prática representativa desde os primórdios do sindicalismo mundial. No século XVIII, na Inglaterra, as associações eram forçadas a instrumentalizarem-se com práticas de seitas secretas baseadas em juramentos e punições severas a fim de poderem cumprir seus desígnios de bem representar seus associados nos embates com as autoridades²³⁰.

Esse “mundo crepuscular”²³¹ de semilegalidade, existente na Londres oitocentista, pode ser também percebido no sistema associativo brasileiro em pleno século XX, porém com a diferença de que naquele país nórdico as instituições associativas formaram fundos consideráveis entre seus associados, o que não pode ser verificado no caso brasileiro.

Também, analogamente ao que se presenciou nas associações estudadas por Thompson (1989, p. 375), buscava-se no Brasil, a organização de um verdadeiro “Hércules filantrópico”, uma união geral de todos os ofícios presentes no setor público e que configuravam como base das associações de funcionários municipais. Naquele momento histórico apresentado por E.P. Thompson, - onde os conhecimentos das “artes” eram repassados dentro das instituições representativas e disponibilizados a alguns iniciados -, figurava a identidade como algo estável, rígido e desejado pelos indivíduos. Na atualidade, em tempos de multiplicidade identitária, a escolha de uma única identidade se tornou algo impraticável, estando presente na sociedade não a crise identitária mas uma concepção de identidade que não pode mais ser percebida como estática, rígida e normatizada.

Porém, coube à legislação a tarefa de constituir o modelo representativo a ser seguido pelas entidades sindicais. E, por tratar-se de um poder que pré-seleciona²³², essa se configura como uma imposição aos indivíduos, reduzindo a sua ação a aceitação ou questionamento às ordens dispostas pelo sistema normativo legal do país.

A educação, assim como a legislação, serve como instrumento codificante dos limites a serem seguidos pela coletividade, subdividindo as “opções disponíveis/permitidas entre as que são desejáveis/recomendáveis/adequadas e as indesejáveis/não

²³⁰ THOMPSON, 1987, p. 73.

²³¹ Termo utilizado por Thompson (1987, p. 68) para se referir a atuação secretadas entidades representativas de ofícios na Inglaterra do Século XVIII.

²³² BAUMAN, 2000, p. 79.

recomendáveis/inadequadas”²³³. Trata-se assim, de limitadores da atuação docente e classista no sistema sindical público.

Esse modelo de sindicalismo público, talvez por ter surgido em analogia ao do setor privado, desde o nascedouro, sofreu influência das práticas do sindicalismo de base econômico-liberal, com fundamento classista gerado pelas profissões, e não por aglomerados funcionais como verificado no setor público. Essa diferenciação, embora presente na prática jurídica, não reverbera na atuação sindical de base, já que, nos municípios estudados, existe a presença de entidades sindicais por categorias funcionais baseadas em sua configuração econômica, segundo os preceitos ditados pela iniciativa privada na organização desse setor representativo.

A crítica de alguns defensores do plurissindicalismo, tal como praticado nas duas cidades pesquisadas, direciona-se ao fato de pulverizar a representatividade, oportunizando ao gestor a escolha da entidade que será a representante do todo, execução passível pela legislação vigente no país. Os favoráveis ao plurissindicalismo defendem que a forma como se encontra organizado este setor representativo favorece a criação de sindicatos fantasmas, interessados exclusivamente na recepção do imposto sindical²³⁴. Estes defendem o sistema plural numa acepção à livre concorrência presente no mercado livre, relacionando o sindicalismo à prestação de serviços.

Existe a possibilidade, defendida por alguns teóricos, de os trabalhadores do setor público continuarem se organizando por meio de associações, fora dos sindicatos, como ocorria anteriormente à Constituição Federal de 1988, numa alusão ao retorno ao associativismo combatente presente na década de 1980, como se a desmobilização estivesse relacionada exclusivamente à forma de organização burocrático representativa praticada no setor público.

Como o sistema sindical, em âmbito mundial, vem sofrendo alterações sob as políticas econômicas neoliberais, também nas cidades pesquisadas observou-se inquietação quanto ao sentimento de pertença ao setor público ou ao magistério, entendendo-se como servidor público ou professor. Como define, para Portugal, o autor José Viegas Brás (2011, p. 12), que “os professores na sua gênese não se pensaram como um grupo” quando da organização do associativismo em 1813, também, mesmo tratando-se do Século XX, no Brasil, a organização se vincula mais ao ensino do que à atividade docente, organizando-se por setores, tais como professores, supervisores, orientadores, etc...

²³³ BAUMAN, 2000, p. 79.

²³⁴ KUROSAKA, 2010, p. 10.

A organização, enquanto sindicalismo do setor público seguiu a definição proposta pelos movimentos ligados ao setor privado, com um modelo voltado à articulação da classe trabalhadora como um todo, concentrando a sua atuação nas demandas gerais, envolvendo temáticas como inflação, desemprego, organização sindical, política partidária, etc ²³⁵. Quando das conquistas oportunizadas pela Carta de 1988, os sindicatos do setor privado voltaram-se às suas demandas corporativas, restando ao setor público seguir o mesmo caminho.

Porém, diferentemente do setor privado, que retornou às práticas comuns de sua atuação, o sindicalismo público teria como modelo a seguir, anteriormente praticado, somente o associativismo. Esse retorno dá-se, dessa maneira, adaptando as práticas utilizadas quando dos movimentos da década de 1980 conjuntamente com os praticados pelo associativismo, gerando uma instituição sindical híbrida, composta pela atuação combatente, mas sem deixar de utilizar-se do assistencialismo.

A crise do sindicalismo, tão difundida pelos meios de comunicação, e também por alguns autores, decorre de reflexos da reformulação do mundo do trabalho, alterando modos de produção, contratação, sistemas de gerenciamento e de aproveitamento de força de trabalho no setor privado e, também, no público. Essa reestruturação, definida por Alves (2000, p. 122) como algo além de conjuntural, contrapõe as práticas do sindicalismo obreirista ao sindicalismo neocorporativista, visando objetivos concentrados nos interesses da categoria e abandonando o modelo sindical revolucionário, presente na década de 1980.

Essa fragmentação, presente nas representações sindicais, também atinge o setor público que, mesmo recentemente adentrando ao sindicalismo praticado desde a década de 1940, inicia seu processo de estruturação num momento de reestruturação do mundo do trabalho, utilizando-se de dois modelos inutilizados pelo novo sistema de representação presente a partir da década de 1990, com a introdução das políticas neoliberais.

Porém, como discorrido no trabalho, a organização no setor público organizou-se primeiramente em associações. Estas, como verificado nas entrevistas e nos documentos institucionais, exerciam atividades reivindicatórias que suplantavam o assistencialismo, chegando a infligir movimentos de paralisações e greves nas cidades de Bagé e São Leopoldo. Também se concluiu que as ações dessas associações destinavam-se ao cumprimento de uma agenda social ampla, além das reivindicações corporativas, envolvendo outras entidades, inclusive do setor privado.

²³⁵ DURAN, 2001, p. 31.

Os novos parâmetros presentes no sindicalismo brasileiro, introduzindo o mesmo direito aos servidores públicos, a partir de 1988, oportunizaram reformas que nem sempre eram bem vindas pelo sindicalismo vigente. Chahad (2009, p. 174) entende que a razão de as reformas não serem bem recebidas pelo setor e pelos governantes, reside na identidade existente entre os que ocupam hoje os cargos de governo com a prática do sindicalismo de outrora, defendendo a manutenção dos hábitos existentes no sindicalismo desde a sua fundação, crendo que “este modelo é útil para o trabalhador brasileiro”²³⁶.

Como o sindicalismo público está imerso na discussão sobre a necessidade ou não de reformas no sistema sindical, encontra-se também presente nesses debates a categoria funcional dos professores e demais trabalhadores que atuam no setor público. A forma de sindicalismo praticada nesse espaço de poder, o setor público, atuando concomitantemente com o poder público formal estabelecido pelo sistema político partidário nacional, sofre influências também dessas estruturas. Assim sendo, como configuraram inúmeras vezes nas entrevistas, servem à confusão do entendimento acerca do pertencimento quanto à identidade de servidor público ou professor.

Essa definição identitária dos trabalhadores configura-se como híbrida, duplicada pela confusão entre função e categoria, presente nos ditames legais e no labor docente. Esses regramentos, muitas vezes desconhecidos pelos professores, podem ser entendidos como uma das razões dessa duplicidade presente no magistério municipal, pelo fato de conterem determinações organizativas que não são percebidas quando da atuação docente, além da disseminação da ação sindical do setor privado efetuado pelos meios de comunicação, oportunizando aproximações com os professores que laboram em escolas particulares e detêm direitos diversos dos que exercem a mesma função na municipalidade.

A identidade disponibilizada pela legislação e pelo modelo de sindicalismo praticado no setor público, não se configura como produto do entendimento dos professores, do “habitus de classe”, mas de normatizações que encerram limites de atuação e reconhecimento de pertencimento a determinada categoria.

Nesse sentido, o direito à organização classista no setor público é percebido pelos professores entrevistados como algo originado por imposição legal, e não como emanado dos interesses da categoria. Muitos profissionais defenderam a manutenção do status de associação, chegando alguns a solicitar o desligamento da instituição quando da alteração legal. Sendo assim, inexistente o entendimento de que a alteração do termo associação para

²³⁶ CHAHAD, 2009, p. 176.

sindicato fosse possibilitar uma melhor atuação por parte da instituição, obtendo a ampliação de conquistas à categoria representada.

Tampouco representou a criação de uma instituição exclusivamente de professores a busca por uma diferenciação perante aos demais trabalhadores, figurando essa ação como de obrigatoriedade legal perante a manutenção da representatividade das associações. No caso de São Leopoldo, a instituição pesquisada continuou a representar exclusivamente professores, como antes o fazia enquanto Centro, passando tão somente a instituir-se como sindicato. Também, em Bagé, a instituição analisada manteve a sua representatividade anterior, somente alterando a sua definição institucional, como em São Leopoldo, para sindicato.

A preponderância do ideário liberal, presente na autodefinição da identidade do professor, diante da do servidor público, deu-se pela atuação conjunta com o setor privado quando dos movimentos de abertura política no Brasil, na década de 1980. A manutenção desse imaginário, de longa duração, dá-se pela adaptação do associativismo do setor público seguindo o modelo do sindicalismo do setor privado, com uma atuação voltada exclusivamente, pós Constituição de 1988, ao corporativismo e ao sindicalismo de resultados.

Como a atuação se deu no âmbito da conquista de demandas oriundas do setor docente, como a organização sistêmica da educação, a definição das diretrizes nacionais, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definição dos profissionais do magistério e da educação, além da destinação de verbas exclusivas para esse setor, houve a preponderância de debates acerca desse fazer laboral, em detrimento da discussão referente à definição de servidor público, suas características, direitos e deveres perante o gestor público, assim como a forma de organização classista, se voltada à classe, categoria ou função pública.

O magistério, na figura de um professor ainda defensor de uma atuação em prol do aluno, numa acepção de missão docente, continua sendo visto como uma “atividade de extensão das tarefas do lar”, como definiu Ferreira (2009, p. 291), contribuindo para a criação de uma ideia de que o fazer docente se trata de um trabalho de status menor, da mesma maneira como também entendia Adorno (2000, p. 109) num direcionamento de atuação voltada à infantilidade, criando um mundo irreal. Essa alienação perante a sua localização no mundo do trabalho, sendo um profissional alheio a esse espaço, dota o professor de uma possibilidade múltipla de “roupagens” classistas, sendo a definição de Bauman (2005, p. 37) a mais apropriada à sua identidade, servindo o sindicato como “comunidades guarda-roupa”, destinadas a “pendurar seus problemas individuais”.

Para Adorno (2000, p. 112), a dificuldade do professor em definir a sua escolha ante

uma identidade se relaciona ao fato de exercer uma profissão que “lhes nega a separação entre seu trabalho objetivo (...) e o plano afetivo pessoal, separação possível na maioria das outras profissões. Formam, segundo entendimento de Ferreira (2006, p. 229), uma identidade híbrida, dividida entre a sua definição profissional, em seu aspecto liberal, e a sua definição como trabalhador, em detrimento de sua condição de assalariado.

Esse hibridismo encontrado na definição enquanto servidor público ou professor, adotado, na maioria das entrevistas, como identidade dupla, também produz referências nas instituições representativas sindicais, sendo adotada a dupla filiação como uma atitude normal, em que o sindicato de professores se destina à conquista de demandas específicas do magistério, e o sindicato de servidores públicos, às demandas comuns a todos os servidores públicos, incluindo os professores. Contudo, essa identificação ambivalente não se encerra unicamente no espaço da representatividade, estando relacionada também ao exercício docente. O espaço passa a ser definidor da identidade, no momento em que o termo “estar” (secretário, diretor, coordenador, etc) é utilizado pelos entrevistados para demonstrar o caráter de transitoriedade desses cargos e das identidades adotadas pelo professor.

O olhar docente sobre o sindicalismo desvela um entendimento de instituição voltada aos interesses individuais sobrepondo-se aos coletivos. A preponderância de uma instituição que defina condições imediatas de melhorias ao professor, com a organização de cursos, destinados mais à ascensão funcional do que à melhoria da prática docente; de prestação de serviços advocatícios e de saúde, justificados pelo pagamento de mensalidades; de oferecimento de descontos e sistemas de compras calcados na folha de pagamento, diminuindo a sensação de condições desfavoráveis em relação ao salário, mesmo estando contra o próprio objetivo da instituição sindical, além da oferta de empréstimos acima das taxas de juros legais, utilizando as praticadas pelo mercado, demonstra que a “esquizofrenia”, referida por uma professora em entrevista, passa a contrapor o sindicalismo idealizado, firmado sob o objetivo de comunhão classista e de luta por melhores condições de trabalho e salário, ao sindicalismo praticado, defensor de demandas corporativas localizadas no labor docente e na atuação assistencialista.

A decisão por um sindicato exclusivamente de professores, de trabalhadores em educação ou ampliado, destinado a todos os servidores públicos, ainda permanece como algo a ser definido pela categoria profissional, assim como as atuações voltadas à conquista de objetivos corporativos, centrados no labor docente, excluindo os demais servidores públicos e trabalhadores presentes no fazer educação. A consciência, sendo um produto da atuação

social, depende da interação entre os servidores públicos, no entendimento de sua condição enquanto assalariados, dependentes das políticas públicas comuns a todos os que exercem a função no setor público. Essa mesma definição poderia ser aplicada referindo-se à instável situação identitária do professorado municipalista das cidades pesquisadas.

Dessa maneira, o sindicalismo público municipal segue duas correntes distintas e antagônicas. Na primeira, a legislação figura como ponto central, normatizando o coletivo de trabalho do setor público como servidores públicos, independente de características específicas de funções e formações para o exercício profissional, configurando a instituição sindical como de representação ampla e homogeneizadora. Na outra, o entendimento de que a função exercida (professor) serve como aglutinador identitário, definindo o sistema representativo como restrito e heterogêneo ante as demais funções exercidas na máquina pública.

As funções (professor, vigia, servente, motorista, guarda), os cargos (agente, técnico, auxiliar) e as identidades (servidor, trabalhador, professor, educador) são múltiplas, mas a instituição, mesmo referindo-se a determinado setor funcional - professores, por exemplo - , encerra em si uma estrutura rígida e unitária, reflexiva da legislação sindical presente na Constituição de 1988.

A liberdade de instituir-se uma entidade, relacionada exclusivamente a determinada categoria ou função profissional, é limitada pelas mesmas normas que condicionam a execução das práticas sindicais para entidades mais abrangentes e que são compostas por múltiplas categorias. Essa limitação da atuação, assim como a possibilidade de que o entendimento identitário se modifique no momento da ação sindical, se mantém presente.

O espaço necessário às múltiplas facetas de identidade disponíveis, numa tentativa de adequação desse sistema sindical originário do século XX, passa a ser o que tem sido implementado em algumas instituições, ou seja, a organização por sistema de colegiados ou departamentos, possibilitando a existência de uma entidade unificadora de todos os servidores públicos, mas que engloba em sua estrutura todas as funções existentes nesse setor. Mantém-se assim uma estrutura representativa unificadora, porém heterogênea, evitando-se a pulverização em múltiplas instituições no espaço público, o que oportuniza a criação de entidades voltadas exclusivamente aos interesses do gestor público num universo de instituições existentes. Porém, mesmo com esse modelo unificador, o sindicalismo no setor público se mantém condicionado pela legislação vigente, exercendo práticas controladas e limitadas pelo interesse do Estado.

O poder institucional, teimosamente local como definiu Bauman (2000, p. 80), deve seguir o fluxo do poder político que possui uma grande mobilidade tornando-se global, não mais sendo compatível com uma atuação voltada ao restrito ou amplamente representativo. Deve tornar-se extra territorial, ampliado, abrangente e mutável, de acordo com as identidades disponibilizadas pela sociedade líquida defendida por este autor.

Outrossim, sendo a organização do sistema sindical público algo recente, assim como inexistindo estudos sobre a organização associativa desse setor no período anterior ao da promulgação da Constituição de 1988, embora estejam disponíveis acervos vários dessas instituições, encontra-se essa temática ainda aberta a novas pesquisas, sejam elas institucionais, de políticas públicas, legislação, corporativismo, assistencialismo ou atuação classista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- _____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- ALKMIN, Gustavo Tadeu. Crise mundial do sindicalismo e o desemprego. Revista Anamatra (Brasília), Brasília, mar. 2001.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de et al. Representações classistas no FNT. Revista eletrônica Cadernos de História. Ano I, n. 2, p. 01-20, set. 2006. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria> > Acesso em: 28 nov. 2011.
- ALVES, Ana Elisabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.36, p. 25-37, dez. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art03_36.pdf> Acesso em: 28 nov. 2011.
- ALVES, Giovani. Do “Novo Sindicalismo” à “concertação social”. Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Revista Sociologia e Política, Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/download/3577/2834> Acesso em: 05 ago. 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- ALVAREZ, Sônia E. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ANDRADE, Francisco de Sousa. Os movimentos sindicais e corporativos como atores da democracia. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/683/movimentos_sindicais_andrade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- BASTOS, Maria Helena Camara & COLLA, Anamaria Lopes. A idealização do professor na representação da docência. Retratando mestres. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org). A aventura (auto)biográfica: Teoria e empíria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BATALHA, Claudio H.M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Revista Anos 90(Porto Alegre), Porto Alegre, p. 91-99, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. A sociedade individualizada. Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BETTO, Frei. A mosca Azul. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 124-136.

BOITO JR, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo do Brasil. Sujetos sociales y nuevas formas de protesta. 07/2006, Clacso, Vol. 01, p. 271 -296, 2006.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. Revista Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, nº 3, Editora Brasiliense, 1996.

BRÁS, José Viegas & GONÇALVES, Maria Neves. A invenção da profissão docente: uma vontade coletiva. III Seminário da Rede de Pesquisadores: Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro, 18 - 20 de abril de 2011.

CAPELETO, M.H.R. & DUTRA, E.R.F. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira In: Representações: contribuição a um debate interdisciplinar. Org. Ciro F. Cardoso e Jurandir Malerba. S.P.: Papyrus, 2000, p. 222-267.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Flexibilidade no mercado de trabalho, proteção aos trabalhadores e treinamento vocacional de força de trabalho: a experiência de América Latina e perspectivas (Análise do caso brasileiro). Santiago Chile: Nações Unidas, 2009.

CONFÉDÉRATION INTERNAZIONALE DES SYNDICATS LIBRES (CISL). Guide Syndical de la Mondialisations (Deuxième Édition).Disponível em <http://www.icftu.org/pubs/globalisation>.

CASTILHOS, Abel Ferreira & SILVA, Lorena Elizabeth Dias da (Orgs.). Manual do Gestor Público. 2 ed. Porto Alegre: CORAG, 2011.

CRUZ. Antonio. A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RESES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições (Campinas), Campinas, v. 22, n. 2 , p. 111-131, maio/ago 2011.

DIAS, Alfrancio Ferreira. A Contribuição dos estudos culturais para compreender o conceito de identidade. In: V FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES. 2011, Itabiana. Anais do V Fórum Identidades e Alteridades. I Congresso Nacional de Educação e Diversidade. set. 2011.

DOCUMENT OF THE WORLD BANK. Project Performance Assessment Report Brazil. Rio

Grande do Sul State Reform Loan (Loan 4139-BR). May 23, 2003. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/06/25/000090341_20030625111436/Rendered/PDF/25971.pdf > Acesso em: 28 nov. 2011.

DUC, Barbara. Apprentissage, participation à l'activité et identité professionnelle. Review Actualité de la Recherche en Education et en Formation, Strasbourg 2007. Disponível em: http://www.congresintaref.org/actes_pdf/AREF2007_Barbara_DUC_111.pdf Acesso em: 05 ago. 2011.

DURAN, Víctor M. La crisis del movimiento sindical tradicional y la necesidad de un nuevo sindicalismo. Revista Trabajo y democracia hoy (México), México, n. 60, Ano 11, 2001.

EDER, Klaus. A nova política de classes. Bauru, SP.: EDUSC, 2002.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. Revista Anos 90 (Porto Alegre), Porto Alegre, nº 10, dez. 1998.

FARIA, Regina Helena Martins de. Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias / Organizado por Regina Helena Martins de Faria, Antonio Torres Montenegro. - São Luis: Universidade Federal do Maranhão / Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. Educação em Revista (Belo Horizonte), Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008.

_____. "Discutir educação é discutir trabalho docente": o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA). Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 41, 281-394, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a07.pdf>> Acesso em: 26 out. 2010.

_____. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. Revista Educação e Sociedade (Campinas), Campinas, v. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 nov. 2011.

_____. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Revista Educação e Pesquisa (São Paulo), São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Professoras: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

FRAYSSE, Bernard . La saisie des représentations pour comprendre la construction des identités. Revue des sciences de l'éducation, vol. 26, nº 3, p. 651-676, 2000. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/000294ar>> Acesso em: 05 ago. 2011.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. Política e educação: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n.1, p. 45-56, jan./abr. 2005.

GENTIL, Heloisa. Identidades de professores e redes de significações – configurações que constituem o “nós, professores”. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 23, 2º sem. de 2006, pp. 175-188.

GOHIER, Christiane et al. La construction identitaire de l'enseignant sur le plan professionnel : un processus dynamique et interactif. *Revue des sciences de l'éducation*, vol. 27, n° 1, 2001, p. 3-32. Disponível em: < <http://id.erudit.org/iderudit/000304ar> > Acesso em: 28 nov. 2011.

GOUVÊA, Gilda Figueiredo Portugal. Burocracia e elites burocráticas no Brasil. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRAMSCI. Conselhos de fábrica, sindicatos e partidos. *Cara a cara*. Campinas, ano I, n. 2, 1978, p. 161-88.

GUERRA, François-Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: ANDRÈS-GALEGO. *New History, Nouvelle Histoire: hacia uma nueva historia*. Actas : Madrid, 1993.

HARRES, Marluza Marques. História Oral: algumas questões básicas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO AMERICANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO LIVRE (IADESIL). *Negociação coletiva nos EUA. Uma amostra de cláusulas de contratos coletivos*. Rio de Janeiro: IADESIL, 1990.

JESUS FILHO, Jeronimo Marques de. *A CUT e os movimentos sociais no Brasil – Da fundação da Central Única dos Trabalhadores à concertação – Um olhar Gramsciano*. Disponível em: <http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Jeronimo_Marques_de_Jesus_Filho.pdf> Acesso em: 28 nov. 2011.

KRAMER, Sonia & NUNES, Maria Fernanda. *Gestão pública, formação e identidades profissionais*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 423-454, maio/ago. 2007.

KUROSAKA, Rafael. *Liberdade sindical e sistemas de organização sindical*. Artigo PPGDIR, PUC/Goiás, 2010.

LARANJEIRA, Sônia M.G. *Faz sentido falar em classes sociais?* In: *Cadernos de Sociologia*.

v. 4. Número especial (Natureza, história e cultura: repensando o social). Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1993.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. (p. 167 a 182)

LOGUERCIO, Rochele de Quadro & DEL PINO, José Claudio. Os discursos produtores da identidade docente. Revista Ciência & Educação, v. 9, n. 1, p. 17-26, 2003.

LONER, Beatriz Ana. Identidade coletiva: alguns apontamentos teórico-práticos em história oral. In: VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL: NARRATIVAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES. 2011, Pelotas. Anais do VI Encontro Regional Sul de História Oral: Narrativas, Fronteiras e Identidades. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2011.

LOPES, Amélia. Marcos e marcas das políticas de educação na (Re)construção da identidade profissional dos professores portugueses: Rumo a uma política pedagógica. 2000. Disponível em:

<http://74.125.155.132/scholar?q=cache:UAa7LfGqjgMJ:scholar.google.com/+Somos+todos+trabalhadores+em+Educa%C3%A7%C3%A3o%3F+Reflex%C3%B5es+sobre+identidades+docentes+desde+a+perspectiva+de+sindicalistas*&hl=pt-BR&as_sdt=2000> Acesso em: 26 out. 2010.

LOPES, Amélia et al. Estudo exploratório sobre currículo de formação inicial e identidade profissional de docentes do 1º CEB: indícios sobre o papel do envolvimento dos estudantes na gestão do seu currículo de formação. Revista Portuguesa de Educação (Braga), Braga, pp. 63-95. 2004.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set./Dez. 2004, disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 nov. 2011.

MANFREDI, Sílvia Maria. Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARX, Karl. A ideologia Alemã. Biblioteca do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU, 2011. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_ideologia.pdf> Acesso em: 14 nov. 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Classes%20sociais%20e%20luta%20de%20classes....pdf>, 2010.> Acesso em: 28 nov. 2011.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Considerações teórico-metodológicas acerca do estudo da história operária. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

MENDONÇA, Sérgio. E. A. Desafios e perspectivas do movimento sindical no Brasil. São

Paulo: DIEESE, 1998.

MIRANDA, Kênia. Sindicalismo docente e identidade de classe: como os trabalhadores em educação pensam a educação dos trabalhadores. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

_____. A natureza sócio-histórica do trabalho docente: do sacerdócio à sindicalização. In Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. *Associativismo e sindicalismo docente no Brasil*. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009.

MORALES, Cláudio Rodrigues. Manual Prático do Sindicalismo. LTR: São Paulo, 1999, p. 33.

MORAIS, Jacqueline de Fatima dos Santos & JESUS, Regina de Fátima. Formação de professoras – Percebendo o entrelaçar de fios na construção da identidade docente.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione Silva. História Social da Agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. *Diálogos (maringá)*, v.1, po. 15-30, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista(Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 44. p. 209-227, dez. 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 547-571, set./dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relação dos países membros. Brasília: Escritório da OIT no Brasil. 1990.

PERONI, Vera Maria Vidal. Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. ANPED-SUL, Mesa Temática11: Políticas Públicas e Gestão Educacional, Itajaí, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. *Revista História UNISINOS (São Leopoldo)*, São Leopoldo, v. 8, nº 10, p. 179-189, 2004.

PESSOA, Robertônio Santos. Sindicalismo no setor público. São Paulo: LTr, 1995.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Revista Anos 90(Porto Alegre)*, Porto Alegre, p. 62-77, 1997.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. *Revista Aurora*. Ano IV. Número 6. Agosto de 2010. Disponível em: < <http://www.marilia.unesp.br/aurora>> Acesso em: 28 nov. 2011.

PINTASSILGO, Joaquim. O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa – as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Revista Lusófona de Educação*(Lisboa), Lisboa, v. 12, p. 79-96, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.*

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.*

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.*

POSSAS, Lídia Maria Vianna. Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos “anos de chumbo” (Brasil, 1970-1980). *Revista da Associação Brasileira de História Oral*(Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v.12, n. 1-2, jan-dez. 2009.

KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano IN KRISCHKE, Paulo J. & SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.*

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS, E., RIDENTI, M., ROLLAND, D. (Org). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 196-212.*

SANTANA, Marco Aurélio. Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1760&secao=256> Acesso em: 08 abr. 2011.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. *Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 56, mai./ago. 2009. p. 297-309.*

SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da Fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.*

SCHMIDT, Benito Bisso. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Revista Anos 90*(Porto Alegre), Porto Alegre, p. 79-89, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1989.*

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.*

SILVA, Wilton C. L. Resenha de CANDAU, Joel. *Memória e Identidad. Revista de Antropologia* (São Paulo), São Paulo, v. 53 n°1, p. 397-403, 2010.

TAVARES BENETTI, Livia. *As relações de trabalho do servidor público: regime estatutário x*

regime celetista. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis(Garça), Garça, ano VI, n. 11, mai. 2008.

TEIXEIRA, Márcia et al. Atividade Sindical. Série Jurisprudência. Rio de Janeiro: Esplanada: ADCOAS, 1993.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.

_____. A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A formação da classe operária inglesa. A força dos Trabalhadores. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLE, Ione Ribeiro. Da “identidade vocacional” à “identidade profissional”: a constituição de um corpo docente unificado. Perspectiva (Florianópolis), Florianópolis, v.20, n. especial, p. 209-230, jul./dez.2002.

VECCHIA, Maria José Souza Gerlack. A importância do conceito de memória coletiva ou social na visão das ciências sociais. Revista Tavola Online. Disponível em: <<http://nucleotavola.com.br/revista>, 2011> Acesso em: 28 nov. 2011.

VEIGA, Ana Maria. Testemunhos e outras fontes: uma aproximação no mapeamento de redes feministas (Argentina e Brasil pós-década de 1960). Revista da Associação Brasileira de História Oral(Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v.12, n. 1-2, jan-dez. 2009.

Dissertações:

FREITAS, Fernanda de Lourdes de. A constituição da identidade docente: discutindo a prática no processo de formação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LINHARES, Elisangela Vieira. Marcas da memória traduzidas na identidade docente: Relatos de vida de professoras alfabetizadoras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

MOLIN, Naiara Dal. Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o Novo Sindicalismo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

OSTRONOFF, Leonardo José. Poder, gênero e identidades: um novo momento no sindicalismo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PIOLLI, Evaldo. Educação e sindicalismo: O discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SANTOS, Tatiana Schuhl dos. Equipe: um coletivo docente reflexivo e transformador na escola pública. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

SCHOFFEN, Leocádia Inês. Historicizando a (Des)construção da gestão democrática em São Leopoldo: um olhar sobre o papel do CEPROL-Sindicato, do Executivo Municipal e das direções de escolas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

TITTON, Maria Beatriz Pauperio. Identidade coletiva de professores na escola pública: uma construção possível, difícil e necessária. Um estudo de caso na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

Teses:

BIEMAR, Sandrine. Étude de l'évolution des images identitaires relatives à la relation pédagogique chez des enseignants en insertion professionnelle. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade de Liege, Setembro de 2009

CRUZ, Helvia Leite. Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2008.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. Eficácia das mutações constitucionais no tratamento dos servidores públicos civis. Inexistência de norma única sobre a preponderância da Constituição Federal ou da Constituição Estadual no sistema federativo brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GENTIL, Heloisa Salles. Identidades de professores e rede de significações – configurações que constituem o “nós, professores”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LASSANCE, Maria Cecília Pacheco. Saliência de papel, valores de trabalho e tarefas de desenvolvimento de carreira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.

LADOSKY, Mário Henrique Guedes. A CUT no governo Lula: Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. Terceirização e ação sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

RECK, Janriê Rodrigues. Observação pragmático-sistêmica do conceito de serviço público. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

RÊSES, Erlando da Silva. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2008.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

VOLPATO, Gildo. Profissionais liberais e/ou professores? Compreendendo caminhos, representações e avaliação da docência na educação superior. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Dezembro de 2007.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 41. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p. (Saraiva de legislação).

BRASIL. Lei Complementar 101, promulgada em 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 28 nov. 2011.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BRASIL. Decreto 13.969/1943 – Declara de utilidade pública a “União dos Funcionários Municipais do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. DECRETO Nº 57.561, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1965. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado em Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul, necessário à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 28 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Reforma Sindical. Relatório Final.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Correspondência do Deputado Hugo Mardini (PDS-RS) referente ao sistema previdenciário do setor público.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Comissão de Educação Básica (CEB). Resolução 02/2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf> Acesso em: 03 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Certidão de Registro Sindical do Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA). 12 de junho de 2003. Arquivo do SIMBA.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Certidão de Registro Sindical da Federação dos Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS). 27 de março de 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Certidão de Registro da FAMERGS. Livro A, nº 3, Folhas 229v, nº 3.033. Cartório de Registro de títulos e documentos de Porto Alegre. 27 de junho de 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Processo nº 70009467655. Apelação Civil – FESISMERS x Município de Entre Ijuís/RS. (Arquivo da FESISMERS)

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Processo nº 70010081693. Apelação Civil – FESISMERS x Município de Esteio/RS (Arquivo da FESISMERS).

Jornais:

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. Pluralidade sindical cai na Constituinte. 16 de outubro de 1987. p. 07. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL CORREIO DO POVO. Servidores do município vão discutir reajuste salarial. 05/12/1979. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL CORREIO DO POVO. Federação divide os municípios. 24 de junho de 1990. p. 19. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL CORREIO DO POVO. Praticamente impossível prefeituras cumprirem os reajustes semestrais. 30/06/1981. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL CORREIO SINDICAL. CSPB: “exclusão de servidores da reforma é atitude preconceituosa.”. p. 06. Sem data. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES(CUT). Jornal da CUT: você não precisa do imposto sindical. Edição 39. 2011. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/21704/jornal-da-cut-voce-nao-precisa-do-imposto-sindical>>

Federação de Sindicatos de Servidores Municipais do Estado do Rio Grande do Sul (FESISMERS Jornal da Federação). “FESISMERS acerta parceria com o Tribunal de Contas.” Março, 1999.

_____. “Servidores municipais reúnem-se com bancada gaúcha”. Julho, 1999.

_____. “Municipários no 20º Congresso em Goiânia / Senador debate com municipais.” Nov/Dez 1999.

_____. “Emendas Constitucionais 19 e 20”. Abril, 2000.

_____. “PEC 623”. Maio, 2000 .

_____. “Lei de Responsabilidade Fiscal.” Junho, 2000.

_____. “Só a mobilização poderá mudar os rumos da Reforma da Previdência.” Julho, 2003.

_____. “Mais de 80 delegados sindicais elegeram a nova diretoria para a gestão 2004/2007.” Março, 2004.

JORNAL DA MANHÃ. Municipários discutem questões da classe. 26/10/1991. p. 06. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Planos de previdência social para os funcionários públicos. 23 de janeiro de 1979. Sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL DO COMÉRCIO. Municipários analisam 3º Congresso da classe ocorrido em Pelotas. p. 03. 05 de maio de 1982. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL DO DIAP. Portaria provoca a guerra do registro sindical. Agosto/setembro de 1994. p. 12. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL CONSTITUINTE. Órgão oficial de divulgação da Assembleia Nacional Constituinte. Campos defende servidor público. Brasília, 09 a 15 de novembro de 1987. Número 24. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FATO ILUSTRADO. I Congresso dos Municipários Rio-Grandenses. Ano V. Número 257. 01/11/1979. Capa. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FATO ILUSTRADO. Mensagem da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Ano V. Número 257. 01/11/1979. p. 09. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FATO ILUSTRADO. Lideranças políticas apoiaram o I Congresso dos Municipários. Ano V. Número 257. 01/11/1979. p. 09. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. Prefeito deverá responder aos barnabés amanhã. 03/12/1979. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. Funcionários do município já falam em fazer greve. 05/12/1979. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL FOLHA DA TARDE. Prefeito diz que não há recursos. 27/07/1981. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL GAZETA MERCANTIL. Greve pública só com nova lei. 20/05/1994. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL GAZETA MERCANTIL. Mais peso do funcionalismo dentro da CUT. 20/05/1994. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL HORA DO SERVIDOR. Nova diretoria toma posse em grande manifestação. Jornal da CSPB. Ano IV. Brasília. Março de 1994.

JORNAL O IMPARCIAL. Sindicalista de São Gabriel dirige Federação do RS. São Gabriel. 28 de outubro de 1998. p. 08. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL O NACIONAL. Congresso/Municipários. Documento de Pelotas pede atuação conjunta. 15 de março de 1982. Sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL O TIMONEIRO. “Rombo” de milhão e meio contra os servidores. Ano 14. Canoas. 3/9 de agosto de 1979. Capa. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL VALE DO SINOS. Nota de esclarecimentos à população. CEPROL. 22 de agosto de 1986. Sem página. Recortes de Jornal apresentados pelo entrevistado Gilberto de São Leopoldo.

JORNAL VALE DO SINOS. “Operação tartaruga” atinge 100% das escolas municipais. 26 de agosto de 1986. p. 07. Recortes de Jornal apresentados pelo entrevistado Gilberto de São Leopoldo.

JORNAL VALE DO SINOS. Assembleia decide pela greve dos professores. 01 de setembro de 1986. p. 07. Recortes de Jornal apresentados pelo entrevistado Gilberto, de São Leopoldo.

JORNAL VALE DO SINOS. Pais fazem queixa ao Prefeito contra a greve. 15 de setembro de 1986. p. 21. Recortes de Jornal apresentados pelo entrevistado Gilberto, de São Leopoldo.

JORNAL VALE DOS SINOS. Waldir adota medidas firmes com magistério. 29 de setembro de 1986. Sem página. Recortes de Jornal apresentados pelo entrevistado Gilberto, de São Leopoldo.

JORNAL ZERO HORA. Funcionalismo público debate seus problemas. p. 33, 27/03/198.

JORNAL ZERO HORA. Governo não pode pagar o 13°. 18/07/1981. p. 15. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. Municípios (Apedido). 18 de dezembro de 1990. Sem página. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. O ajuste de contas. Quanto a folha consome nas prefeituras. 30 de outubro de 1998. p. 16. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. Obstáculo removido. Editoriais. 10 de julho de 1997. p. 24. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. Poder de demissão do Estado assusta. A quebra da estabilidade dá aos governos maior domínio sobre o quadro de servidores públicos. 10 de julho de 1997. p. 08. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. Apedido da FASMERS sobre criação de outra Federação organizada pelo SIMPA. 02 de agosto de 1990. p. 35. Hemeroteca da FESISMERS.

JORNAL ZERO HORA. Custo de vida subiu 105,39% em Porto Alegre. 06 de janeiro de 1981. p. 18. Hemeroteca da FESISMERS.

O GUASCA. Boletim informativo da Federação Gaúcha de Servidores Públicos Federais (FEGASP). Conclamação: Funcionário federal vota em funcionário federal. Ano I, n. IV. Outubro de 1982. Arquivo da FESISMERS.

SERVIDORES NA LUTA. Revista da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). CLAT condena doutrina neoliberal em reunião. Ano I, n. 12, 24 de setembro de 1991. p. 10. Arquivo da FESISMERS.

SERVIDORES NA LUTA. Revista da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Crescimento político. FASMERS promove 7º Congresso e reafirma posição de combate na luta pelos servidores. Ano I, n. 15. Brasília, novembro de 1991. p. 13. Arquivo da FESISMERS.

Arquivo institucional:

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE BAGÉ (AMBA). Livro de Atas de Assembleias. Ata nº 01. Fundação da Associação de Municípios de Bagé. 28 de setembro de 1971. Arquivo do SIMBA.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE PINHEIRO MACHADO. Solicitação de palestra sobre sindicalismo. Ofício 015/91. 15 de agosto de 1991. Arquivo da FESISMERS.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE PINHEIRO MACHADO. Convite para ato festivo alusivo ao Dia do Professor. 02 de outubro de 1991. Arquivo da FESISMERS.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO. Ofício solicitando informações e documentos. São Leopoldo. 08 de novembro de 1985. Arquivo da FESISMERS.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE URUGUAIANA (AFMU). Indicação de representante da entidade no Conselho de Representantes e registro de débito com a Federação. Ofício 16/1990, 22 de junho de 1990. Arquivo da FESISMERS.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTO ÂNGELO (ASPMSA). Proposição aos participantes do II Congresso de Municípios Rio-Grandenses. Férias Remuneradas aos servidor público. Passo Fundo, 24 de outubro de 1980. Arquivo da FESISMERS.

CAIXA DE PENSÕES E AUXÍLIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO (CAPASEMU). Proposição aos participantes do II Congresso de Municípios Rio-Grandenses. Plano de carreira para o magistério. Passo Fundo, 23 de outubro de 1980. Arquivo da FESISMERS.

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CPERGS). Solicitação de auxílio no combate às políticas do Governo Collares. Ofício Circular 19/1993, 26 de julho de 1993. Arquivo da FESISMERS.

CENTRO DE PROFESSORES LEOPOLDENSES (CEPROL-SINDICATO). Livro de Atas. Ata de transformação do Centro de Professores em Sindicato. Arquivo do CEPROL-Sindicato.

CONFEDERACIÓN LATINO AMERICANA DE TRABAJADORES ESTATALES (CLATE). Organização do VIII Congresso da CLATE, a realizar-se em Goiânia. Buenos Aires, 01 de setembro de 1993. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERACIÓN LATINO AMERICANA DE TRABAJADORES ESTATALES (CLATE). Declaração do VIII Congresso da CLAT. 29 de outubro de 1993. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Ofício circular sobre reunião do Conselho de Representantes da CSPM em Belo Horizonte na sede da UNSP. 19 de maio de 1993. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Convocação para manifestação sobre a Emenda 482, referente à implantação da URV. Ofício circular 05/1994. 06 de maio de 1994. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Resoluções referentes ao movimento “Ato em Defesa da Constituição”, realizado em 02 de março de 1994. Ofício Circular 04/1994. 11 de março de 1994. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Decisão do STF sobre ilegitimidade de greves no setor público. Ofício Circular nº 006/PR. 23 de maio de 1994. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Ofício endereçado ao Presidente Itamar Franco indicando Geraldo Campos ao cargo de Secretário de Administração Federal. 23 de novembro de 1992. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Circular referente a propostas de emendas à Constituição Federal de 1988 sugeridas pelo governo. 26 de agosto de 1991. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Alteração estatutária da CSPB referente à inclusão de entidades exclusivamente sindicais na entidade, segundo determinação do STF. Ofício Circular 003/1992. 27 de março de 1992. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Convocação para o ato “Invasão de Brasília”. Ofício circular 047/1991. 01 de outubro de 1991. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Convocação para a participação do “Seminário nacional sobre sindicalização e contratação coletiva dos servidores públicos”. Ofício circular 032/88. 19 de setembro de 1988. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Documento básico do 1º Encontro de dirigentes de entidades municipais do Brasil. Goiânia, 17 de maio de 1987. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Relatório final do X Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, realizado na cidade de Curitiba, de 22 a 28 de outubro de 1976. São Paulo, 30 Janeiro de 1977. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL. Solicitação de quitação de mensalidades pendentes com a Confederação. Ofício circular nº 09/95. Brasília, 03 de abril de 1995. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Manifestação referente à proposta de Reforma Administrativa do Governo Federal. Ofício circular nº 06/96. Brasília, 06 de março de 1996.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Manifesto de repúdio à campanha de difamação contra a CSPB e seu presidente. Sem data. Arquivo da FESISMERS.

CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Normas do 1º Seminário Estadual sobre sindicalização dos servidores públicos. Porto Alegre, 23 a 25 de setembro de 1988. Arquivo da FESISMERS.

COORDENAÇÃO CONFEDERATIVA DOS TRABALHADORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CCT/RS). Estatuto social. Arquivo da FESISMERS.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE SERVIDORES PUBLICOS (CLASEP). Estatutos da CLASEP. Arquivo da FESISMERS.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE SERVIDORES PUBLICOS (CLASEP). III Congresso CLASEP. Vale de Bravo. México. 26 e 27 de abril de 2001. Arquivo da FESISMERS.

ENTIDADES SOCIAIS, CULTURAIS, ADMINISTRATIVAS E COMUNITÁRIAS DA GALERIA MUNICIPAL (ALTOS DO MERCADO). Manifesto sobre a retirada das entidades do local. 10 de janeiro de 1995. Arquivo da FESISMERS.

ESTATUTO SOCIAL DA UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL (UFM). Santa Maria: Editora Palloti, 1967.

ESTATUTO DO CENTRO DE PROFESSORES LEOPOLDENDES (CEPROL-Sindicato). Arquivo do CEPROL-Sindicato.

ESTATUTO DA CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). Edição própria da CSPB. Arquivo da FESISMERS.

ESTATUTO DO SINDICATO DE MUNICÍPIOS DE BAGÉ (SIMBA). Arquivo do SIMBA.

ESTATUTO DO SINDICATO DE PROFESSORES MUNICIPAIS DE BAGÉ (SINPROFEM). Arquivo do SINPROFEM.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Resolução da Reunião do Conselho de Representantes sobre a manutenção da representatividade de associações e sindicatos. Ijuí. 18 de agosto de 1990. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Nominata das delegacias regionais da FASMERS. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Pedido de atualização das anuidades das entidades filiadas. Ofício circular. 31 de janeiro de 1990. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Carta de Passo Fundo. Resoluções do Congresso de Municípios. 24 de agosto de 1991. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Rascunhos do Estatuto Social. 1989. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SINDICATOS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASMERS). Estatuto Social. 1989. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Pronunciamento de abertura do 1º Congresso de Municípios Rio-Grandenses. Canoas. 25 de outubro de 1979. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Extrato do Estatuto Social da FAMERGS. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Tese defendida em prol da política habitacional destinada aos servidores públicos no XVII Congresso Nacional dos Servidores Públicos. Goiânia, 14 de maio de 1980. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Deliberações acerca do sistema sindical a ser implementado no país. Porto Alegre. 24 de setembro de 1988. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). 1º Congresso dos Municipários Rio-Grandenses. Carta aberta aos municipais Rio-Grandenses. 24 de maio de 1979. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Proposições da FAMERGS à Assembleia Nacional Constituinte. Porto Alegre. 15 de maio de 1987.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Proposta de organograma da estrutura sindical de servidores públicos. Porto Alegre, 24 de setembro de 1988. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Regimento interno do 3º Congresso dos Municipários Rio-Grandenses “Professor Gregório Perez”. Pelotas, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 1982. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPALÍRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAMERGS). Livro de Atas da FAMERGS. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASPERS). Convite para o I Encontro Estadual de Servidores Públicos. Porto Alegre. 01 de junho de 1982. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PERNAMBUCO (FASPEPE). Manifesto em prol da Campanha de Diretas Já. Recife, 15 de março de 1984. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Ato de desagravo contra denúncias proferidas ao presidente da CSPB, Sr. João Domingos Gomes dos Santos. Quaraí. 06 de dezembro de 1997. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Ata de Transformação da FASMERS em FESISMERS. Livro de Reuniões do Conselho de Representantes. Ata 24/88. 20 de outubro de 1988.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS) Ata da sessão solene de instalação do IX Congresso de Municipários Rio-Grandenses. São Gabriel. 09 de outubro de 1997. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE MUNICIPALÍRIOS DO RIO GRANDE DO SUL (FESMURS) E FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Convocatória de Assembleia para Unificação das entidades. 21 de outubro de 1994. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Livro de Atas de Reuniões de Diretoria. Ata 25/94. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Relação das entidades fundadoras da FAMERGS. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Extrato do Estatuto Social. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Regulamentação do IPE-Saúde aos Municípios. Circular 001/2005. 25 de fevereiro de 2005. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Pedido de parecer à CSPB sobre solicitação de filiação da FESMURS na confederação. Porto Alegre, 15 de março de 1996. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). Movimento sindicalista de integração dos municípios gaúchos. Ofício circular 02/96-SAS. São Gabriel, 20 de agosto de 1996. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FESISMERS). X Congresso Estadual dos Servidores Municipais do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, 08 a 11 de novembro de 2001.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (FEGASP). Relatório final do 1º Seminário Estadual sobre a sindicalização dos servidores públicos. Porto Alegre, 25 de setembro de 1988. Arquivo da FESISMERS.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (FEGASP). Convite para reunião destinada à organização do Encontro Estadual dos Servidores Públicos. 06 de agosto de 1982. Arquivo da FESISMERS.

FEDERACION NACIONAL DE ASOCIACIONES DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES DEL URUGUAY (FNM). Correspondências referentes ao 1º Seminário Regional MERCOSUR de Municipales. Rivera/Santana do Livramento. 10 de março de 1994. Arquivo da FESISMERS.

GREMIO DOS SERVIDORES INATIVOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (GRESIMPA). Pedido de desfiliação em razão de falta de recursos. Ofício nº 05. 30 de setembro de 1990. Arquivo da FESISMERS.

PARTIDO DO SERVIDOR PÚBLICO (PSP). Manifesto de fundação. Sem data. Arquivo da FESISMERS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Resposta à solicitação de espaço público para instalar a sede da FESISMERS. Porto Alegre, 19 de julho de 1996. Arquivo da FESISMERS.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO. Pedido de

vinculação à FESISMERS junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 10 de julho de 2003.

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES (CEPROL-Sindicato). Ata de transformação do Centro de Professores em Sindicato. São Leopoldo. 09 de abril de 1990. Arquivo da FESISMERS.

SINDICATO DOS MUNICIPAÍRIOS DE BAGÉ (SIMBA). Livro de Atas de Assembleias. Ata nº 01. Transformação da Associação de Municípios de Bagé (AMBA) em Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA). 09 de março de 1990. Arquivo do SIMBA.

UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS (UFM). Estatutos. Santa Maria: Editora Palloti, 1967.

UNIÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (UNSP). Convite para Ato dos servidores públicos dando início à Campanha eleitoral de 1983. Candidatos comprometendo-se com servidores. São Paulo, 28 de outubro de 1982. Arquivo da FESISMERS.

XIV CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS “DJALMA FERREIRA DE SOUZA”. Ofício referente à organização do Congresso de Servidores Públicos. Circular 03/83. Porto Alegre, 10 de agosto de 1983. Arquivo da FESISMERS.

Entrevistas:

BARCELLOS, Joaquim Fagundes. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

BARRETO, Clara Elaine C. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

BITELLO, Fabiane. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

CORNELI, Zaira Carina. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 mar. 2011.

CORREA, Marilei Machado. Entrevista concedida pela Presidente do Sindicato de Municípios de Bagé (SIMBA). Bagé, 04 abr. 2011.

DA SILVA, Alvanir Milano S. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

DOS SANTOS, Gilberto Sidnei. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 31 mar. 2011.

LACERDA, Carla Simone V. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

LACERDA, Loi Vaz. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 06 abr. 2011.

LUCAS, Angelita F.T. Entrevista concedida pela Presidente do Centro de Professores Leopoldenses (CEPROL-Sindicato). São Leopoldo, 18 mar. 2011.

MOREIRA, Maria Marcelina P.R. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

PEDROSO, Nádía Jorgina Montanha. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

RIBEIRO, Gislaine do Amaral. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 05 abr. 2011.

SCHOFFEN, Leocádia Inês. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 08 set. 2010.

SILVEIRA, Cleusa Pereira. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. Bagé, 04 abr. 2011.

SOERING, Rejane Luiza. Entrevista concedida a Júlio César de Oliveira. São Leopoldo, 16 nov. 2010.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DE VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Mestrando: Júlio César de Oliveira
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados pessoais

Nome, idade, estado civil, nº dependentes

Naturalidade

Ingresso no magistério municipal

Formação

Funções exercidas no magistério (trajetória profissional)

Escolas em que atuou

Atividade atual

Relação com a municipalidade

Você reside na cidade? Por qual motivo?

Qual seu entendimento, de forma geral, referente às políticas educacionais dos governos que, desde a década de 80, são implantadas na cidade?

Por que você escolheu esta cidade para desempenhar suas funções de docente?

Como você definiria sua prática docente, nos anos iniciais da carreira e na atualidade?

O que você acha da educação municipal?

Viajando no tempo

Como era o trabalho docente na década de 1980?

Quais eram as demandas e reivindicações daquela época? Existia alguma ação política dos professores?

Quem eram os líderes do movimento? Você participava? Por quê?

Como a categoria reagia às reivindicações feitas pelo movimento?

O que você definiria como maiores dificuldades encontradas nos anos 80 e 90 no desempenho das funções docentes?

Houve mudanças na atuação dos movimentos sociais? Quais?

Sindicato e educação

Desde quando você é sindicalizado? Por que se sindicalizou?

Você sabe como surgiu o sindicato?

Que pessoas foram responsáveis pela criação do sindicato?

E o que os levou a criar a instituição?

O que você esperava do seu sindicato quando da sindicalização? E hoje?

Na sua opinião, qual o motivo de, em alguns municípios, estarem surgindo sindicatos específicos de educação?

Você se considera professor ou servidor público? Por quê?

Qual o papel dos dirigentes sindicais?

A seu ver, o movimento sindical realmente representa os anseios dos docentes? Por quê?

O que mudou na educação desde que você entrou na carreira do magistério?

Qual a sua opinião referente ao fato de sindicalistas lançarem-se como candidatos a cargos públicos ou assumirem cargos nas administrações? Por quê?

A Constituição Federal de 1988 e a LDB oportunizaram muitas mudanças na educação nacional. Você saberia descrever que alterações ocorreram na organização sindical e na prática docente?

Grandes grupos profissionais	Sindicatos						
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	2001
Total	5 536	5 669	6 390	6 729	7 1687	612 11 354	
Trabalhadores							
Na indústria	1 236	1 262	1 445	1 472	1 562	1 593	1 822
No comércio	507	520	756	903	932	1 010	1 579
Em transportes, marítimos, fluviais e aéreos	135	130	176	179	199	202	221
Em transportes terrestres	119	128	160	172	193	220	656
Em comunicações e publicidade	89	83	108	112	127	134	137
Em empresas de crédito	177	188	203	204	207	212	235
Em estabelecimentos de educação e cultura	137	140	187	216	254	272	506
Profissionais liberais	316	342	359	366	376	379	488
Trabalhadores na agricultura	2 732	2 747	2 852	2 850	2 905	2 976	3 912
Servidores públicos (1)	-	-	137	242	393	584	1 707
Outras categorias profissionais	88	129	7	13	20	30	87
Categorias não constantes da classificação ou sem declaração (2)	-	-	-	-	-	-	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 1987/2001.

(1) Exclui as seguintes categorias: professores da rede pública (federal, estadual e municipal), auxiliares de administração e empregados em estabelecimentos de ensino da rede pública.

Categorias profissionais não constantes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, cujo sindicato não possuía registro no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE – ou sindicatos que não declararam total de trabalhadores em, pelo menos, uma categoria.

"Estatutos Sociais"

fl. 1

Definição - Constituição Finalidade e Administração

Título I

Capítulo Único

Das Generalidades

Art. 1º) - A Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em vinte e oito de outubro de mil novecentos e setenta e nove (28-10-1979), na cidade de Canoas, identificada pela sigla "FAMERGS", tem personalidade jurídica própria, como Sociedade Civil, de duração por tempo indeterminado, não tendo fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Alegre - Capital do Estado do Rio Grande do Sul, e rege-se pelo presente Estatuto Social.

~~Art. 1º) -~~

✓ Art. 2º) - São assegurados os direitos de fundadores das Associações e Entidades de Servidores Públicos Municipais do Rio Grande do Sul, que participaram da decisão em Plenário de Assembleia Geral, a criação da FAMERGS; no I Congresso dos Municípios Riograndenses - "I-CMR", quando foi homologada a data histórica de fundação de 28-10-1979, mais as que aderirem em Assembleia Geral de Fundação e Instalação, de seus Atos Constitutivos, no Registro de títulos

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES - CEPROL



09.04.1990 - *Ata transformação centro dos Professores em Sindicato*
Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa, na Câmara Municipal de São Leopoldo, às dezessete horas e trinta minutos, sob a presidência da senhora Ivone Clara Wittmann Klein, presidenta do Centro dos Professores Leopoldenses, CEPROL, foi dado abertura à Assembléia Geral dos Professores Leopoldenses, consoante do Edital de Convocação; Verificada a inexistência de quórum, foi suspensa a Assembléia, até segunda chamada, às dezoito horas, quando foram reiniciados os trabalhos. Convidaram a mim, para secretariar os trabalhos, que de pronto aceitei. Ato contínuo, fiz a leitura do Edital de Convocação, cujo teor é o seguinte: Edital de Convocação- Esta entidade, por seu presidente, convoca a categoria dos professores municipais de São Leopoldo, para participar da Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia nove de abril de mil novecentos e noventa, às dezessete horas e trinta minutos em primeira chamada e dezoito horas em segunda e última chamada, na Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Ordem do dia: 1. Transformação do CEPROL em Sindicato; 2. Votação dos Estatutos do Sindicato. Ivone Clara Wittmann Klein. São Leopoldo, três de abril de mil novecentos e noventa. Inicialmente a presidenta, Ivone, fez breve relato e histórico da Comissão de Sindicalização, informando que a diretoria juntamente com o Conselho de Representantes do CEPROL, decidiram propor à Assembléia Geral, a transformação da entidade em Sindicato, tendo em vista que a nova constituição Federal permite a sindicalização dos servidores públicos. Logo a seguir, passou a coordenação dos trabalhos às professoras Neusa Pivatto Müller e Cristina Rabelo, que de pronto aceitaram. Ato contínuo, a professora Neusa, propôs uma dinâmica para os trabalhos, colocando a seguir em votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes, que o Centro dos Professores Leopoldenses - CEPROL, seria transformado em sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses, mantendo a sigla CEPROL. Um anteprojeto de estatutos foi apresentado pela Comissão de Sindicalização para ser apreciado e deliberado pela Assembléia Geral. Foi aprovado que a votação desse anteprojeto será feita em blocos, após a leitura de todo o conteúdo, e, onde foi apresentado emendas, o artigo será votado em separado, podendo haver duas defesas a favor e duas contrárias. Foi propos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

TITO AFINSO BARBOSA
Titular do Ofício

Ata de Del. ARY MARQUES FERREIRA
Ajudante

[Handwritten signature]

Aos vinte dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e dois, às 19:00 na Sede da Associação dos Municípios de Bagé, sito a Rua DR Albano Nº 951, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com a Convocação feita pela Junta Local, com o fim de data de 01 de Março de 1922, com as seguintes finalidades: Convocação Rocio Cuffene das 19:00 e três de tarde

1º - Transformação da Associação em Sindicato;
2º - Votação dos Estatutos do Sindicato dos Municípios de Bagé; 3º - Eleição da Diretoria e do trabalho da presente assembleia e Sr. Adair Lauda de Silvina. Sobre a transformação da Associação dos Municípios de Bagé em Sindicato, que posto em votação, foi aprovada por unanimidade, e seguir foi feita a leitura dos Estatutos pelos colegas Nereu José Pedro Fagundes e Flávio Gomes da Silvina convidados pelo Presidente para tal fim, após feita a leitura dos Estatutos, posto em votação foi aprovada por unanimidade, e a seguir foi feita a leitura da Diretoria provisória, que posta em votação foi aprovada de acordo com os Estatutos, cuja comissão é a seguinte: Diretoria, assessoria Sindical, Conselho Fiscal e suplentes.

- Presidente: Adair Lauda de Silvina - Eleito com o mesmo número de votos
- 1º Vice-Presidente: Nereu José Pedro Fagundes - Eleito com o mesmo número de votos
- 2º " " Flávio Gomes da Silvina - Eleito com o mesmo número de votos
- 3º Secretário: Augusto Heitor da Silva - Eleito com o mesmo número de votos
- 2º " " Maria Emília C. Barcellos - Eleito com o mesmo número de votos
- 1º Tesoureiro: José Ovídio F. de Souza - Eleito com o mesmo número de votos
- 2º " " Arnaldo Souza Barcellos - Eleito com o mesmo número de votos

- Formação Sindical e Assessoria Inter-Sindical: João Saturnino C. Almeida
- Assessoria Recreativa e assistências: Maria Emília de F. Almeida
- Cultura Esporte e Lazer: João de Deus Carneiro Resende
- Imprensa e Comunicações: Nereu José Pedro Fagundes
- Assessoria Jurídica: Maria Sônia M. Campos
- Conselho Fiscal: Flávio Gomes da Silvina, Jader Soares e José Américo M. Delfino.

Suplentes: Carlos Silva, Vanderley Jesus Vasconcelos e Edgar da Rosa Robaina, onde mais tarde a fazer demais por ele com a presente Assembleia que foi por mim secretariado.

Anexo 05 – Ata de transformação da Associação de Municípios de Bagé em sindicato.